

Sandra Teresa Cadiolli Basilio

**A LUTA PELA TERRA E A IGREJA
CATÓLICA NOS VALES DO ACRE E
PURUS (1970-1980)**



Edufac

Sandra Teresa Cadiolli Basilio

**A LUTA PELA TERRA E A IGREJA
CATÓLICA NOS VALES DO ACRE E
PURUS (1970-1980)**



Edufac

Edufac 2019

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),

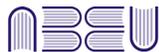
Campus Ufac, BR 364, Km 4,

Distrito Industrial - Rio Branco-AC, CEP 69920-900

E-mail: edufac.ufac@gmail.com; edufac@ufac.br

Feito Depósito Legal

Editora Afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sandra Teresa Cadiolli Basilio

**A LUTA PELA TERRA E A IGREJA
CATÓLICA NOS VALES DO ACRE E PURUS
(1970-1980)**



Edufac

A luta pela terra e a igreja católica nos Vales do Acre e Purus (1970-1980)

ISBN 978-85-8236-110-8

Copyright © Edufac 2019.

Sandra Teresa Cadiolli Basilio

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

» **COORDENADOR DA EDUFAC**

Antonio de Queiroz Mesquita

» **CONSELHO EDITORIAL**

Antonio de Queiroz Mesquita (Pres.), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Raimundo Alves Neto, Humberto Issao Sueyoshi, João Silva Lima, José Porfiro da Silva (Vice-Pres.), Lucas Araújo Carvalho, Manoel Limeira de Lima Júnior Almeida, Mário Luis Villarruel da Silva, Mônica da Silva Nunes, Sérgio Roberto Gomes de Souza, Sérgio Roberto Gomes de Souza, Yuri Karaccas de Carvalho

» **COORDENADORA COMERCIAL E IMAGEM DA CAPA**

Ormifran Pessoa Cavalcante

» **EDITORA DE PUBLICAÇÕES**

Jocília Oliveira da Silva

» **DESIGN EDITORIAL / CAPA**

Rogério da Silva Correia

» **REVISÃO DE TEXTO**

Cid Rogério Oliveira de Souza

Ormifran Pessoa Cavalcante

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B312I Basilio, Sandra Teresa Cadiolli
A luta pela terra e a igreja católica nos Vales do Acre e Purus (1970-1980) / Sandra Teresa Cadiolli - Rio Branco: Edufac, 2019.
200 p. : il.
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-8236-110-8
1. Camponeses. 2. Igreja e problemas sociais. 3. Posse da terra. I. Título.

CDD 22. ed. 61.83098133

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Antônio Jorge de Siqueira, meu orientador, pelo incentivo, interesse, carinho e paciência dedicados em todos os momentos deste trabalho.

Aos professores de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, pelos conhecimentos recebidos.

Aos amigos professores Pedro Vicente Costa Sobrinho e Valdir de Oliveira Calixto, cujo carinho e apoio foram fundamentais para que este trabalho chegasse a termo.

Aos amigos professores Bené, Maria José e Eusébio, do Departamento de História, pela ajuda oferecida no âmbito do trabalho na Universidade Federal do Acre - Ufac.

Aos amigos que compartilhei discussões sobre a temática; às pessoas que me ajudaram de diversas maneiras no processo de construção.

Aos entrevistados, pelas informações válidas recebidas e em especial, a Dom Moacyr Grechi.

Aos amigos em geral, no Acre, Pernambuco e São Paulo, cujo carinho foi fundamental.

À Universidade Federal do Acre, pelo apoio material oferecido.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe Helydia, cuja distância é sentida, e aos meus irmãos, Vera Lúcia, Walter e Adriana, pela amizade e amor fraternal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

ESPAÇO AMAZÔNICO: OCUPAÇÃO E DESDOBRAMENTOS	15
--	-----------

1.1 Processo de expansão extrativista - incorporação de terras: o Acre.....	24
1.2 Demanda de mão de obra para o extrativismo: migração nordestina induzida	26
1.3 O seringal - organização de produção.....	34
1.4 Crise do extrativismo e reorganização do espaço produtivo...	38
1.5 A segunda grande crise e suas consequências	46

CAPÍTULO II

GOVERNOS MILITARES: A GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO	53
--	-----------

2.1 Aspectos da resistência dos seringueiros anterior à década de 1970.....	61
---	----

CAPÍTULO III

O ACRE NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA.....	65
--	-----------

3.1 A nova realidade: os “paulistas” no Acre	68
3.2 A Região do Vale do Acre e Purus	76
3.3 A generalização da violência.....	82

CAPÍTULO IV

A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NOS VALES DO ACRE E PUPURUS.....	101
---	------------

4.1 A trajetória da igreja acreana: aspectos e contradições.....	109
4.2 A nova realidade e os esboços de mudanças.....	119

CAPÍTULO V

LUTA E RESISTÊNCIA PELA TERRA E A NOVA PASTORAL DA IGREJA CATÓLICA (1970-1980)	135
---	------------

5.1 As bases organizacionais do movimento.....	142
5.2 O engajamento efetivo ao movimento	149
5.3 Pastoral e a questão sindical.....	160

5.4 Sindicalismo e novas formas de luta dos trabalhadores	164
5.5 A resistência dos seringueiros.....	169

CONSIDERAÇÕES FINAIS181

REFERÊNCIAS..... 183

ENTREVISTAS	183
DOCUMENTOS	183
PERIÓDICOS.....	184
ARQUIVOS CONSULTADOS.....	185
BIBLIOGRAFIA	185

INTRODUÇÃO

O estado do Acre, historicamente inserido no contexto socioeconômico da Amazônia Legal, teve no extrativismo gumífero sua base de formação e sustentação.

Foi, no entanto, a partir da década de 1970, que ocorreu uma série de transformações deslocando sua base produtiva, sem gerar espaços de absorção de mão de obra envolvida no extrativismo. A política dos governos militares, voltada para a incorporação da Amazônia ao espaço econômico nacional, estimulou o deslocamento de médios e grandes empresários para o Acre, os quais foram adquirindo grandes extensões de terra com o objetivo de implantar projetos agrícolas e pecuários nessa área de fronteira.

A crise vivenciada pelo extrativismo gumífero e as mudanças decorrentes da política protecionista da borracha nacional, principalmente com a extinção do monopólio estatal da compra e venda da produção gumífera, levou à falência dos seringais.

Para os seringueiros endividados com os bancos oficiais só restou como alternativa nessa anacronia a venda de suas terras para os empresários do Sul do país, beneficiados com vultosos subsídios. Essas terras foram negociadas por preços aviltados sem sequer serem definidas suas reais dimensões.

Expulsar o homem para “limpar” ou “clarear” as terras foi ação imediata dos fazendeiros, os quais ficaram conhecidos, por parte dos seringueiros acreanos, como os “paulistas”.

Se de início esse processo foi de certo modo pacífico para o proprietário (dado que a antiga e efêmera organização dos seringueiros foi desestruturada pelo golpe de 1964), na compra da posse por uma ninharia ou expulsão com o uso do jagunço, do policial, do advogado, do juiz, da indiferença dos governantes, a situação foi mudando paulatinamente, na medi-

da em que os trabalhadores começaram a oferecer resistência e a se defenderem contra os “paulistas”.

A organização do sindicalismo rural, salto qualitativo fundamental na luta dos seringueiros, se confunde em determinados momentos, com os encontros das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

A partir daí a situação mudou substancialmente e, desde então, os “paulistas” se defrontaram com um forte movimento de resistência que, apesar de sua recrudescência, levando à morte muitos trabalhadores e líderes sindicais, trouxe no seu bojo uma nova e inédita proposta de reforma agrária: as reservas extrativistas, na década de 1980, que atenderiam à especificidade da categoria dos seringueiros.

No conjunto do movimento social, a luta dos trabalhadores dos Vales do Acre e Purus foi muito especial. Ali, diferente do ocorrido no Vale do Juruá, o processo de organização econômica foi marcante. No seio dessas contradições os novos ares da *Teologia da Libertação* encontraram eco, enquanto no Vale do Juruá, a manutenção da tradicional forma de exploração econômica teve como contrapartida uma Igreja igualmente tradicional, afinada com as expectativas dos “poderosos”. Por isso este trabalho se volta a uma análise da relação da luta dos trabalhadores e a contribuição da igreja católica nos Vales do Acre e Purus. É esse contexto de luta que nos propusemos a reconstituir, acompanhar e analisar.

a) A luta pela terra

Se a marcha em direção aos Vales do Acre e Purus, urdida pelos militares, dava início a uma operação de destruição sem controle e indiscriminada da floresta, com objetivo de instalar fazendas e implantar a pecuária extensiva de corte, em pouco tempo intensificou-se a luta nessa região, entre fazendeiros e seringueiros.

Essa luta se deu para os seringueiros, no sentido de assegurar a sua manutenção na terra – seu meio de produção, numa ação desesperada dessa categoria para não se ver diluída

enquanto tal, pois a terra, transformada em mercadoria, estava sendo apropriada pelo modo privado e sob nenhuma outra forma.

Os seringueiros caracterizados como posseiros operaram, conforme observou Martins¹, como desbravadores do território acreano e, conceberam a terra de modo completamente distinto da forma como os pecuaristas passaram a usá-la, embora também estivessem vinculados ao mercado. Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra.

Para os fazendeiros, o grande capital, no dizer de Duarte², demonstrou que o seu verdadeiro interesse pelas terras acreanas teve como finalidade outras atividades produtivas ou simplesmente sua especulação.

Malgrado os seringueiros já terem sido deslocados de suas terras à procura de trabalho, e ainda terem sido utilizados frequentemente pelas empresas capitalistas para deslocar os grupos indígenas, avançando sobre suas terras, expulsando-os, porque também já haviam sido desalojados pelo capital, vimos que no caso mais recente de ocupação das novas regiões, houve um avanço ao mesmo tempo sobre a terra dos seringueiros e sobre as terras indígenas que ainda restavam.

Nesse momento, a luta pela terra intensificou-se, recrudescendo até chegar num processo de resistência e numa especificidade pouco observada.

Destarte, com o avanço do processo de luta e resistência verificou-se por parte dos seringueiros que tal dinâmica (fundamental, sem dúvidas) não se restringia à defesa da terra enquanto reprodutora da força de trabalho e, sim também, que era necessário a conservação da floresta como condição *sine qua non* de sua identidade, bem como seu direito de usufruir dela numa perspectiva futura de auto-sustentabilidade.

1 MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência** - a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 67.

2 DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos de terra no Acre**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987, p. 19-20.

Isso significa dizer que lutar pela manutenção de suas posses de terra, para os seringueiros, é lutar pela própria vida e de sua família, da floresta e pela preservação dos chamados “povos da floresta”.

b) A igreja católica acreana-puruense

Se a questão da exploração do trabalhador-seringueiro nos moldes do sistema de aviação praticamente passou despercebida pela Igreja durante longas décadas, o mesmo não se pode dizer da mais recente investida do capital, transfigurada na figura dos “paulistas”.

É fato afirmar que na década de 1960, fatores ocorridos no âmbito da sociedade, da política, economia e na própria religião tiveram um papel decisivo para que essa instituição intencionasse reavaliar suas ações e práticas tradicionais, buscando por meio de um debate interno seus novos caminhos, numa conjuntura de crises e mudanças profundas.

O pontificado de João XXIII com as encíclicas *Mater et Magistra* (de 15 de maio de 1961) e *Pacem in Terris* (de 1º de abril de 1963), que tratavam dos problemas sociais, da paz e das relações internacionais num contexto de *Guerra Fria* e suas frases de efeito se fizeram sentir, como: “é preciso sacudir o pó imperial que cobre a Igreja”; “é preciso abrir as janelas para que entre ar fresco”; “é preciso discernir os sinais dos tempos” e, o Concílio Vaticano II (outubro de 1962 a dezembro de 1965), com a Constituição *Gaudium et Spes* vão reconhecer e sistematizar oficialmente uma significativa participação dos leigos, justiça social, sentido de comunidade, corresponsabilidade dentro da Igreja e relações mais próximas entre o clero e o povo. Além disso, mudanças na sociedade brasileira e na política ajudaram a estimular a reforma da Igreja, encorajando-a a se tornar mais democrática, tanto nas orientações internas, quanto na orientação política. Além das encíclicas citadas do papa João XXIII, teve particular relevância para renovação da Igreja a encíclica *Populorum Progressio*, de seu sucessor o papa Paulo VI.

Essa abertura, abalando as antigas certezas dogmáticas, tornou a cultura católica permeável às novas ideias e às influências exteriores que, mesmo não aprofundadas, foi motivo de júbilo junto à ala mais progressista.

Foi, todavia, num outro contexto de renovação que se seguiu ao Vaticano II – *Medellín*, em 1968 – que se sacudiu o conjunto da Igreja no Continente Latino-americano, aproximando o discurso religioso da crítica ao modelo explorador vivenciado pelo capitalismo tardio.

Desse momento em diante se pode dizer que a ala mais progressista da Igreja, via *Teologia da Libertação*, e o marxismo se aproximaram, permitindo o uso como referência reflexiva do conceito de afinidade eletiva trabalhado por Löwy, constatando que: “a partir de certas analogias, de certas afinidades, de certas correspondências, duas figuras culturais podem – em determinadas circunstâncias históricas – entrar em relação de atração, de escolha, de seleção, de eleição mútua”.³

Ao se abrir para o mundo moderno, a Igreja acreana-puruense não podia (como não o fez) escapar aos conflitos sociais que agitavam esse mundo e que viriam drasticamente remexer sua área de circunscrição religiosa. Foi principalmente na figura emblemática e progressista de seu bispo, Dom Moacyr Grechi, que tal fato aconteceu, o que, apesar das contradições internas, plasmou na década de 1970, sua opção pelos despossuídos.

A presente obra tem como referencial teórico o marxismo e seu método dialético-materialista, incluindo suas categorias, como: trabalho, classes sociais, processo de produção, dominação, exploração, capital, luta de classes, relações sociais de produção, Estado, ideologia, valor, aparelhos ideológicos, dominação, hegemonia e outros que surgem no contexto da análise.

Seus passos iniciais se pautaram no levantamento do acervo bibliográfico, relacionado com o objetivo de estudo,

3 LÖWY, Michel. Marxismo e cristianismo na América-Latina. In: **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política – nº 19 – São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, nov. 1989, p.89.

com a teoria e a metodologia da pesquisa e sobre o contexto histórico da Amazônia e Acre nos anos 1970 a 1980.

Alguns artigos foram consultados para levantamento de documentos necessários à pesquisa, estando todos, portanto, listados no final desse trabalho.

Para coleta de informações envolvidas com o objeto de estudo foram utilizadas várias técnicas de investigação, tais como: entrevistas gravadas e anotadas, com ou sem roteiro prévio, conversas anotadas, entrevistas gravadas cedidas, além de entrevistas publicadas em jornal. Também se fez um levantamento dos boletins *Nós Irmãos* e alguns exemplares do jornal *Varadouro*, cujas matérias foram analisadas e utilizadas.

O trabalho se encontra estruturado em cinco capítulos. No primeiro, intitulado *Espaço amazônico: ocupação e desdobramentos*, buscou-se reconstituir, com base na literatura existente, a constituição da empresa extrativista no Acre, suas crises e conseqüentes falências.

No segundo capítulo, *Governos militares: a geopolítica de ocupação*, procurou-se discorrer sobre a estratégia geopolítica de ocupação dos militares para a Amazônia e particularmente, para o Acre.

O terceiro capítulo, chamado de *O Acre no contexto da expansão capitalista*, visou resgatar o processo recente de ocupação das terras do Acre por capitalistas do Centro-Sul e suas conseqüências de ordem social e econômica para a região.

No quarto capítulo - *A presença da Igreja Católica nos Vales do Acre e Purus* - procurou-se recuperar seu histórico inserido na diversidade cultural e sócio-política do sistema de aviamento e posteriormente, no recém contexto da chamada "Operação Amazônica".

No quinto capítulo, sobre a *Luta e resistência pela terra e a nova Pastoral da Igreja Católica - 1970-1980*, buscou-se apresentar a organização e a resistência dos seringueiros e o papel desempenhado pela Igreja Católica nessa luta pela defesa da terra.

CAPÍTULO I

ESPAÇO AMAZÔNICO:
OCUPAÇÃO E DESDOBRAMENTOS

A história política, econômica e social da Amazônia, essa imensa fronteira no limiar do século XXI, confundem-se com a história do Brasil, pois desde a chegada dos europeus foi palco de sonhos audaciosos e de realidades amargas.

Essa fronteira gigantesca, porção equatorial e mais larga do território brasileiro, foi-se povoando a partir da colonização sempre em surtos devassadores, vinculados à expansão capitalista mundial, na qual o Brasil se inseria como país periférico fornecedor de produtos primários, tendo por isso posição subordinada na divisão social do trabalho.

O primeiro desses surtos, ou os primórdios da colonização até a segunda metade do século XVIII, foi caracterizado pelo interesse econômico pelas especiarias. As chamadas “drogas do sertão” são encontradas ao longo dos rios, na floresta tropical de várzea, através do apoio da coroa portuguesa, mediante incentivos fiscais em face das dificuldades de obtenção das especiarias do Oriente, não mais conseguidas com a abundância dos períodos anteriores.

Nesse período, a agricultura da cana-de-açúcar, apesar de ter sido experimentada, como no litoral brasileiro, nunca progrediu naquele espaço, pois as condições naturais não lhe eram favoráveis. Também obteve pouca importância econômica a agricultura do café, algodão, tabaco e cacau praticados nas proximidades de Belém, no Baixo Amazonas e no Tocantins, e a criação de gado na ilha do Marajó, no baixo Amazonas e no vale de Rio Branco.

Portanto, foi no extrativismo florestal, com a extração do cravo, canela, castanha, salsaparrilha, cacau, a extração de peles de animais, a caça e a pesca que a colonização amazônica teve sua base.

Posteriormente, entre meados do século XVII até meados do século XIX, houve um incentivo à agricultura, no período chamado “pombalino”, com plantações de cacau, algodão, café e arroz, que apresentaram um crescimento mínimo. As or-

dens reais eram claras no sentido de que, ao lado da coleta das “drogas do sertão”, o colono deveria plantar as espécies nativas e procurar adaptar as alienígenas. Mas, apesar de certa prosperidade nessa fase, o volume da produção extrativa era ainda maior do que o volume da produção cultivada. E, até o fim do período colonial, pouca importância teve a economia da Amazônia na balança comercial do país, sendo até então a área menos explorada e conhecida do território nacional.

A situação exposta acima começará a modificar-se na metade do XIX, assumindo importância considerável a partir de 1880-1890 até o início do sec. XX, com o chamado “ciclo da borracha”, demandado pela industrialização dos Estados Unidos e da Europa. Terá significativa importância a borracha para a região do Acre, pois alterará seus aspectos político, cultural e socioeconômico.

O uso da borracha já era conhecido pelos índios do Haiti e do México, e na Amazônia foi utilizada pelos índios Cambebas ou Anaguás, que habitavam a área do Solimões-Marañon. Com o látex extraído das árvores, ao qual chamavam de “cau-chu”, faziam bolas para jogos, sapatos, capas e couraças, mas foram os luso-brasileiros que passaram a chamá-la de “seringa”, porque o produto era aí empregado em fábricas de seringas. Além disso, a *Hevea brasiliensis* da Amazônia era considerada a espécie que produzia a melhor qualidade de borracha do mundo, muito superior à outra goma da região - o caucho - extraído da castilloa.

A borracha num primeiro momento não despertou grande interesse. Nem mesmo os relatos de Charles Marie La Condamine à Academia de Ciências de Paris, observando o movimento mercantil em torno dela já em 1743, quando percorreu o Amazonas. E nem de Fresnau em Caiena, quando comunicou em 1751, à mesma Academia, sobre pesquisas com a goma elástica, observando que tal produto poderia ter uma utilização maior do que a feita pelos nativos americanos.

Tal circunstância ocorrerá com o desenvolvimento industrial, que acarretará alterações profundas na maneira de

produção, operando-se verdadeira revolução na sua estrutura, principalmente no que se refere à utilização dos elastômeros no século XXI, à descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear, em 1839 e Hancock em 1842, que tornou a borracha mais resistente e quase insensível às variações de temperatura.

Assim, essa matéria-prima logo se tornou o material preferido para a confecção de gaxetas⁴ para máquinas a vapor, acompanhou o ferro e o aço onde quer que se instalassem máquinas industriais, bombas de minas e ferrovias, e se tornou indispensável também na confecção de objetos de usos diário, doméstico, hospitalar, material bélico e nos estaleiros de construção naval. Mas foi com a invenção do pneumático que a industrialização da borracha tomou grande vulto, aumentando consideravelmente sua cotação no mercado internacional.

A partir daí, ocorreu uma verdadeira corrida às fontes produtoras e, por ser a Amazônia detentora da maior concentração de árvores seringueiras, passou a ser o alvo predileto do capital estrangeiro que para cá direcionou recursos com vistas a dinamizar o extrativismo gumífero. A lavoura entrou em colapso, abandonou-se o sítio, o casual, o cafezal e o engenho para estabelecer-se o seringal.

O capital estrangeiro aqui investido, fruto do novo contexto tecnológico mundial, era o capital monopolista das corporações gigantescas, principalmente inglesas e americanas. Da passagem da livre concorrência, havia agora o domínio de grandes grupos monopolistas constituídos pelos grandes trustes empresariais e o surgimento de novas potências como o Japão, EUA e Alemanha.

A dicotomia mundial era clara, sob o ponto de vista econômico. De um lado, as potências industrializadas, altamente capitalistas, concentrando a produção de equipamentos e máquinas, monopolizando a infraestrutura dos meios de transportes e grandes importadoras de matérias-primas. De outro, as

4 Material para vedação de válvulas.

produtoras de matérias-primas mineiras e agrícolas, constituindo-se no mercado importador dos manufaturados e dos bens de consumo das regiões industrializadas.

O capitalismo monopolista e, através de seus representantes, as grandes potências não mediram esforços em dividir o mundo em territórios exclusivos e mercados privilegiados, o neocolonialismo, pois era preciso manter o equipamento produtivo em pleno funcionamento. Desde esse contexto até ao chamado “imperialismo”, na acepção que lhe prestou Lênin⁵, foi um passo.

Representantes de firmas inglesas, francesas, norte-americanas, alemãs e até belgas instalaram-se nas praças de Belém e Manaus para operar no comércio de compra e venda de borracha. Essas empresas inicialmente realizavam o comércio de importação de gêneros alimentícios do exterior e forneciam aos comerciantes atacadistas de Belém e Manaus, e esses por sua vez, comercializavam com seus fregueses, os seringalistas.

A propósito, até 1920, segundo Tocantins (1979), os donos e empregados do seringal eram todos conhecidos como seringueiros. Paulatinamente, foi se estabelecendo uma distinção, passando o patrão a denominar-se seringalista e o trabalhador, seringueiro. O seringueiro é conhecido também como freguês ou aviado. O seringalista como patrão, aviador ou coronel de barranco. A alcunha “coronel” aos proprietários de seringais propalou-se mais na época da República Oligárquica Brasileira, onde através da política dos governadores, reativou-se o fenômeno do coronelismo. Talvez alguns proprietários tenham obtido essa patente. E a designação “de barranco” era uma alcunha dada pejorativamente pelo fato da ocupação do espaço ter se dado pela via fluvial.⁶

5 LÊNIN. **O Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. V. I, Coimbra, Centelha, 1974, p. 9. O autor define o imperialismo como “o capital chegado a um estágio de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquire uma importância de primeiro grau e onde começou a partilha de todos os territórios do globo entre as maiores potências capitalistas”.

6 TOCANTINS, Leandro. **História do Acre**. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 2 v.

Pouco a pouco, as casas estrangeiras, dado o risco que a exploração ia assumindo, foram se afastando do comércio importador de mercadorias e se especializaram exclusivamente na compra final e exportação da borracha para as praças situadas no exterior, principalmente Nova Iorque, Londres e Liverpool. Era um pequeno número de exportadores, situados na cúpula do sistema, que obtinham a parte leonina de toda a transação.

O comércio de importação de mercadorias e o abastecimento dos seringais vão ser feitos então pelas chamadas “Casas Aviadoras”, a maioria delas controladas por comerciantes portugueses. Entende-se por “Casas Aviadoras” empresas comerciais, situadas principalmente nas cidades de Belém e Manaus que, contando a maior parte com capital estrangeiro, financiavam todas as despesas necessárias para a instalação dos seringais e sua manutenção, as quais cobravam juros e comissões dos seringalistas. Tais empresas comerciais abasteciam por vendas de mercadorias nacionais e importadas, os barracões dos seringais na época da coleta de látex e produção da borracha, e compravam a borracha produzida.

Além das Casas Aviadoras propriamente ditas, havia os “aviadores” ou “Casas Aviadoras” de primeira e segunda linha. O “aviador” de primeira linha compreendia o comerciante que era abastecido pelas praças de Belém e Manaus que, por sua vez, abastecia o barracão do seringal. Explica ainda Roberto Santos⁷ que o seringalista ao se tornar empresário de certa envergadura, passava a comerciar diretamente com as praças de Belém e Manaus, eliminando a intermediação, tornando-se assim um aviador de primeira linha. Portanto, fica claro que o aviador de segunda linha tratava-se do seringalista, possuidor do barracão situado no seringal.

Com o aumento da demanda mundial pela borracha, passando de mil toneladas em 1849, para quase 17 mil toneladas em 40 anos, a indústria gumífera tornara-se um empreen-

7 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

dimento possível somente com a mobilização de capitais estrangeiros.

Segundo Martinello, “a política imperialista do grande capital monopolista e financeiro encontra plena corporificação no financiamento da economia da borracha na Amazônia”. Já para Costa Sobrinho:

Portanto, ficou reservado um papel secundário ao capital privado interno e aos investimentos do Estado Nacional. Sendo assim, o controle do processo de produção esteve essencialmente nas mãos dos centros industriais situados na Inglaterra e Estados Unidos que, através das praças importadoras de Liverpool e New York, determinavam os cursos da economia extrativa da borracha.⁸

Apesar dos capitais externos serem majoritariamente aplicados no financiamento privado das importações, houve também investimentos diretos sob a forma de capital de risco nos setores de serviços urbanos, portos e navegações, estradas de ferro, etc.; além de substanciais empréstimos aos governos locais.

Evidentemente que alguns seringalistas iam tão bem no negócio que se associavam às Casas Aviadoras, e também aplicavam seus capitais em outros investimentos, tais como: imobiliários rurais, na pecuária, pequenas indústrias e atividades urbanas, assim como mantinham algumas aplicações na construção civil e naval. Os comerciantes locais também o faziam.

As mercadorias que abasteciam os seringais eram vendidas a crédito aos seringalistas e constituíam-se em utensílios para a extração, vestuário, alimentação, remédios e outros. Eram transportados aos seringais pelas gaiolas⁹ que as próprias “Casas Aviadoras” possuíam. O fruto do aviamento era também debitado na conta do seringalista.

As mercadorias nacionais vinham do Sul do Brasil e entravam na Amazônia com um preço altíssimo, pois os comer-

8 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental:** contribuição à história e das lutas sindicais no Acre. Rio Branco: Universidade Federal do Acre/São Paulo: Cortez, 1992, p. 26.

9 Nome dado a pequenos barcos a vapor.

ciantes sulistas cobravam um elevado custo nos fretes de cabotagem e obtinham lucros exorbitantes majorando seus preços.

Era no período chuvoso amazônico (entre novembro e abril) que as Casas Aviadoras recebiam a borracha em seus armazéns, que era pesada e classificada. Conforme seu acabamento, resistência, apresentação e impermeabilidade, a matéria-prima dividia-se em três tipos: borracha fina – a de melhor qualidade e mais alto valor comercial; entre-fina – obtida do látex que não era trabalhado imediatamente e que alcançava um estado grudento ao ser levado à defumação; e sernambis – eram as espécies de qualidade inferior porque eram feitas com resíduos de látex que caíam ao solo e se misturavam com a terra.

Era no período chuvoso que os seringalistas vinham às capitais para saldar suas contas, fazer novos pedidos e receber o saldo que possuíam, em geral, este permanecia na “Casas Aviadoras” para cobrir futuros negócios.

Os rios comandavam a vida na Amazônia, corroborando a afirmação de Tocantins (1979), pois era por seus cursos que o roteiro agroeconômico do extrativismo seguia seus rumos. No início da exploração, os seringais localizavam-se principalmente na região das ilhas, inclusive Marajó, alcançando o rio Xingu e o rio Jari. Mas a ampliação da produção gumífera para atender à crescente demanda externa do produto, condicioná-la pela técnica rudimentar no início da extração, que inutilizou muitas árvores seringueiras, exigiu que novas áreas da Amazônia fossem incorporadas ao processo produtivo.

A forma de incorporação dessas áreas dava-se de modo extensivo, ou seja, novas áreas produtivas da floresta deveriam ser devastadas na busca de árvores gumíferas.

Ocuparam-se então as margens dos rios Tapajós, Madeira, Juruá, Purus e Acre. No Solimões, a exploração, embora em pequena escala, jamais foi abandonada, mas o vale do Rio Negro, que muito prosperava no incentivo à agricultura, entrou em decadência, pois suas florestas não possuíam seringueiras.

Navegando através dos rios, geralmente os maiores, os indivíduos que pretendiam explorar a borracha, reunidos com seus homens e instrumentos, se lançavam à procura de um ponto em sua margem, para estabelecer o seringal. Evidentemente que tal local deveria ser abundante em seringueiras. Se tal fosse, erguiam o “tapiri” (habitações rústicas) à margem do rio, marco indicativo da posse, procedia-se ao desbravamento da área, instalando-se de modo permanente, dando início ao processo produtivo.

Quanto à terra, de início não se formou latifúndios e foi dispensável o seu domínio permanente, devido ao estilo predatório da atividade de extração do látex, onde as zonas de coleta logo se empobreciam, obrigando os extratores a partirem para outros locais. Mas a situação começou a se modificar com o *rush* da borracha, tornando-se necessária a sua ocupação permanente, pois, além de aumentar a área de trabalho, intensificar a produção e abandonar as práticas prejudiciais, houve início da concorrência entre os que viviam da nova empresa.

O interesse pela borracha acabou repercutindo na posse da terra, que não se deu tranquilamente. As facilidades de opção foram diminuindo e ocorria não raramente o choque entre seringalistas que disputavam o mesmo local.

Foi necessário então pleitear nas repartições de Belém e Manaus a legalização da posse da terra, deixando de lado a sua simples ocupação possessória. Com o título definitivo requerido, procedia-se a demarcação conforme a legislação fixava. A legislação das posses, a formação da propriedade conforme os textos jurídicos foram decorrência das novas condições de vida que exigiram a delimitação dos seringais.

O que realmente importava num seringal não era a extensão da terra, mas a quantidade de árvores que produziam borracha e a forma como as seringueiras se dispersavam no interior da floresta, em localização rarefeita, propiciou a formação de latifúndios.

A grande propriedade acabou por se impor na Amazônia e o latifúndio passou a ser característica do seringal, que apesar das exigências de suas delimitações, “tinham como limites entre si as léguas medidas de sua frente no curso dos rios, margem esquerda e direita, quase sempre sem definir a extensão interior, até mesmo pela impossibilidade de assim proceder”.¹⁰

1.1 Processo de expansão extrativista – incorporação de terras: o Acre

A ocupação extensiva da floresta levou à incorporação de áreas não pertencentes ao território brasileiro, como o caso do Acre.

A marcha para o oeste, o chamado deserto ocidental, revelou-se importantíssima, porque essa região mostrou-se desde cedo, o maior reservatório natural de seringueiras da Amazônia, e quiçá do mundo, com a vantagem ainda da superior qualidade do produto.

Mas esse local, desde o início de sua ocupação, foi marcado por diversos conflitos, pois desde a segunda metade do século XIX, quando a empresa seringalista subia o rio Acre à procura de expandir o processo extrativista para suprir o mercado internacional na produção da borracha, foi praticamente eliminando as tribos indígenas ali existentes, por meio das “correrias”.¹¹

A denominação “Revolução Acreana” eclodida ali foi o ponto culminante de diversos embates que visavam à expulsão dos bolivianos da região, território que lhes pertencia desde o Tratado de Ayacucho de 1867, cujo pano de fundo foi o temor dos seringalistas, do governo do Amazonas e posteriormente, do governo federal de perderem o monopólio em nível internacional.

¹⁰ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente, op. cit., p. 23-24.

¹¹ Definição dada às expedições pelos seringalistas no final do século XIX e início do século XX, para eliminar aldeias indígenas que opunham resistência à ocupação das terras.

Tal exacerbação do conflito ocorreu porque o governo boliviano iria efetivar um acordo com o Bolivian Syndicate, uma entidade de cartel, constituída pela United States Rubber Company e por alguns capitalistas ingleses, para a exploração da borracha na mesma região. Era uma disputa entre classes dominantes, sob a égide do capital monopolista internacional.

Plácido de Castro, ex-militar gaúcho e, logo depois, grande seringalista nas barrancas do rio Acre, foi um dos últimos líderes desse movimento, dirigido pelos proprietários de seringais.

Após a expulsão dos bolivianos, o conflito foi resolvido diplomaticamente entre Brasil e Bolívia, através do Tratado de Petrópolis, que estabeleceu a anexação do Acre ao território brasileiro em 1903, mediante indenização e outras concessões ao governo boliviano, cujo resultado foi a incorporação de mais de 150 mil quilômetros quadrados de superfície à nação brasileira.

Para os seringueiros que participaram desse movimento restou a continuidade do amargo cativo do sistema de aviamento.

Costa Sobrinho, citando o relatório do General Belarmino Mendonça, de 1905, e de Euclides da Cunha, datado dos anos oitenta do século XIX, nos dá uma estimativa do crescimento das empresas extrativistas na região: 415 instaladas no Juruá e afluentes e 400 seringais nas duas margens do Purus, sem, no entanto, nessa última afirmativa, incluir os seringalistas do rio Acre e Iaco, ou seja, mais de mil pequenas empresas nos Vales do Acre, Purus, Juruá e afluentes, no período do apogeu dos seringais.¹²

O crescimento dessa economia pode ser indicado pela ampliação de suas exportações: entre os anos 1852 e 1900, a exportação passa de 1.632t para 24.301.452 t, ou seja, um acréscimo de 1.488.960%. Na década de 1850, a borracha significava dois terços das exportações brasileiras, mas, só no decênio de

¹² COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente, op. cit., p. 24.

1901 a 1910, ela atingirá a cifra de 28,2% das exportações, sendo o segundo produto das vendas globais do Brasil. No âmbito geral, em 1892 a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial, e ainda em 1910, o Brasil participava com 50% do abastecimento internacional.

1.2 Demanda de mão de obra para o extrativismo: migração nordestina induzida

Contando a empresa extrativista com recursos financeiros externos para o financiamento da produção e sua ampliação, fazia-se necessário resolver uma questão fundamental: a mão de obra – o verdadeiro braço de sustentação de todo o empreendimento da borracha.

A Amazônia internamente não dispunha de força de trabalho para ser incorporada ao extrativismo da borracha, pois era a região menos densamente povoada do Brasil, apesar do deslocamento incessante de mão de obra ligada a outras atividades agrícolas na região.

Conforme nos diz Prado e Capelato:

A colonização da Amazônia, comparativamente às demais regiões do país, realizou-se com um contingente de população branca irrisório. Devido às dificuldades de penetração e à inexistência de um atrativo econômico, fez com que o colono português buscasse preferencialmente outros pontos do território brasileiro. O pequeno número de açorianos, chineses, europeus e sul-americanos que para lá se dirigiram pouca significação tiveram em seu povoamento. Os negros também foram levados para a Amazônia, mas sua presença não se revestiu da mesma importância que teve em outras partes do país. Tal mão de obra era empregada especialmente na lavoura que, nessa região, nunca representou o núcleo principal da economia. O trabalho do índio (vide “drogas do sertão”, quanto nas missões jesuíticas e carmelitas), e do mestiço, melhor se adaptava às condições econômicas da Amazônia.¹³

13 PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. História geral da civilização brasileira. V. 8 - III. O Brasil Republicano I. Estrutura do Poder e Economia (1889-1930). Cap. III. **A borracha na economia brasileira da primeira República**. São Paulo: Difel, 1985. p. 289-290.

Em vista do exposto acima e posteriormente com vista à viabilização do processo produtivo extrativista da borracha, foi necessário criar, pelos governos da região amazônica, um fluxo migratório de nordestinos, que ocorrera de modo mais intenso a partir da década de 1870.

Para o Acre, segundo a bibliografia existente¹⁴, foi entre 1877 ou 1878, que João Gabriel de Carvalho Mello, cearense de Uruburetama, desembarcou no rio Aquiri, hoje Acre, com 16 homens, e iniciou a formação dos primeiros seringais em seu vale. Posteriormente, foram recrutados por ele outros grupos de migrantes, que foram se distribuindo nas margens dos rios Acre e Purus, viabilizando o povoamento dessa área.

João Gabriel não era um novato na região, pois há mais de duas décadas nela trabalhava, mas após retornar do Ceará, onde reuniu homens, família e amigos, preparou-se para rumar novamente com destino ao Acre, para lá se fixar e trabalhar em função da borracha. Seu patrão-aviador, o português Elias José Nunes da Silva – Visconde de Santo Elias possuía Casa Aviadora em Belém e foi quem financiou o desbravamento do Acre. Inicia-se com João Gabriel a chamada “primeira investida colonizadora da região”, diferentemente dos primeiros viajantes que a percorreram em rápidos contatos, que estavam imbuídos de um caráter meramente geográfico-político.

Claro está que há uma nítida diferença entre esses primeiros colonizadores que em primeira instância, buscavam mais a melhoria de suas condições de vida do que as grandes levas de extratores que lhes sucederam e que vinham para tentar a continuidade de sua sobrevivência. Benchimol disse: “Nesse tempo não se falava em seca [referia-se à grande seca que assolava o Nordeste, entre 1877-1880], só se falava em borracha”.¹⁵

Em direção ao Vale do Juruá no ano de 1877, um outro movimento migratório irá atingir o rio Tarauacá, cuja foz limita

14 RANZY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre** (1870-1912). Rio Branco: Edufac/M. M. Paim – Rep. e Comércio, 1992; COELHO, Enice Mariano. **Acre: o ciclo da borracha** (1903-1945). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1982.

15 BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco antes e além-depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977, p.182.

o baixo e o alto Juruá. Em cerca de 10 anos todo o seu vale estava ocupado, tendo aquela parte do Acre uma população de aproximadamente 14.028 pessoas, no ano de 1906.

Buscando explicar as condições internas que viabilizaram essa migração, que podem ajudar a compreender essa preferência dos nordestinos pela Amazônia, em detrimento da região Sudeste, também carente de mão de obra para os cafezais, Santos (2000) aponta certos fatores, dentre os quais, cita-se: o preconceito do trabalhador nordestino pela labuta dos cafezais, considerada tradicionalmente uma ocupação de escravos.

Na Amazônia, ao contrário, o trabalhador era supostamente dono de si, um seringueiro autônomo. As condições de trabalho nos seringais transmitiam uma falsa ideia de trabalho livre: as ilusões de enriquecimento rápido a que o “boom” da borracha expunha o nordestino, suficientes para superar os estímulos de maior salário ou remuneração do Sul; propaganda e arregimentação realizada pelos prepostos de seringalistas do Pará e do Amazonas, em Fortaleza, Recife e Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais; subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam aos transportes dos imigrantes, em vista dos programas de colonização agrícola, mas que em última análise, redundavam em fatores atrativos à imigração para as zonas extratoras da borracha; maior proximidade e facilidade do transporte de cabotagem até o porto de Belém, em relação ao Sul do país; e a ruptura da resistência dos senhores de terras nordestinas à saída de homens, numa época em que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e refúgios dos núcleos urbanos.¹⁶

Além de Santos, Graham e Buarque de Holanda Filho apontam outras razões mais ou menos coincidentes, a saber: os promotores da imigração, oriundos dos seringais, estavam presentes, prontos para recrutar dentre a massa de desempregados e refugiados que abundavam pelos portos de Fortaleza, Natal e Recife. Ao contrário, os plantadores sulistas nem se

¹⁶ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Op. Cit., p.108.

achavam presentes, nem aparentemente interessados em contratar trabalhadores nordestinos; a psicologia do sertanejo era provavelmente mais atraída pela síndrome do *El Dorado* das áreas amazônicas. Fortunas deveriam ser construídas lá, não no Sul; e, finalmente, a Amazônia estava mais perto e a navegação mais fácil e ágil dos portos do Nordeste a Belém do Pará do que para o Sul.¹⁷

Apesar de serem pertinentes as razões citadas e a relevância da grande seca que assolou o Nordeste entre 1877-80, atingindo com maior rigor os sertões do Ceará, que fez desaparecer quase todo o rebanho da região nordestina e perecer de cem a duzentas mil pessoas, conforme nos diz Celso Furtado¹⁸, sendo essa a época da grande corrida de migrantes em direção ao Acre, Pinto de Oliveira nos aponta também como elemento catalisador do processo migratório, analisando o complexo econômico nordestino que tinha por base o açúcar e o algodão, a crise na produção algodoeira, no início da década de 1970, e a formação de excedentes populacionais no interior dessas unidades econômicas tradicionais do Nordeste, principalmente do Ceará.¹⁹

Como afirma Evaldo de Mello:

...a despeito do dreno, a mão de obra livre do norte apresentava-se mais que suficiente para necessidades que, fazendo sua transição do trabalho livre para o escravo, achava-se estagnada, o que também vem confirmar a grande migração, sobretudo cearense, do “velho norte” para o “novo norte” da borracha.²⁰

A maioria da mão de obra nordestina foi deslocada para trabalhar nos seringais, mas parte dela estabeleceu-se nas regiões próximas de Belém e Manaus, em colônias agrícolas organi-

17 GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. **Migration** - regional and urban/growth and development in Brazil: selective analysis of the historical record, 1872-1970. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1971, p. 4, citado por MARTINELLO, Op cit. p. 39.

18 FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989, p.133.

19 OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. **O sertanejo, o brabo e o posseiro** (Os cem anos de andanças da população acreana). Rio Branco: Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Acre, 1985. p. 9-12.

20 MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império**: 1871-1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1984, p. 26.

zadas pelos governos provinciais, objetivando a produção local de alimentos e conseqüentemente o povoamento da região, e com um cunho complementar ao extrativismo gumífero. Daí os esforços dos governos em promover política de subsídios de transporte de migrantes para os programas de colonização. Poucos desses projetos deram certo, pois a maioria dessas iniciativas foi um redundante fracasso, pois, segundo Ferreira Reis:

Na Amazônia os nordestinos chegaram para uma empresa que se caracterizava pelo aventureirismo. Eles significavam mão de obra necessária. Não havia um propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demográfica e politicamente o futuro.²¹

A região do Acre e dos altos rios foi a que mais atraiu esses migrantes. As principais causas foram: a busca de recursos imediatos e temporários; a incidência abundante da seringa na região; a necessidade de novos espaços visando possibilitar a ocupação de todo o potencial disponível de mão de obra; a necessidade de aumento da produção gumífera, estimulada pelos crescentes e vantajosos preços oferecidos pelo mercado externo e o esgotamento parcial das árvores produtoras do látex nas regiões dos baixos rios.

Assim como no âmbito geral de nordestinos vindos para a Amazônia os números são desconhecidos nos diversos autores que trataram da questão²², ora estimando-se em 250 mil, 350 mil, 500 mil, o que não deixa de ser um fluxo de grandes proporções para o Acre, também não existem estatísticas organizadas, nem informações seriamente confiáveis a respeito, portanto, há que se considerar a referência exposta anterior-

21 FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Americana, 1972, p. 225-226.

22 FURTADO, Celso. Op. Cit., p. 129-135, estimando em 500 mil o número de migrantes; TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará**; CÂMARA, Dorneles. **Colocação no Amazonas dos flagelados no Nordeste**. Manaus, 1919; Teófilo estimou que só para o estado do Amazonas vieram 158.125 migrantes, de 1877 a 1900; FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **História do Amazonas**. Manaus, 1932, estimou em 100 mil indivíduos a leva de migrantes que se dirigiu ao estado do Amazonas, até a Proclamação da República; BENCHIMOL, Samuel. Op. cit., p. 247-251, estimou que no período de 1850 a 1915, 350 mil nordestinos se estabeleceram na Amazônia; GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1974, estimou que no ano de 1869, só do Ceará as saídas chegaram a pouco mais de 250 mil pessoas, sendo que grande parte se fixou na Amazônia, citado por COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Op. Cit., p. 38.

mente, citando Ferreira Reis, “... de que cerca de 70 mil indivíduos encontravam-se naquela região quando da incorporação deste ao território brasileiro”.²³

Anos antes, em 1887, citado por Tocantins, o coronel Labre estimou que só no rio Acre, sem incluir os aborígenes, existia uma população de 10 mil almas.²⁴

Se compararmos mão de obra e crescimento da economia, verificamos que a nova área da floresta amazônica, incorporada à extração do látex e que posteriormente se constituirá no Território do Acre, correspondeu a um aumento significativo na produção da borracha.

Em 1899, segundo Craveiro Costa, 60% da borracha produzida na Amazônia provinha do Acre, o que exigia um número considerável de mão de obra na economia extrativista gumífera, a qual foi estimada em aproximadamente vinte mil trabalhadores.²⁵

Segundo Caio Prado, o Território do Acre começará a contribuir com algum vulto para a produção brasileira (da borracha) em 1903, quando o volume exportado da goma ultrapassa 2.000t. No ano seguinte, alcançará 8.000t. e em 1907, com mais de 11.000 t, colocando-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do país.²⁶

Apesar de ser um território até então povoado por indígenas, pouco ou debilmente foi utilizada essa mão de obra no extrativismo da borracha. E quando o foi, deu-se através dos “caboclos amansados”, que fizeram as atividades auxiliares, como caçadores, canoeiros e agricultores. Somente poucos desses “caboclos amansados” desenvolveram trabalhos mais especializados, como mateiros e mesmo seringueiros.

Na verdade, os índios nunca aceitaram a subjugação ou escravidão e, como qualquer população não envolvida em cir-

23 FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **O Seringal**. p. 41.

24 TOCANTINS, Leandro. Op. Cit., p. 147.

25 COSTA, Craveiro João. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Nacional, 1974.

26 PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 237.

cuitos mercantis – não entendiam a necessidade de se trabalhar duro para além das necessidades da subsistência, daí o mito da “preguiça da raça”, tão difundida no Brasil, pelos conquistadores. Além disso, sobre a questão da terra, não podemos deixar de citar novamente as chamadas “correrias”, que se traduz no seguinte: a expulsão dos indígenas de seu habitat.

Quanto ao seringueiro-extrator, desde quando saía de sua terra natal, na condição de migrante, se endividava com o patrão-seringalista, pois tinha que pagar todas as suas despesas de viagem. Estas eram financiadas pelo vendedor de mão de obra, que por sua vez era ressarcido pelo seringalista, de quem o seringueiro se tornava devedor.

Ao chegar como “brabo”²⁷, após longa e exaustiva viagem por mar e rio acima, era desembarcado no barranco do rio, onde se localizava o seringal e lhe esperava o “coronel de barranco”. Ali, o trabalhador recebia as primeiras instruções quanto ao trabalho que iria desenvolver e tinha que adquirir seus instrumentos de trabalho e os primeiros gêneros alimentícios, geralmente estimados para os primeiros três meses de trabalho, cujos valores eram anotados na conta corrente, em nome do extrator.

Dentro dessas condições, o capital monopolista, sob a dominação imediata e visível do capital mercantil, sob a égide do capital comercial, rearticula e amplia um sistema *sui generis* do processo de trabalho – o sistema de aviamento – conforme enfatiza Ianni.²⁸

Grosso modo, o sistema de aviamento funcionava da seguinte forma: o capital internacional financiava as casas aviadoras e exportadoras, que por sua vez aviavam os seringalistas e estes aos seringueiros, os quais, ao produzirem a borracha vendiam-na aos seringalistas, e estes às casas aviadoras e ex-

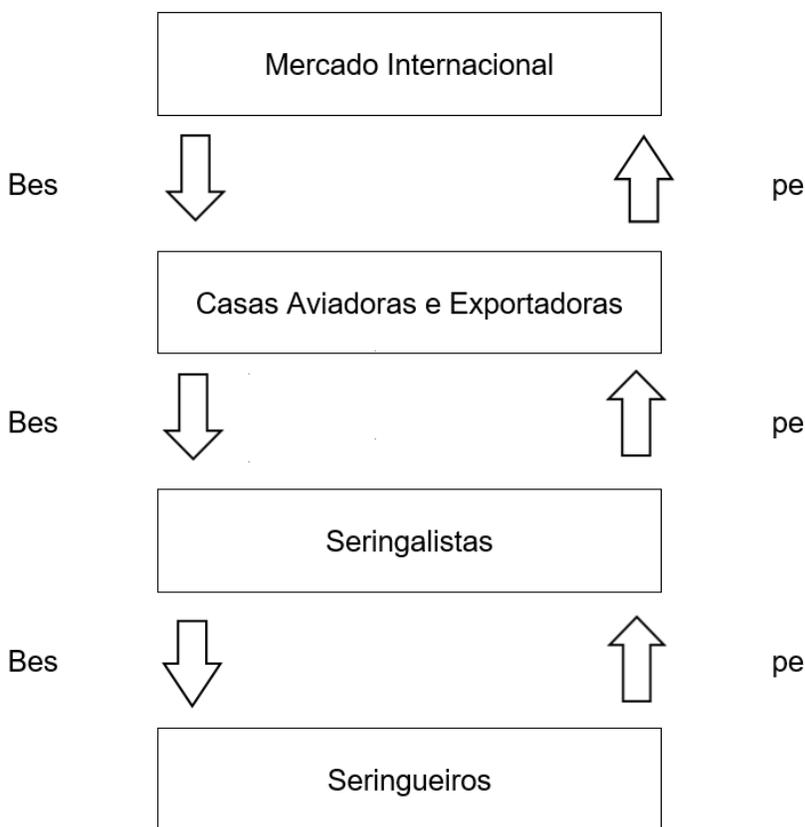
27 O migrante nordestino quando chegava ao seringal era denominado de “brabo” por não conhecer o processo de trabalho e não estar adaptado à vida no interior da floresta. Na medida em que aprendia as tarefas de corte, coleta e defumação do látex e se adaptava à nova vida no seringal, era chamado de “manso”.

28 IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Cap. V. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 42-56.

portadoras, que tratavam de comerciá-la junto ao mercado internacional.

Nesse sistema, o elo menos favorecido era o seringueiro, enquanto que o capital internacional foi o mais aquinhado, já que se apoderou dos fabulosos lucros proporcionados pela exploração da borracha.

Santos define a cadeia do sistema de aviamento e suas múltiplas dependências:



Bes: bens de consumo, instrumentos de trabalho, dinheiro; pe: produção extrativista.²⁹

29 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Op. Cit., p. 160.

1.3 O seringal – organização de produção

Para o objeto de estudo deste trabalho é importante verificar como essa organização estrutura as relações de trabalho em nível de unidade produtiva, e que características imprime ao trabalhador.

Nesse contexto, os seringais se constituem em grandes áreas, constituídos por árvores (*Hevea brasilienses*), localizados à margem do curso do rio principal e em terras firmes, controladas pelo proprietário a partir de uma sede, à qual se agrega, via de regra, ao barracão, que é o local onde o seringueiro se abastece, bem como onde entrega a sua borracha, ou seja, é o entreposto comercial único controlado pelo seringalista.

Havia também depósitos auxiliares e residências para o patrão e para o pessoal que trabalhava e permanecia no núcleo. Os seringais eram então compostos por dois núcleos específicos: a margem e o centro. Na margem encontrava-se instalado o barracão e era considerado a sede administrativa do seringal. O centro era constituído pelas várias colocações com suas estradas de seringa.

A produção da borracha pelos seringueiros é feita em cada colocação. A colocação – pequena clareira no interior da floresta – é a denominação dada ao local no centro, que serve de posto de trabalho e abrigo do seringueiro na floresta.

Nela se encontra uma habitação rústica, conhecida como “barraca” ou “tapiri”, coberta de palha ou cavacos de madeira, erguida sobre toras de madeira roliça, com paredes e piso de paxiúba, uma espécie de palmeira, habitante dos igapós.

Nas proximidades da barraca encontra-se o defumador, espécie de fornalha que serve para transformar o látex do estado líquido em sólido, formando as “pélas” ou grandes bolas de borracha.

Interligando as colocações (entre si) e o barracão estão caminhos abertos a machado e terçados (espécie de espada de folha curta), chamados varadouros. As distâncias entre uma colocação e outra (ligadas pelo varadouro) variam entre dois e

três quilômetros. Através do varadouro, ou de varadouros, são escoadas as “pélas” de borracha com destino ao barracão e, de maneira inversa, essas vias permitem levar para os seringueiros suprimentos de mercadorias, trazidas em comboio ou tropa de animais de carga (burros ou outros).

Cada colocação geralmente era ocupada por um seringueiro, que quase sempre havia se deslocado para a Amazônia sozinho, pois mesmo quando era casado, deixava sua família no lugar de origem, somente modificando essa situação mais tarde.

Suas tarefas básicas começavam antes do dia amanhecer, geralmente entre três e quatro horas da manhã, usando na cabeça uma pequena lanterna chamada “poronga”, que servia para tornar menos escuro o caminho. As tarefas se constituíam assim: limpeza das estradas de seringa, que possuem entre 130, 150 e até 200 seringueiras ou madeiras; corte na árvore, feito com a machadinha, mais tarde substituída pela faca de corte; a coleta do látex, depositado nas tigelinhas de folha de flandres, recolhido por um balde e, para facilitar o transporte, posto num saco de tecido impermeabilizado com o próprio látex; por fim, a defumação, que consiste em passar o leite da seringueira na fumaça que saía da boca da fornalha, para provocar a sua coagulação e endurecimento.

A colocação é composta de uma, duas ou mais estradas de seringa, com traçados geométricos irregulares, sob a forma de ferradura. O seringueiro percorre a estrada realizando as tarefas de corte e coleta. A estrada tem uma entrada e uma saída que começa e termina na colocação. O seringueiro entra na estrada, corta as madeiras, segue cortando, dá uma volta completa, para sair no mesmo lugar que entrou. Era o diagrama de sua existência, caminhava cerca de oito a dez quilômetros diários.

As duas ou três estradas de seringa que lhes eram destinadas para a extração do látex deveriam ser exploradas durante toda a semana e com exclusividade, num trabalho que durava entre 14 a 16 horas diárias, não lhe sendo permitido desenvolver atividades de cultivo ou criação, pois a agricultura exige tem-

po e atenção para o seu bom desenvolvimento. Daí porque os seringalistas, nos primeiros tempos, proibiam qualquer tipo de cultivo. Sua dieta, que já era parca e ruim, ficava sumariamente pior.

Também não lhe era permitido vender a borracha produzida, a não ser para o seringalista, o qual descontava em média 30 kg de borracha por estrada, como renda pela cessão da área explorada.

Os regulamentos dos seringais consagravam uma relação de dependência do seringueiro ao seringalista que, paulatinamente, ia se transformando em uma relação de semiescravidão, condicionada pela eterna ausência de saldo em sua conta corrente.

Araújo Lima assim se referiu ao regulamento:

Por todos os meios, buscava esclarecer o sentido do regulamento que para fins práticos, podia ser resumido apenas em dois dispositivos... o “brabo” precisava se inteirar antes de mais nada, de que ficava expressamente proibido de plantar. Nem de caçar ou pescar. Tinha que consagrar o tempo de trabalho, numa faixa média de 12 horas, somente à extração da borracha, conforme as instruções que recebia oportunamente. Ficava obrigado a se aviar, exclusivamente no armazém do seringal, semanalmente, se o centro fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado. E devia ficar sabendo que era considerado “crime” tentar a aquisição de mercadorias em turco do regatão (comerciantes descendentes de árabes, que tentavam vender de barco, víveres e outros objetos, aos seringueiros) a quem não podia em hipótese nenhuma, vender qualquer quantidade de seringa, por menos que fosse. Multa para desobediência: cem mil réis. Como outro ponto importantíssimo, o seringueiro precisava ter ciência de que, sob nenhum pretexto, teria permissão para se retirar do seringal sem saldar seu débito. E ainda quando tivesse saldo, estava obrigado a avisar o patrão com uma antecedência mínima de três meses. Além disso, em caso de fuga, uma vez recapturado, seria punido como o proprietário achasse conveniente sem prejuízo de multa que seria de cem mil réis para o seringueiro com débito, e de duzentos para o fugitivo que tivesse saldo.³⁰

30 LIMA, Cláudio de Araújo. **Coronel de barranco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 242.

Assim, as relações de produção na empresa seringalista, definidas pelo sistema de aviamento, levavam o trabalhador, que socialmente era considerado livre, a uma situação real de semiescravidão, da qual dificilmente conseguiria se libertar. Essas relações tinham como princípio o endividamento permanente, em decorrência dos altos preços cobrados no barracão e do baixo preço pago pela borracha produzida, pela proibição de qualquer outra atividade por parte do seringueiro que o pudesse levar a uma relativa folga com respeito a dependência das mercadorias aviadas, como por exemplo “botar roçado”.

Além disso, existia a cobrança dos instrumentos de trabalho, evidentemente em favor do patrão, os juros cobrados pelo seu adiantamento, a cobrança da tara, a cobrança da renda já mencionada, o roubo no peso da “péla” de borracha. Enfim, elementos que somados a um ambiente adverso, de péssima qualidade dos alimentos fornecidos pelo barracão, onde muitos eram estragados, fazia grassar doenças como malária, beribéri, impaludismo, infecções intestinais, subnutrição, etc., causando altas taxas de mortalidade entre os trabalhadores.

Esse sistema, além de limitar a circulação monetária, mantinha o seringueiro preso à unidade de produção da borracha, o que limitava o caráter capitalista de tais relações.

A esse tipo de exploração Euclides da Cunha denominou “a mais imperfeita organização de trabalho que engendrou o egoísmo humano. O sertanejo realiza ali, uma anomalia a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se”.³¹

Essa forma de organização do processo de trabalho vai configurar um trabalhador igualmente *sui generis* - seu absoluto isolamento, a submissão moldando sua personalidade, marcada pela dependência no agora e no antes, do sertão de onde ele viera, sempre a esperar um gesto de bondade e reconhecimento dos fortes, tão típico da política de clientela e comprador, aliado a uma super exploração, submetidos às leis

31 CUNHA, Euclides da. **A margem da história**. São Paulo: Cultrix/Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 33.

particulares do seringalista – fazem com que a única resistência possível seja o enfrentamento pessoal violento. Inúmeras testemunhas dão conta de que as tentativas de rompimento com o “cativeiro” eram castigadas, via de regra, com a morte.

Outros trabalhadores faziam parte da empresa seringalista, tais como guarda-livros, caixeiros-gerentes, mateiros, toqueiros, fiscais do seringal, camboeiros e noteiros. Era o pessoal que trabalhava na margem e que geralmente morava nas imediações do barracão.

Esse processo se perpetua na Amazônia durante décadas, contudo, sob a lógica de expansão do capital, sofreu oscilações que terminaram por configurar transformações importantes em relação à unidade produtiva e conseqüentemente, no perfil do seu agente – o seringueiro.

1.4 Crise do extrativismo e reorganização do espaço produtivo

A crise da economia extrativista da borracha ocorreu a partir de 1913, com a entrada regular no mercado mundial da produção gumífera do Oriente, principalmente Malásia e Ceilão.

O capital inglês em suas colônias asiáticas racionalizará a produção, introduzindo os seringais de cultivo. Obedecendo à lógica de sua política imperialista. O capital monopolista visava a uma mais alta produtividade, como maiores facilidades, a livre distribuição do capital em nível mundial, sedento de mercado, de fontes de matérias-primas e novas áreas de inversão. Nesse contexto, o capital procura organizar a produção, segundo palavras de José A. de Paula:

Em suas colônias asiáticas, o capital inglês penetra no processo produtivo da borracha, revolucionando e introduzindo sua lógica, sua disciplina, seu ritmo, sua especificidade, e será justamente a causa da perda da hegemonia brasileira. Enquanto a produção asiática far-se-á a partir de métodos capitalistas, sendo o excedente gerado no processo mesmo da produção, a produção brasileira continuará a se dar a partir do capital mer-

cantil que, para obter seus lucros do fato de ter o monopólio do barracão e o poder de estabelecer os preços da compra da borracha do seringueiro, não se interessará em transformar o processo da produção, não interferindo no processo extrativo que não se modificará ao longo do tempo.³²

A Ásia, que produzira no ano de 1900 apenas 3 toneladas de borracha, ampliou sua produção para um pouco mais de 47 mil toneladas no ano de 1913, ultrapassando a produção brasileira de 1912 (43 mil toneladas), ano em que se registrará a maior safra gumífera no Brasil. Em 1920, a produção asiática chega a mais de 300 mil toneladas.

Sem competitividade, em função da baixa produtividade relativa, elevados custos de produção, do sistema arcaico empregado na produção do látex, pela inexistência de pesquisas agronômicas em larga escala devidamente amparadas pelo setor público, pela falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da borracha, os seringais nativos da Amazônia perdem seu monopólio, gerando falências e em parte, desarticulando o sistema de aviamento por quase trinta anos. Nem o mercado interno, tal fosse a hipótese, poderia salvar a bancarrota, pois inexistia um parque industrial nacional capaz de demandar uma produção significativa, e muito menos na Amazônia se formou um mercado mais diversificado que pudesse ter atraído os capitais provenientes do comércio da borracha. Vale lembrar que os grandes interesses ligados à produção da borracha era de setores externos, principalmente da indústria automobilística, que nada tinha a ver com as reais necessidades locais e muito menos com as necessidades de sua população.

Por outro lado, no caso da borracha, a elite que se formou na Amazônia não teve o poder de pressionar o governo federal, tal qual fizeram os cafeicultores paulistas – vide sua política de valorização do café – e por isso ficaram em uma situação muito mais precária em relação aos demais produtores e produtos de exportação do país.

32 PAULA, José A. de. **Notas sobre a economia da borracha no Brasil**. Belo Horizonte, 1978, p. 10.

Mas essa mesma elite nada ou muito pouco fez pela substituição do extrativismo pela cultura racional da seringueira. Pois, embriagados que estavam pelo lucro e pela ilusão da inesgotabilidade da borracha nativa e de sua superioridade em relação à cultura da seringueira em bases racionais – a borracha cultivada – não atentaram ser essa a única forma de fazer frente ao crescimento constante da demanda mundial e enfrentar a competição com outros produtores que fatalmente apareceriam no mercado.

A extração da borracha foi, então, uma atividade produtiva que somente se tornou possível em condições de monopólio e, quando submetida à concorrência, foi fatalmente suplantada pelas questões já apontadas. Resultado:

A Amazônia descapitalizada pela exploração estrangeira, abandonada pelo poder central, manietada pela falta de poupanças locais, presa a uma estrutura econômica retrógrada, viu passar, desse modo, sua chamada fase áurea.³³

Nesse contexto, a produção gumífera brasileira foi se tornando marginal e conseqüentemente, a sobrevivência da empresa extrativista amazônica só foi possível na condição de atividade produtiva complementar às necessidades do mercado mundial, com preços que apenas asseguravam um pequeno diferencial com relação aos custos de produção.

Se já não bastasse a brutal exploração dos seringueiros, esse tipo de atividade pouco contribuiu para fixar o homem à terra, baseada que era numa economia com características do improvisado e do contingencial, não contribuindo para a melhoria das condições sociais nas áreas exploradas.

Segundo Martinello,

(...) a quebradeira era geral. As falências e concordatas estavam na ordem do dia. Seringais eram desativados sem saldarem seus débitos para com as Casas Aviadoras. E como afirmava na época um relatório da Associação Comercial do Estado do Pará... nesse calamitoso ano (de 1913) desapareceram as mais antigas firmas da praça de Belém... nossos estabelecimentos de créditos, impotentes para socorrê-las foram forçados a limitarem suas opera-

33 SILVA, Luiz Osiris da. **A luta pela Amazônia**. São Paulo: Fulgor, 1962, p. 97.

ções. As medidas que foram tentadas para debelar, ou ao menos contornar a crise, foram poucas e na maioria inócuas e de minguados efeitos.³⁴

Alguns seringalistas buscaram então, na exportação da castanha e de outros produtos extrativistas, num primeiro momento, a alternativa para sua manutenção. Outros aguardavam algumas iniciativas feitas pelos governos locais e federal na questão da borracha, mas que não deram o resultado esperado, mesmo os beneficiando, pois tais medidas não atacavam os problemas essenciais que eram a caduca estrutura das relações de produção e a situação social vigente no extrativismo. Foram medidas técnicas, mas para servir também ao capital monopolista.

Com essa tentativa fracassada houve um movimento de fuga da população citadina, principalmente das classes abastadas, para outras regiões, como o Rio de Janeiro, onde haviam aplicado seu dinheiro principalmente em imóveis, deixando um rastro de empobrecimento ainda maior na Amazônia.

Os seringueiros, por sua vez, também se dividiram. Muitos abandonaram os seringais, voltando às suas terras de origem com passagens dadas pelo governo federal (como o de Epitácio Pessoa), o que ocasionou correntes migratórias no sentido inverso da época do grande “boom” da borracha; outros dirigiram-se para as capitais estaduais, Belém, Manaus e Rio Branco, aonde encontraram somente miséria, desemprego ou subemprego.

A falência da empresa seringalista também acarretou uma substancial perda de população para o Acre no período de 1920-1940. No ano de 1920, o território teve uma população na ordem de 92.379 habitantes; no ano de 1940, o contingente populacional era na ordem de 79.968, significando, portanto, que a população fora reduzida em aproximadamente 13 mil pessoas.

Aqueles que ficaram nos seringais começaram a plantar roçado, a pescar, a caçar para subsistir, reduzindo sua dependência em relação à borracha e ao seringalista.

34 MARTINELLO. Pedro. Op. cit., p. 55.

O despovoamento dos seringais, em consequência da perda de sua população, afetou naturalmente a produção da borracha nativa, diminuindo ainda mais a participação acreana na economia nacional.³⁵

Com o abandono dos seringais surgiu um espaço mais livre de reprodução desses trabalhadores: instaura-se a figura do posseiro. Segundo Duarte, esse processo assim se configurou:

(...) quando o seringalista abandonava o seringal, o próprio seringueiro que ali permanecia, passava a ser o organizador da produção. Grande parte de seu abastecimento era feito por ele mesmo, através da agricultura de subsistência. Parte do abastecimento, bem como a compra da produção do seringueiro, passavam a ser feitos pelo regatão, que na época do apogeu sofria feroz oposição dos seringalistas. O regatão, comerciante que com sua embarcação desenvolvia o comércio ao longo dos rios, passou a substituir em parte, os barracões, arrancando do seringueiro seu sobre trabalho.³⁶

Com o advento da Segunda Guerra Mundial e devido à ocupação dos seringais de cultivo asiáticos pelos japoneses, se voltou a estimular a produção de borracha nativa na Amazônia, o que propiciou à economia extrativa mais alguns anos de sobrevida. Através de entendimentos feitos pelos governos americano e brasileiro, os chamados “Acordos de Washington”, a Amazônia tornou-se novamente o núcleo centralizador de produção disponível para abastecimento das Forças Aliadas.

Duarte assim descreve essa nova fase:

(...) durante a Batalha da Borracha, com o novo estímulo à produção da borracha, os seringalistas voltam a dirigir a produção. Novamente se intensificou a sujeição do seringueiro. Porém, o financiamento ao seringalista e a comercialização da borracha passaram a ser feitos pelo Banco de Crédito da Borracha, que passou a ter o monopólio do produto. Também o suprimento de mão de obra e o abastecimento passaram a ser feitos por intermédio de organismos oficiais.³⁷

35 GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p. 64.

36 DUARTE, Élio Garcia. Op. cit., p. 19-20.

37 Ibid, p. 19.

As entidades oficiais para esse suprimento de mão de obra foram o Departamento Nacional de Imigração - DNI, o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - Semta e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia - Caeta, responsáveis pela mobilização, migração e assentamento de novos seringueiros.

A entidade americana responsável pela chamada Batalha da Borracha (1942-1945), foi a *Rubber Development Corporation* (RDC), substituta da *Rubber Reserve Company*, no ano de 1943. Esta tinha como objetivo concentrar todas as atividades do Programa da Borracha, eliminando todas as áreas de atrito criadas na administração americana pelos vários órgãos com programas similares.

Num primeiro momento, tal Corporação parecia aparentar certas preocupações com o desenvolvimento da região amazônica, a longo prazo. Mas na realidade, concentrou suas atividades no imediatismo da produção, para suprir a urgente necessidade de borracha de que precisavam naquele momento de Guerra.

Nesse segundo “surto” de exploração da borracha, as relações de trabalho se rearticularam com algumas diferenças, impressas por um contrato-padrão fornecido pelo Banco de Crédito da Borracha. Nele o seringueiro teria assegurado 60% do lucro da produção, poderia cultivar um hectare de terra, poderia caçar e vender peles de animais, controlar os preços das mercadorias fornecidas por meio de caderneta e ainda submeter o patrão a possível humilhação de ter que explicar seus atos na justiça.

Com relação à produção da borracha, esta continuaria a ser entregue na totalidade ao seringalista, que poderia acionar dispositivos legais, caso essa cláusula não fosse cumprida pelo seringueiro. Portanto, o produtor ficava impedido de procurar melhor preço e desse modo era submetido ao arbítrio do patrão pela obrigação da entrega do produto.

Embora esse contrato nunca tenha sido cumprido, dadas as reações contrárias dos seringalistas aos avanços nele contido, chegando a afirmarem que ele nada valia, “servindo apenas de engodo para enganar bestas”, e tendo plena consciência de que o Estado não teria mecanismos de fiscalização para fazê-lo cumprir, o simples fato da existência de um instrumento de referência aos direitos do trabalhador os colocava em sobressalto e arranhava o seu (até então) absoluto poder de mando.

As relações de trabalho não voltaram a ser as mesmas nos seringais, sendo assegurada a continuidade da economia de subsistência para os seringueiros, conquistados em época anterior, na pós-crise de 1913. E a existência do contrato-padrão, apesar dos pesares, fazia com que os trabalhadores apresentassem certa resistência, quer individuais, como abandonar seu posto de trabalho e procurar outro seringal, ou apresentar queixas às autoridades, ou procurava se opor, ainda que raramente, de modo coletivo à opressão.

É que a composição desse novo contingente de nordestinos, trazido principalmente pelo Semta, os quais serão denominados “soldados da borracha” ou “arigós”, era muito diferente da migração anterior, composta basicamente por uma massa de “despossuídos” das regiões do Sertão e Agreste, ignorantes e submissos, produto acabado das brutais relações de dependência e exploração, imperantes naquelas regiões.

Nessa nova composição havia desde pequenos proprietários rurais, “os corumbas” – pequenos proprietários do sertão e agreste nordestinos que, na época do corte da cana, deslocavam-se de suas terras, para trabalharem como assalariados nos engenhos – até trabalhadores urbanos. Estes, em grande número, vindos da construção civil, indústria têxtil e de outros setores da economia, muitos deles alfabetizados, outros com experiências em participação nas lutas sociais urbanas.

A entrada desses novos migrantes no território acreano criou condições favoráveis para modificar o comportamento do seringueiro frente ao patrão seringalista. O que indica esse fato é que os novos trabalhadores reagiam contra as condições de

trabalho no interior do seringal, pois os conflitos passaram a ser cada vez mais frequentes a partir desse período.

A forma de intervenção estatal nas relações de produção, isto é, o financiamento ao seringalista, a comercialização da borracha, operado agora pelo Banco de Crédito da Borracha, o qual passou a possuir o monopólio do produto, e das agências americanas nesse segundo “surto” da borracha, foi a de tentar quebrar o tradicional sistema de aviamento. A cadeia de relações comerciais se desestruturava a partir das casas comerciais de Belém e Manaus se desdobrando para o interior dos seringais, que se manifestava nas relações de dependência entre patrão e freguês (que recebia os produtos aviados), e também por afastar o comércio exportador do processo de financiamento e aviamento dos seringais e das operações de recebimento e exportação da borracha.

O abastecimento do seringal seria agora feito diretamente pelas agências governamentais ou sob o seu controle, na tentativa de baratear os preços das mercadorias e assim reduzir os custos da reprodução da força de trabalho, funcionando como um estímulo para o aumento da produtividade e um fator a mais de retenção do trabalhador em seu posto de trabalho.

A reação das elites empresariais da Amazônia a essa forma de intervenção estatal, como de praxe, foi violenta, questionando seus alicerces, em nome da própria sobrevivência da economia local. O fracasso dessa política de abastecimento, que visava prover de modo direto o produtor ou mesmo manter sob controle os preços da mercadoria do barracão, revigorou o sistema de aviamento, que em sua quase totalidade sobreviveu por mais de três décadas.

No que diz respeito às relações de trabalho, é óbvio que a classe dominante da Amazônia também esboçou violenta resistência, pois já em 1919, no Manifesto do Partido Autonomista do Alto Juruá (Acre), que tinha como assinantes na sua maioria proprietários rurais e comerciantes, pedia-se textualmente uma lei que regulasse as relações entre fregueses e patrões. Mas, com certeza, deveria ser uma lei tal que tornasse possível a es-

cravidão por dívida. O que se reclamava era por uma garantia para os casos de abandono unilateral do posto de trabalho pelo seringueiro-freguês, quando este endividado estivesse.³⁸

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, se instala uma nova crise, pois com a recuperação dos seringais de cultivo asiáticos, a produção gumífera amazônica ficou diante do mesmo dilema de 1913.

1.5 A segunda grande crise e suas consequências

Os americanos, durante o esforço de guerra, desenvolveram a borracha sintética. Com o término da Guerra, os centros produtores asiáticos passaram a abastecer paulatinamente os seus tradicionais mercados do ocidente. A borracha sintética produzida internamente e a importação da borracha asiática retiraram o interesse dos Estados Unidos com relação ao látex amazônico, cujos custos não tinham a menor condição de concorrer no mercado internacional.

A crise da superprodução da borracha nativa, por falta de mercado externo, de certo modo foi atenuada pelo acelerado desenvolvimento da indústria nacional de artefatos de borracha, em consequência da política de substituição de importações levada a cabo pelo governo Vargas, criando condições para que a produção da borracha natural fosse beneficiada e transformada internamente. Mesmo assim, até 1947, a mencionada indústria interna para substituição de importações, criando condições para que a produção da borracha natural fosse beneficiada, tinha apenas capacidade de consumir 50% da produção dos seringais em atividade na Amazônia.

Diante dessa situação foram tomadas várias medidas, dentre as quais uma de fundamental importância para os interesses dos comerciantes e seringalistas: a manutenção do monopólio estatal das operações finais de compra e venda da bor-

38 BARROS, Glímedes Rego. **A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá** (1912-1915). Brasília: Senado Federal, 1981, p. 129, citado por COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Op. Cit., p. 83.

racha natural. Evidentemente que a esse tipo de intervenção estatal que os favorecia não houve reação negativa das elites locais, muito pelo contrário, a manutenção dessa política protecionista foi fruto de grandes pressões ligadas naturalmente aos interesses do extrativismo gumífero, cujos argumentos apelativos eram para o sentido “social” de tal medida (manutenção do emprego), além da economia de divisas que a produção nacional de borracha significava.

A despeito da ampla evidência contrária ao extrativismo amazônico, os seringais conseguiram, com o apoio governamental, se sustentar mais uma vez.³⁹

Na verdade, o preço da borracha amazônica era pago ao seringalista a Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros) o quilograma, enquanto isso, a média vigente no mercado internacional durante os últimos seis meses de 1948 não passaria de Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) o quilograma. Além disso, o governo instituiu a Comissão de Defesa da Borracha, que passava a orientar e definir políticas para o setor.

Em 1950, o BCB (Banco de Crédito da Borracha) é transformado em Banco de Crédito da Amazônia, reforçando-se o seu aporte de recursos, passando também a assumir novas atribuições e responsabilidades com relação à política de desenvolvimento regional. O BCA, com prioridade financiava a borracha natural, mas também alocava recursos para estimular outras atividades produtivas na região.

Os estoques formados durante o curto período de superprodução foram absorvidos pela indústria de artefatos de borracha, que apresentava um acelerado e diversificado crescimento. A indústria de pneumáticos recém instalada ampliou sua capacidade produtiva diante de um mercado de consumo em expansão, passando a exigir quantidades cada vez maiores de borracha natural.

A partir de 1951, o consumo interno de borracha natural supera a produção gumífera advinda da região amazônica, pas-

39 ALVES, Nelson Prado Pinto. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec / Conselho Regional de Economia, 1984, p. 111.

sando o país então à condição de importador do produto. Com isso, a situação mudou; os industriais do Centro-Sul pressionam no sentido do rompimento do monopólio estatal, para que fosse facilitada a importação do produto mais barato produzido externamente.

A supressão do monopólio das importações da borracha vegetal não só acarretou sérios golpes no extrativismo da goma elástica, mas em outras atividades agrícolas extrativistas e de cultivo na Amazônia, pois as mudanças realizadas afetaram os recursos do BCA destinados para o financiamento das atividades empresariais na região.

As perdas na renda anual do BCA foram estimadas entre 400 a 600 milhões de cruzeiros. Esses recursos, que asseguravam operações de créditos subsidiados para extração, comércio e transporte da borracha vegetal, também se destinavam a financiar com juros abaixo dos praticados pelo mercado a produção do comércio de juta, castanha, malva, pimenta, dendê, babaçu, arroz, madeira e outros. O corte abrupto no volume dos recursos suscitou o clamor público dos amazonenses, pois, além disso, a quebra do monopólio na importação da borracha vegetal teve outras consequências daninhas.

Segundo Meira:

A indústria de artefatos de borracha, frequentemente, importava quantidade muito acima de suas necessidades, passando a manter estoques. Com essa prática, forçava o Banco de Crédito da Amazônia a despender vultosas quantias com a compra da borracha silvestre, acarretando, ainda, despesas de armazenagem na praça de São Paulo. Só adquiriam borracha nacional quando lhes faltava o produto similar (...) como consequência disso, as vendas da borracha nacional à indústria leve e pesada, apesar do notório aumento de consumo interno do produto, caíram de 23.011 toneladas, em 1959, donde uma desvantajosa variação de 4.454 toneladas, correspondente a 19%.⁴⁰

Essa “queda de braço” entre os produtores de borracha e industriais de artefatos continuará nos governos Kubitschek

40 MEIRA, Alfredo. **A revogação da lei do monopólio estatal da borracha**: suas consequências políticas, sociais, econômicas e ecológicas para a Amazônia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. 1992, p. 139 (mimeo).

(1955-1960) e Jânio Quadros (1960-1961) através de vários decretos, ora beneficiando um, ora outro. Além do que, com a instalação da indústria de borracha sintética no país, através da Fabor (Petrobrás) e Coperbo (Governo do Estado de Pernambuco), foi transferido para essas empresas o direito de comercialização direta de sua produção, eximindo-as do controle e tutela da agência executante do monopólio estatal. Passou-se também a estimular o consumo da borracha sintética como substituto da borracha natural.

Todo esse processo evidenciava um fato: o extrativismo continuava a ser atividade econômica anacrônica. Nenhuma melhoria técnica no processo produtivo foi adotada. O velho sistema de aviamento foi mantido e as relações de exploração dos seringueiros não foram atenuadas, passando o Banco a fazer o papel de intermediador, que era realizado, na primeira fase, pelas casas exportadoras e aviadoras.

Segundo Silva:

O quadro de dependência que marcou a economia reflexa na fase áurea da borracha no fundamental, permaneceu inalterado. Só que agora, com o deslocamento do centro consumidor, o trabalho do seringueiro exercido na extração do látex passou a servir o processo de reprodução e acumulação de capitais centrados na área dinâmica do país.⁴¹

Essa complementação contraditória se encontra expressa no relatório ao grupo encarregado para proceder ao exame de política nacional da borracha, que considerou o extrativismo impotente para se ajustar ao mercado com preços competitivos. As conclusões do grupo de trabalho foram incorporadas pela Lei 5.227, de janeiro de 1967, que veio a ser alterada pelo Decreto-Lei 164, de 13 de fevereiro de 1967, cujo principal dispositivo extinguiu o monopólio estatal das operações finais de compra e venda da borracha, instituindo, todavia, um preço de garantia ao produtor que viesse a entregar a sua produção de borracha vegetal ao novo órgão responsável pela política para o setor, a Sudhevea ou seus representantes. A execução rigoro-

41 SILVA, Adalberto Ferreira da. **Ocupação recente das terras do Acre**: transferência de capitais e disputa pela terra. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1982, p. 29.

sa da referida lei teria como consequência inevitável o aniquilamento do extrativismo gumífero e da produção nacional de borracha vegetal.⁴²

Era o prenúncio anunciado do golpe fatal no monopólio estatal da borracha. Na verdade, a condição de importador de borracha, com preços muito mais acessíveis no mercado internacional, continua até hoje, no Brasil.

Inicia-se assim, o processo de desativação gradativa dos seringais nativos, apesar do alento dado pela Lei nº 5.459, de 21 de julho de 1968, estabelecendo a equiparação dos preços da borracha importada aos preços vigentes para a matéria-prima nacional, que naquele ano equivalia a pouco mais de 2,5 vezes ao preço do produto asiático.

De pouco ou nada adiantaram as várias tentativas nesse sentido, apesar de estarem contidas no dispositivo da lei. Atividade tida como parasitária, manifestada na contenção e custo do crédito e, sobretudo, na insegurança dos preços, advindos das frequentes ameaças contra sua atividade, os seringalistas ficaram fortemente endividados com o Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA), após Banco da Amazônia S.A. (Basa), e foram compelidos posteriormente a colocar os seus imensos latifúndios à venda para potenciais compradores do Centro-Sul.

Cabe realçar, contudo, que o abandono dos seringais pelos supostos donos não teve início na década de 1960, conforme enfatiza Costa Sobrinho.⁴³ Esse movimento acentuou-se desde o período da crise do seringal nativo, quando da entrada da produção de borracha asiática no mercado mundial, cujo número de seringais abandonados por seus proprietários foi muito grande e onde em muitos deles ficaram os seringueiros, arrendatários ou prepostos.

No bojo desse longo processo verifica-se a expansão da categoria de seringueiros autônomos. De fato, com o abandono dos seringais, os seringueiros não puderam mais contar

42 ALVES, Nelson Prado Pinto, Op. cit., p. 136.

43 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Op. cit., p. 141.

com o abastecimento do barracão e tiveram que formular nova estratégia de sobrevivência, que garantisse a sua reprodução enquanto força de trabalho no interior da floresta. Essa nova forma de sobrevivência só foi possível devido ao afrouxamento das relações de dominação vigentes, passando o seringueiro a colocar o seu roçado e a cultivar gêneros de subsistência, como mandioca, milho, plantio de fruteiras, etc. A caça e a pesca se tornaram atividades frequentes, inclusive a venda de peles de animais nos regatões.

Esse novo trabalhador, livre do barracão, podendo comprar e vender a quem melhor lhe aprouvesse os produtos de sua subsistência e de sua produção, sem pagar renda, se constituiu em seringueiro autônomo, categoria típica de posseiros do Acre, que terá sua expressão política na década de 1970, reivindicando o direito de permanecer enquanto tal.

Além da expansão do seringueiro autônomo, fortaleceu-se também outro agente social, o comerciante ambulante, conhecido como marreteiro, que vendia gêneros e comprava borracha, ocupando o lugar dos regatões.

Atendendo à demanda dos seringueiros autônomos, os marreteiros representavam ainda, frente aos seringais tradicionais que persistiam nesse processo de transição, uma séria concorrência aos seringalistas, atuando como intermediários em detrimento dos barracões.

CAPÍTULO II

GOVERNOS MILITARES:
A GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO

A “pedra de toque” final nesse longo processo da desestruturação da economia extrativista no Acre foi dada pelo governo federal, na redefinição da política econômica para a Amazônia.

O Estado autoritário instaurado em 1964 formulou uma doutrina de “intervenção” interna, diferentemente do período anterior, trazendo a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento naquela região, traçando uma outra estratégia de desenvolvimento, cujo objetivo era integrá-la a um processo de âmbito nacional.

A política interna de mudanças na região, no entanto, vinha se desdobrando desde os anos 50, com a famosa “Marcha para o Oeste”, que induzia o deslocamento da frente de expansão e o processo de ocupação de terras, na abertura e aproveitamento do Centro-Oeste. Mas, atingirá a Amazônia somente na década de 1960, sob a nova ótica de modernização e ocupação dos “vazios econômicos”.

A chamada política de valorização da região com base em “Segurança, Integração e Desenvolvimento” ou “Integrar para não entregar”, levou a aceleração na abertura de estradas, entendida como condição necessária à participação do mercado nacional e controle das fronteiras.

Segundo Becker:

a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento e mão de obra, sob forte controle social. A Amazônia assume posição-chave frente as prioridades econômicas e geopolíticas de ordem interna e externa.⁴⁴

Apesar da “Marcha para o Oeste” ter-se dado anteriormente, como observamos, quando foram construídas no governo “desenvolvimentista” de Kubitschek as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre – verdadeiras pinças em torno da floresta

44 BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1994. p. 12.

Amazônica – foi nos governos militares mais precisamente na época do “milagre econômico” (1968-1974), o período que ficou marcado por ações governamentais (principalmente para o Acre), que inspiraram a rápida ocupação das áreas de fronteira, com o objetivo de incorporá-las ao conjunto da economia nacional, de acordo com a estratégia e diretrizes delineadas pelo modelo de desenvolvimento adotado com o golpe de Estado.

Cabe ressaltar que esse período do “milagre econômico” foi caracterizado por elevadas taxas de crescimento, 11,3% em 1971, 12,11% em 1972 e 14% em 1973, o que se tornou em grande instrumento de propaganda política para o regime. Esses bons resultados na área econômica, no entanto, privilegiaram os amigos do poder, como industriais, banqueiros, favorecidos de toda espécie, tornando-os quase sócios do regime, processo acompanhado pela brutal repressão, alijando do processo decisório políticos com propostas sociais, sindicalistas, religiosos, representantes populares, jornalistas, setores da sociedade civil para os quais se deveriam dar respostas.

Tal fórmula de modernização autoritária baseava-se no tripé: governo, que comandava empresas privadas nacionais e as multinacionais, excluía os cidadãos comuns, isto é, a maioria do povo brasileiro, pela repressão política e pelo controle dos salários, mantidos sempre abaixo da inflação (arrocho salarial), através dos quais mantinham a taxa de remuneração do capital e, sobretudo a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Foi uma política econômica concentradora de renda e antipopular.

Dentro desse prisma, onde a dimensão ideológica do Estado, simbólica e efetiva, de desenvolvimento e integração nacional, não foi menos importante, instituiu-se a chamada “Operação Amazônia”, de forte conteúdo geopolítico, constituída por um conjunto de leis, incentivos e outras providências, visando desenvolver a Amazônia, ocupá-la, povoá-la e fortalecê-la economicamente em favor da iniciativa privada.

Definiu-se também como estratégia de ocupação do espaço amazônico, o deslocamento de imigrantes nacionais e es-

trangeiros, homens de negócios e empreendedores dispostos a participar do grande projeto de integração nacional.

Rêgo sublinhou que:

Os requisitos básicos do desenvolvimento industrial dependente levam o Estado ditatorial de transição a desencadear em 1966 a “Operação Amazônia”, cujo objetivo era justamente iniciar o processo de ocupação pelo capital. Substituir a economia extrativista, dominada pelo capital comercial, pelas empresas capitalistas agropecuárias, agro-industrial, mineral e industrial, amparada em incentivos monetários e fiscais. Tratava-se de modernizar e racionalizar a estrutura produtiva da Amazônia, através do concurso da empresa monopolista nacional e multinacional do Centro-Sul. As considerações geopolíticas funcionavam como um componente ideológico da “Operação Amazônia”, visando criar uma unidade nacional em torno da necessidade da “conquista” da Amazônia e justificar a expansão e as generosas políticas em favor do capital. Já indicava, também os primeiros passos de uma política de segurança nacional como parte da interiorização, como luta de classe em nível nacional, do conflito Leste-Oeste, da “democracia ocidental” *versus* o “comunismo internacional”. No Brasil, esse confronto, no que respeita ao objeto de análise, se expressava na necessidade de “tamponar” os espaços vazios na Amazônia, “vivificação das fronteiras”, isto é, realizar a ocupação capitalista com barreiras aos impulsos revolucionários urbanos, movimentos guerrilheiros em países fronteiriços ou de organização interna. Esse fator assumirá destacada importância na década de setenta.⁴⁵

A essas medidas e preocupações somou-se, conforme também enfatiza Becker,⁴⁶ o peso do dinamismo interno dos países vizinhos que, embora menos industrializados, tinham movimentos de investimento e de população direcionados para sua região amazônica, facilitados pela proximidade dos seus respectivos centros vitais. Assim, considerou-se necessário assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana, tratando de garantir que essa exploração não fosse capturada para a órbita do Pacífico e do Caribe, os quais sugeriam a construção da *Carretera Boliviana Marginal de la Selva*, rasgando perpendicularmente o interior

45 RÊGO, José Fernandes do. **Estado capitalista e políticas públicas**: Estado brasileiro, processo de ocupação e extrativismo de borracha na Amazônia. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado. 1992, p. 344-345 (mimeo).

46 BECKER, Bertha K. Op. cit., p. 13.

amazônico; e, contrapondo a proposta do Instituto Hudson, de construção de grandes lagos, submergindo a Amazônia. Acrece-se a projeção continental do Brasil em termos de exportação de manufaturados e de sua iniciativa de um Programa de Desenvolvimento Integrado Pan-Amazônico com os demais países amazônicos, justificada por sua posição, que comanda a Boca do Vale, por seu dinamismo e por deter a maior parte da Amazônia sul-americana.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia tinha como ordenação a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, através da lei 5.173 de 27/10/66, substituída da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, do governo Kubitschek; passando a ter como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A - Basa; através da lei 5.122 de 28/09/66, esse banco substituiu o Banco de Crédito da Amazônia; e, por fim, a Zona Franca de Manaus, através do Decreto-Lei de 28/02/67, com sua respectiva Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, todos criados na gestão do Marechal Castelo Branco.

As indicações de cunho geopolítico ficam claras na justificativa ao anteprojeto que criou a Sudam. Nele se faz referência à região amazônica, como: “um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva”; e ainda “...uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais”. São enfatizados novamente também nesse anteprojeto alguns aspectos de cunho geopolítico, principalmente ao discorrer e orientar as formas de ocupação dos vazios demográficos: “a adoção de política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos e a fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às áreas de fronteira”.⁴⁷

47 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988. p. 30-31.

Além desses aspectos, a Sudam, o Basa e Suframa terão entre outros, os seguintes objetivos: resguardar para a indústria privada as atividades econômicas rentáveis (indústrias agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos), ficando a parte de infraestrutura, planejamento e pesquisa com o governo, e propiciar uma política de incentivos fiscais e creditícios, visando incentivar os investimentos nacionais e estrangeiros a realizarem empreendimentos na região e nela reinvestir os lucros obtidos.

Para Cardoso e Muller:

... está claramente evidenciada a posição privilegiada que é dada ao capital privado, nacional ou estrangeiro; ... desestimula a produção extrativa, preferindo que esta seja substituída, sempre que possível por atividades mais rentáveis.⁴⁸

A decadência e desativação dos seringais, que vinha ocorrendo há muito, foi acelerada. Ao Estado não interessava a preservação do extrativismo da borracha, atividade anacrônica, de baixa produtividade, e não compatível ao novo projeto de acumulação vigente no país.

De um lado, seringalistas endividados e falidos, sempre perdulários em seus gastos e investimentos, não contando mais com os cofres do Estado através do BCA, que lhes fornecia dinheiro com juros subsidiados e lhes comprava compulsoriamente a borracha, e de outro lado, os seringueiros já autonomizados (ou a maioria deles), se negando a pagar renda. A outros patrões, aproveitando a abertura das estradas (como no caso do Acre as AC-40, BR- 317, BR-364) para realizarem em suas margens suas relações com os compradores de borracha e fornecedores de mercadorias, somente restou como alternativa a venda de seus latifúndios, muitos dos quais sequer tinham exata noção do tamanho dessas áreas de terra, passando então a arriscarem-se em outros empreendimentos mais “rentáveis”.

De acordo com Duarte:

48 CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 144.

...não se pode culpar exclusivamente o BASA pela insolvência dos seringalistas. Estes, acostumados à intensa exploração que faziam sobre o seringueiro, às facilidades de financiamento do então Banco de Crédito da Amazônia e à garantia da compra da produção pelo Banco, nunca se preocuparam em melhorar as condições de produção da borracha. Preferiram aplicar seus lucros em imóveis no Rio de Janeiro ou gastar improdutivamente o dinheiro, fruto da exploração do sobretrabalho do seringueiro. Quando o Banco mudou suas orientações em função da política da Amazônia, adotada a partir de 1966, grande parte dos seringalistas não se adaptou a nova sistemática desta política e muitos seringais começavam a ser desativados. Desta situação se aproveitaram os especuladores e os investidores sulistas.⁴⁹

O grande privilégio da política de incentivos fiscais de ocupação da Amazônia foi direcionado para a indústria; esta, porém, com resultados economicamente insatisfatórios, apesar do expressivo apoio financeiro. Assim, os órgãos gestores – Sudam, que teve como modelo a Sudene e o Basa, que funcionava como banco de desenvolvimento regional, juntamente com as empresas privadas consideradas de interesse para o desenvolvimento local, puderam qualificar-se com isenção de até 100% do imposto de renda devido até 1982.

Num segundo momento, isto é, a partir de 1970, a liberação dos recursos provenientes dos incentivos passou a dar mais ênfase à pecuária e à agricultura, privilegiando a primeira, como é possível perceber pelas estatísticas regionais. Entre 1964 e meados de 1976 foram apresentados mais de 800 projetos; desses, cerca de 462 eram pecuários.

O domínio da empresa agropecuária não será somente econômico, mas político também. Pois o governo, na sua visão geopolítica, considerava necessária a ocupação rápida de uma área extensa como a Amazônia. Portanto, mediante a escala dos investimentos e de organização empresarial considerada necessária, achava-se impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários.

Nesse processo, fazem-se ressalvas ao estado do Acre, onde se presença de grandes, médios e pequenos empresários,

49 DUARTE, Élio Garcia. Op. cit., p. 58.

selando irreversivelmente sua próxima saga de ocupação, agora também passando pela pata do boi e botas de cano alto.

O que se apresentará daí por diante, no que concerne ao problema agrário, é que as grandes empresas agropecuárias e grandes fazendeiros exerceram conjuntamente o monopólio da terra, consolidando e ampliando o latifúndio. Além do que, criaram poucos empregos, ocupando terras que poderiam estar servindo à agricultura, derrubando árvores que poderiam ser exploradas racionalmente e expulsando os ocupantes tradicionais.

Constituíam-se assim, sem dúvida, uma situação contrária aos princípios e aspirações do Estatuto da Terra, que apesar das limitações, tinha como meta a fixação do homem a terra. A ironia desse cenário apocalíptico, no qual o capitalismo selvagem manifesta a sua face, num processo predatório do qual o trabalhador e a natureza são vítimas, é que alguns desses projetos eram fictícios, outros foram abandonados, raras empresas rurais foram constituídas, resultando em grande perda de impostos para os cofres públicos. Mas, os latifúndios não diminuíram, ao contrário, multiplicaram-se, polarizando ainda mais o conflito pela posse da terra.

No Acre, a corrida de incorporação de suas áreas ocorreu no início da década de 1970. Várias vezes se ergueram na tentativa de resistência contra a expropriação do trabalhador rural, atestando o significado político desse agente social, que até então tinha resistido de forma isolada, pontual, sem força para articular uma nova perspectiva.

Para que não se incorra no erro de perder a dinâmica de estruturação de consciência, tomando-a como manifestação conjuntural, vale recuperar, encerrando este capítulo, algumas manifestações de resistência dos seringueiros.

2.1 Aspectos da resistência dos seringueiros anterior à década de 1970

As informações relativas ao processo de resistência dos trabalhadores rurais no período que antecede a década de 1970 são esparsas e fragmentadas. Ainda assim, vale resgatar o registro de alguns momentos que atestam a existência desse processo e ilustram suas características:

- No seringal São Pedro, no começo do século, mais precisamente nos últimos anos da primeira década, onde seringueiros revoltados abandonaram seus postos, devido às péssimas condições de trabalho.
- Em Rio Branco, no ano de 1943, na véspera da festa de São Sebastião, o incidente em que aproximadamente duzentos seringueiros, com o apoio de dois padres, dirigiram-se ao governador com um abaixo-assinado, queixando-se das condições de trabalho e dos maus tratos dos patrões nos seringais.
- Em 1963, na cidade de Xapuri, houve uma grande manifestação de seringueiros que protestavam contra os preços oficiais da borracha.
- Em 1965, no seringal Alagoas, fato que se caracterizou como greve, onde os seringueiros resolveram suspender o corte da borracha por acharem que os preços oferecidos estavam baixos, conseguindo naquele momento, após exaustiva negociação, um acordo favorável à sua reivindicação. Porém, no ano seguinte, quando foi arrendado a outro patrão, este a desconsiderou, baixando ainda mais o preço. Novamente foi suspensa a entrega da borracha e diante da pressão dos trabalhadores, que se dirigiram ao centro do seringal, e fizeram com que o patrão cedesse mais uma vez. Tudo parecia voltar à normalidade com o retomo dos seringueiros às suas colocações quando, alguns dias depois, a polícia militar – segundo alguns o exército – esteve no seringal para reprimi-

mi-los, submetendo-os a todos os tipos de vexames, como algemá-los, espancá-los, chegando mesmo a casos de espancamento nos órgãos genitais, tendo como consequência o castramento.⁵⁰

De qualquer forma, esses episódios marcam antes, atos isolados de resistência que, carentes de organicidade, não encontravam maiores desdobramentos.

As primeiras tentativas de uma resistência mais organizada datam do início da década de 1960, sendo, portanto, abortadas em curto prazo pelo golpe militar de 1964. Em agosto de 1962, foi iniciada em Rio Branco a organização das Ligas Camponesas, que forte impacto tiveram no Nordeste, se estendendo posteriormente a Brasileia-AC. Em fevereiro de 1964, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, momento em que vários militantes vieram da Liga ajudar para a formação desse Sindicato.

Apesar de apresentarem características diferenciadas, tanto a Liga quanto o Sindicato (este preferencialmente), tiveram o apoio do governo José Augusto de Araújo (1963-maio de 1964), que era um político da ala esquerda do PTB, o primeiro governador eleito – quando o então Território Federal do Acre, em 1962, foi elevado à categoria de Estado, que se pautava pelas reformas de base, como por exemplo, na educação, adotando o método Paulo Freire e principalmente no campo, com a reforma agrária.

Evidentemente, naquele momento, várias questões haviam sido colocadas sobre reforma agrária, mesmo porque havia espaço político para essas iniciativas tanto no Acre, quanto em âmbito nacional.

Entretanto, para o sindicato (seguindo a linha do governador), essas reformas se compatibilizavam mais com o receituário da Superintendência da Reforma Agrária – Supra do Governo João Goulart, cuja delegacia foi também instalada em Rio Branco, ou seja, não passavam de desapropriações de dez

50 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Op. cit., p. 119.

quilômetros de áreas rurais às margens das rodovias federais, açudes e outras obras públicas, já que as desapropriações de vulto foram descartadas, precedidas que eram do pagamento à vista e em dinheiro.

As Ligas Camponesas, que tinham como principal bandeira, em âmbito nacional, uma reforma agrária mais radical, que deveria ser realizada “na lei ou na marra” – provavelmente despertaram receio no governador, levando-o a investir na criação do sindicato. No Acre, essas ações das Ligas foram arrefecidas, em virtude de outras reivindicações feitas naquele momento, como melhorias de qualidade de vida e trabalho. O mesmo ocorreu no sindicato, demonstrando que as condições de semiescravidão em que viviam os seringueiros levava a que a conquista de relações de trabalho mais dignas se constituísse no mote de suas reivindicações, impossibilitando naquele momento a articulação de um projeto alternativo.

Ainda assim, sem dúvida, o salto organizacional foi enorme e a resistência começou a ser mais articulada. Foi esse o momento que propiciou o surgimento de algumas lideranças de trabalhadores, principalmente advindas dos antigos “soldados da borracha”, que chegaram ao Acre no chamado segundo “surto” da economia gumífera, trazendo em suas bagagens várias experiências políticas. Foi este o caso de Raimundo Barborema, o fundador das Ligas no Acre, que soube atrair para a organização militantes ligados à ala esquerda do PTB e também pessoas notoriamente identificadas como comunistas, ficando demonstrado que a maioria dos trabalhadores era sensível a essas lideranças, bem como ao seu papel organizador e reivindicatório.

O golpe militar de 1964 ceifou esse processo. Os militares tinham outro projeto para o Acre, que não coincidia com as perspectivas dos trabalhadores em questão. Portanto, deram fim à Liga e ao Sindicato. Cassaram mandatos de parlamentares; o governador José Augusto foi obrigado a assinar sua renúncia, sendo posteriormente preso no Rio de Janeiro, julgado e condenado pelas leis de exceção.

No processo de perda de suas condições de trabalho, concomitante ao enfraquecimento das “elites locais”, esses trabalhadores vão encontrar efetivamente seu espaço de organização e presença política, construindo sua identidade.

CAPÍTULO III

**O ACRE NO CONTEXTO DA
EXPANSÃO CAPITALISTA**

Marx, ironicamente, advertiu que a história só se repete enquanto farsa ou como tragédia. Sabia ele, que a farsa é uma tragédia burlesca: os elementos da tragédia estão no núcleo da cópia histórica, mas esta se apresenta sob a forma de farsa, deboche, pastiche, em que seus personagens são rasteiros, anões de estatura.

Tal constatação insofismável, recolocada por Oliveira⁵¹, na qual nos baseamos para o início desse terceiro capítulo, nos dá a dimensão exata da mais recente expansão destrutiva em curso na Amazônia, capitaneada pelo regime autoritário e seus estrategistas geopolíticos, que são seguramente os maiores responsáveis pela incorporação da Amazônia ao capitalismo mundial, de toque oligopolista.

Evidentemente não se trata aqui de justificar nenhuma violência da tragédia original, ou da chamada conquista, ocupação ou dos devastamentos ocorridos na região, já retratados no capítulo inicial, sob vários aspectos e em diferentes épocas, dando ênfase à formação do Estado do Acre, através da economia gumífera e a sua derrocada.

Talvez, se nos serve de consolo, podemos dizer que pelo menos há 500 anos, “a ferro e a fogo”, é bem verdade, tal périplo conquistador abriu as portas da modernidade.

Mas, avaliando segundo o porte de suas consequências, a recente expansão econômica urdida pelos militares, através dos mega-projetos, como Carajás, Tucuruí, Jari, Transamazônica, Zona Franca de Manaus etc., nas quais houve tamanho impacto para a região, sugere bem a advertência de Marx para o seu entendimento e o seu significado.

O Estado autoritário, na sua formulação de uma doutrina de intervenção na Amazônia, através desses projetos de impacto, partiu dos mesmos pressupostos dos antigos conquistadores, isto é, o de que se achavam descobridores e como tais, se arvoravam de todos os direitos: aquilo que se descobre

51 OLIVEIRA, Francisco de. Reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 85-86.

pertence ao seu descobridor, lhe dá os nomes, o conforma e é sujeito das descobertas, pois revela o que não existia. Tal foi e é a “lógica” conquistadora.

Na verdade, o monopólio da violência pelo Estado acobertou toda espécie de violência privada: foi essa a forma concreta da proteção de fronteiras e do bloqueio diante da dita vulnerabilidade das pessoas da região, incapazes, segundo a ótica dominante, de cuidarem de si próprias, pensamento assentado ideologicamente sob o manto falso do nacionalismo, quando na realidade, estavam assentando-se as bases das alianças burguesia nacional/capital estrangeiro e burguesia industrial/burguesia agrária, tornando latifundiários os “jovens empresários industriais” e o empresariado estrangeiro, ficando claro as diretrizes que marcariam a etapa recente do capitalismo no Brasil.⁵² E mais, foi a fórmula encontrada para a nova inserção na expansão capitalista mundial, via internacionalização da economia brasileira e, conseqüentemente, da internacionalização da burguesia brasileira, onde o conjunto e a magnitude das forças lançadas, foram de uma imensa desproporcionalidade.

Na Amazônia, de um lado, tínhamos atores e sujeitos locais: grupos e nações indígenas, posseiros, grupos ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e mesmo as porções de uma burguesia local, que nunca passou do estatuto mercantil de outros – os novos conquistadores, atores do porte da Vale do Rio Doce, Bradesco, Atlântica Boa-Vista, Eletrobrás, Nippon, Steel, Votorantim, Shell, Alcoa, Alcan, Paranapanema, e mais Hondas, Suzukis, Kawasakis, Agrales, Bordon, Mondaines, Orient, Seiko, Estrela, Tec-Toy – enfim, uma lista densa de patronímicos do grande capital estatal, multinacional e nacional, o famoso tripé econômico-social, que detinha a hegemonia política do país. É de se observar sempre no seio dessa estratégia o lugar garantido para o capital estrangeiro que, aliás, foi para e por causa dele e dos “testas-de-ferro” nacionais que o próprio golpe militar havia sido deflagrado.

52 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. cit., p. 34.

Frente a esses novos “senhores de guerra”, as lendas dos barões da borracha, o teatro Amazonas, a saga dos nordestinos nas duas grandes vagas de exploração da *Hévea*, Plácido de Castro e os cearenses que anexaram o Acre, o fracasso da Fordlândia, Fitzcarraldo de Herzog, o fantástico da literatura de Márcio Souza, o boi-tatá, a cobra-morato, o mapinguari, são ficções infantis.⁵³

Nessa prática de acumulação não há ilusões, não há equívocos: apropriação de terras, garimpagem, exploração de madeiras, foram os lados “produtivos” da perversidade fáustica do genocídio indígena, da devastação florestal, da contaminação dos recursos hídricos, da destruição do modo de vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros e dos seringueiros.

Num sentido mais amplo, podemos afirmar que, no processo de integração da Amazônia ao processo de integração nacional, nos anos 60-70, houve velocidades temporais largamente diferentes dos períodos anteriores, pois, mesmo a economia do aviamento – a forma mercantil do extrativismo, adaptou-se a um lento caminhar, num ajustamento que os intérpretes clássicos da Amazônia atribuíam à impotência do homem branco frente ao “inferno verde”.⁵⁴

Mas, na mais recente investidura econômica da denominada “última fronteira”, tais velocidades temporais foram muito mais rápidas e eloquentes, cujas consequências não poderiam ser diferentes: destruição das temporalidades anteriores, o que significa dizer degradação ambiental em sentido amplo, e genocídio.

3.1 A nova realidade: os “paulistas” no Acre

A corrida pela incorporação de áreas de fronteira, e mais precisamente, a reocupação de terras acreanas ocorreu no início dos anos 1970, pela nova frente agropastoril, inserindo-se

53 OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 90.

54 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Op. cit., 1980; CRULS, Gastão. **Hiléia amazônica**. São Paulo: Editora Nacional, 1944, citado por OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 90.

no processo geral de penetração do capitalismo no campo, nas áreas de fronteira agrícola. Tais projetos agropecuários, nesse sentido, têm que ser entendidos como uma das estratégias dos governos militares no sentido de patrocinar o acesso a terra na região amazônica aos grandes grupos econômicos.

A partir daí, os “velhos donos” da terra começaram a vender seus seringais para compradores do Centro-Sul, atraídos pelo seu baixo preço, com um diferencial de preço entre o Sul e o Acre bastante considerável: os incentivos fiscais disponíveis a juros subsidiados, para implantação de uma nova atividade – a pecuária de corte para exportação.

Já nos últimos anos da década de 1960, começou a se verificar a transferência de seringais para os “novos donos”, que irão ser denominados genericamente na região como “paulistas” – que eram empresários de fora. Esse processo de transferências de terras foi acelerado a partir de 1971, quando o Basa suspendeu todas as linhas de financiamento aos seringalistas endividados e considerados incapazes de saldar seus compromissos, decorrentes de empréstimos feitos ao banco.

O processo de reorganização econômica no restante da Amazônia, porém, ocorreu logo após o golpe de 1964, sendo inclusive motivo de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional, em 1968, para apurar denúncias veiculadas pela imprensa sobre o escândalo de transações fraudulentas de terras no país. De fato, verificou-se que cerca de mais de 150.000 km² já haviam sido negociados para grupos estrangeiros. As conclusões finais dessa CPI ficaram conhecidas no relatório do deputado Haroldo Veloso, que era da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e brigadeiro aposentado da Força Aérea Brasileira.⁵⁵

No Acre, tais interesses forâneos vão se manifestar mais tarde (1971), pois a região ainda não dispunha de uma estrutura adequada para o escoamento das atividades produtivas. Suas estradas eram precárias e não permitiam o tráfego

55 PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia**: ecologia e degradação social. São Paulo: Alfa-Ômega. 1992, p. 121-138.

de cargas durante a maior parte do tempo; a BR 364, rodovia de ligação com o Centro-Sul tinha tráfego difícil na estação da seca e, no período das chuvas, se tornava intransitável; o sistema de transportes fluviais estava sucateado há tempos, desde a crise do extrativismo da borracha nativa; seus rios, de pouca profundidade e sinuosos, só eram navegáveis no tempo de chuva, além do que o Estado não dispunha de portos de embarque e desembarque de mercadorias. Esses foram, além de outros fatores, os entraves para uma expansão imediata dos capitais na direção de terras acreanas.

Em 1971, assume o Estado, indicado pelo presidente Garrastazú Médici, o professor Wanderlei Dantas, cujo mandato prolongou-se até 1974. Dantas, identificado com a política de modernização autoritária do governo federal do “Brasil grande potência”, passou a acreditar que a única saída para o Acre era atrair grandes investidores para desenvolver projetos agrícolas e pecuários com vistas à exportação pelo Pacífico, facilitador do escoamento da produção ao mercado internacional.

Tal projeto de transformação da economia acreana não passava pelo extrativismo e não poderia ter sido realizado sem a estratégia de investimentos maciços de recursos públicos dos cofres federais, ratificando o processo selado na célebre “Declaração da Amazônia”, de 11/12/66, o toque de clarim da “Operação Amazônia”, assinado pelo então governador Jorge Kalume, a qual, em um dos seus itens, se lê: que os índices de evolução da economia regional, nos anos recentes, demonstram uma tendência espontânea à gradativa substituição do extrativismo como setor principal, por atividade economicamente mais produtiva e socialmente mais evoluída.⁵⁶

A aludida expressão “socialmente mais evoluída”, na verdade significava para os empresários, o mais rentável. Somente investiriam se o lucro fosse certo. O exemplo ilustrativo dessa afirmativa está no registro da reunião denominada “Investidores da Amazônia”, ocorrida a bordo do navio Rosa da Fonseca no rio Amazonas, em dezembro de 1966. Sobre ele o

⁵⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. cit., p. 35.

jornal “Folha de São Paulo”, de 16/04/67 (página 21 do Suplemento sobre a Amazônia), fez o seguinte comentário:

(...) e de todos os empresários que iam a bordo, quem melhor entendeu a mensagem (do governo brasileiro em seu discurso nacionalista aos empresários do Centro-Sul) foi o paulista Sérgio Cardoso de Almeida, logo no primeiro dia de viagem, quando ainda alguns Estados e Territórios tentavam atrair simpatias e interesse com a linguagem do patriotismo piegas. Voz rouca, bigode enchendo a figura atarracada, Sérgio falou como um paulista: “Ao empresário interessa saber onde pode aplicar o seu dinheiro, pois essa é a maneira de atender à patriótica convocação de ocupação brasileira na Amazônia”. A partir daí, os Estados e os Territórios passaram a atender os empresários, tornando-se, então, possíveis o diálogo e os negócios.⁵⁷

Conforme enfatiza Umbelino de Oliveira:

A sua frase é clara e objetiva, quanto aos seus interesses e à sua preocupação com o país, quer dizer com os trabalhadores deste país: “Ao empresário interessa saber aonde pode aplicar o dinheiro para ganhar mais dinheiro”. E evidente que esta sempre foi a lógica do processo de produção e reprodução do capitalismo, até aí nenhuma novidade. Entretanto, camuflar a entrega das riquezas minerais, sobretudo da Amazônia à aliança capital nacional/internacional sob o signo de nacionalismo vai uma diferença muito grande.⁵⁸

Passou então o governador Dantas a propagandear pelo Brasil afora, através de anúncios em grandes jornais e revistas, principalmente do Centro-Sul, as virtudes do solo e clima acreanos com os seguintes slogans: “Acre, uma nova Canaã”; “Um Nordeste sem secas”; “Um Paraná sem geadas”; “Invista no Acre e exporte pelo Pacífico”.

De conhecimento geral são as limitações dos governos estaduais no que concerne à oferta de vantagens diferenciadas aos investidores no Brasil. Essa constatação é um fato que gera polêmicas ainda hoje. Mas, especialmente se tratando de um Estado pobre como o Acre, cuja dependência de recursos federais transferidos naquele momento beirava os 80% da composição do seu orçamento anual, tudo se tornava mais difícil ainda. No entanto, segundo Santana:

⁵⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. cit., p. 32.

⁵⁸ Ibid., p. 34.

A ascensão de Dantas significa um esforço adicional aos atrativos dos empresários, entre as facilidades anunciadas pelo governador em sua cruzada mercadológica, constaria (...) a garantia de maior flexibilidade no trato dos problemas fundiários, resistindo o governador à instalação “da Superintendência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Acre”. Empresários estabelecidos em Rondônia, em conflito com o INCRA, teriam preferido dirigir-se ao Acre onde uma política mais complacente não lhes tolhia as iniciativas.⁵⁹

Na esfera do governo Federal tais propagandas eram mais acintosas na versão moderna da conquista. Em um anúncio publicado na revista *Veja*, em 30/12/70, pelo Ministério do Interior, Sudam, Basa, lemos a seguinte chamada: “Chega de lendas, vamos faturar!”. E o seguinte texto:

Muitas pessoas estão sendo capazes hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o aplauso e o incentivo da SUDAM. Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia. O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento. A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então, apresente seu próprio projeto. Você terá todo apoio do governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro a sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.⁶⁰

No período de 1971 a 1975, quase cinco milhões de hectares de terra, cerca de um terço do solo acreano, foram alienados aos “paulistas”.

O governador Geraldo Gurgel Mesquita (1975-1978), em seu depoimento prestado à Comissão de Agricultura e Política Rural, no dia 6 de outubro de 1977, foi bastante conclusivo:

Dos levantamentos realizados pelo INCRA, pelo IBDF e outros órgãos do Estado de atuação na área, verificou-se que entre 1970 e 1974, tinham sido vendidos seringais que

59 SANTANA, Marcílio Ribeiro. **Os “imperadores do Acre”**: uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, Dissertação de Mestrado, mimeo. 1988. p. 169-170.

60 Revista VEJA, 30 dez. 1970. São Paulo: Editora Abril. Acervo Iconografia, citada por NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 665.

somavam 4.280.930 ha. a 284 proprietários, todos residentes fora do Estado. Como a média das propriedades alienadas, segundo tais levantamentos, é de 15.073 ha., poderia parecer que tais alienações estariam contribuindo para diminuir o grau de concentração das propriedades do Estado. No entanto, 32% dessa área, ou seja, o total de 1.438.450 ha. pertencem a apenas 4 proprietários. A área comercializada em 4 anos, de escrituras levantadas pelo INCRA, para proprietários fora do Estado, representa quase 30% da área total do Estado.⁶¹

O mesmo governador, denunciando a natureza especulativa e fraudulenta dessas transações com a terra à Comissão da Agricultura e Política Rural da Câmara de Deputados, declarou que:

Dados de algumas dessas escrituras evidenciavam o caráter especulativo das transações. Os instrumentos constantes das fls. 143 a 265 do livro 981 do 15º Cartório de Notas da capital de São Paulo revelam por exemplo, que alienações feitas por compromisso particular em outubro de 1972 atingiram o preço de Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros) por hectare. No instrumento público que oficializou essas vendas, parte das terras alienadas já aparecem transferidas a outros compradores que não os originais, por Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) o hectare, proporcionando ao intermediário o lucro de Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros) por hectare. Ou seja, o intermediário ganhou numa transação feita poucos dias após a venda original 75% do valor da alienação primitiva.⁶²

O movimento em direção ao Acre mobilizou grandes, médios e pequenos proprietários do Centro-Sul. Os pequenos e médios foram atraídos pela possibilidade de se tornarem fazendeiros bem sucedidos, já que as vendas de suas propriedades, de dimensões bem menores no lugar de origem, permitiu adquirir extensões de terras que variavam de 100, 500 a 1.000 hectares. Os grandes proprietários, por sua vez, eram também motivados pela utilização da terra como “reserva de valor” e mais precisamente para a especulação com terras.

Aprofundando o exposto, sobre o sentido recente da ocupação territorial, Martins observa que:

61 **Diário do Congresso Nacional**, suplemento “A”, n.º 157. 6/12/77, p. 0015 a 0032.

62 *Ibid.*, p. 0020.

nos tempos atuais, a ocupação territorial, do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos.⁶³

Acrescentando que:

No Brasil atual, o regime fundiário inaugurado com a Lei de Terras de 1850, com algumas poucas exceções, unificou os dois direitos, domínio e posse, (em relação ao período colonial), para constituir o moderno regime de propriedade. Hoje a propriedade da terra e a renda fundiária definem os ritmos e os modos da ocupação do país, da expansão de suas fronteiras econômica e demográfica internas, da mentalidade que se nutre da possibilidade de tomar posse do território de espoliar o índio e o posseiro, de instituir a propriedade privada da terra e uma concepção do privado com ela relacionado .../com a formalização institucional da renda da terra no século XIX, a terra passa a ser formalmente mercadoria, definida por um preço, objeto de compra e venda.⁶⁴

E conclui:

hoje já não são grupos corporativos de estrutura quase institucional, que se deslocam pelo território, em confronto com grupos étnicos a serem conquistados e subjugados. Agora, são os “adversários” que devem ser confinados ou exterminados, como aconteceu nos últimos cem anos. Devem liberar a terra para seu uso de acordo com as leis do mercado. Na atualidade, os que se deslocam acabam formando grupos concorrentes e conflitivos, com concepções opostas sobre a terra e o território, o público e o privado: de um lado, os numerosos pobres que, de diferentes regiões do país, buscam um lugar para acomodar sua pobreza; de outro lado, as grandes empresas e os grandes grupos econômicos que procuram ampliar o território do lucro.⁶⁵

Cabe realçar ainda, que os seringais adquiridos no Acre não tinham limites definidos em hectares, pois eram estimados

63 MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: **História da vida privada no Brasil**. Volume 4, coleção dirigida por NOVAIS, Fernando A. e volume organizado por SCHWARCZ, Lilian Moritz. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 664.

64 Ibid., p. 666.

65 Ibid., p. 668.

da seguinte forma: Seringal “Oco do Mundo”, tantas braças de frente do rio, limitando-se com o Seringal tal, pelo igarapé tal. Essa forma de limites permitiu aos novos compradores o esticamento das terras, ou seja, a ocupação irregular de grandes extensões a partir da área original do seringal adquirido.

Em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI do Sistema fundiário), em agosto de 1977, o jornalista Elson Martins da Silveira, correspondente do “O Estado de São Paulo” no Acre, ao responder sobre o procedimento de grileiros para esticar a terra, assim relatou:

O que me consta é que ocorreu exatamente esse esticamento. Alguns grupos inclusive, como se diz de boa fé, adquiriram terras. Geralmente há uma dificuldade de se encontrar títulos definitivos no Acre; quando existem, é de uma pequena área, mas o seringalista utiliza uma área bem maior ao longo desses anos, 40, 20 anos. Se ele tinha o título, quando existia e é muito raro, era de 20, 10 mil hectares. Mas realmente ocupava uma área bem maior com o seringal e não havia na maioria dos casos, a medida em hectares, existia a medida em estradas de seringa e os limites naturais. “O seringal tal limita com o seringal tal pelo igarapé tal rio tal”. E quando o comprador adquiria esse contrato essa preocupação para formalizar a compra do seringal ele ia medir. Armava uma estrutura de mediação do seringal, levava o topógrafo, e como o próprio Pedro Aparecido Dotto me explicou, uma vez na minha casa, eles partiam do Rio, da margem do seringal com o topógrafo e diziam. “Bom, vamos caminhando aonde a gente puder ir, até encontrar alguém que diga: não aqui é nosso. A gente pára e toma outro rumo”. E assim iam formando os latifúndios. Depois que faziam o mapeamento, levavam ao cartório e registravam a área segundo essa medida.⁶⁶

Além do esticamento, descrito acima, houve inúmeras falsificações de títulos, conseguidos por suborno até na Bolívia; o registro de escrituras de compra e venda de propriedades sem títulos públicos originais e adulterações em livro de Imóveis, como revelou na CPI o mesmo jornalista Elson, citando o caso de Boca do Acre, cujo livro consta registro de terras feito com esferográfica, em 1905.⁶⁷

66 Diário do Congresso Nacional (CPI da Terra), p. 809.

67 Ibid., p. 809.

Desse modo, os seringais foram pouco a pouco transformados em grandes fazendas, chegando algumas delas a ter a extensão de um milhão de hectares. Na região do Vale do rio Juruá, no município de Feijó, com uma área aproximada de 1 milhão e 900 mil hectares, dois grandes grupos declaravam-se possuidores de 1 milhão e 100 mil hectares. Tarauacá, também na região do Vale do Juruá, com uma área aproximada de 2 milhões e 400 mil hectares, um grande proprietário de seringais jactava-se de só ele ter vendido 2 milhões e 200 mil hectares a fazendeiros do Sul do país.

3.2 A Região do Vale do Acre e Purus

Englobando os municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasileia, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guiomard e Boca do Acre, nas regiões dos Vales do Acre e Purus, seguindo quase sempre o traçado das BR's 364, 317 e AC-40, o processo de ocupação foi muito mais extenso e predatório. Por exemplo, o grupo empresarial Coloama, somente no município de Sena Madureira, apoderou-se de 1 milhão e 400 mil hectares de terra.

O município de Xapuri, localizado na junção dos rios Acre e Xapuri, local em que o “Acordo de Washington” (1940-45) estabelecia a hegemonia da produção de borracha na região, e que aos poucos, num processo lento de decadência, perde essa condição de núcleo centralizador de produção, com o fim do monopólio estatal exercido pelo município de Rio Branco, terá também suas terras negociadas a baixos preços, a partir da década de 1960. Sua excelente localização, a 180 km e à margem da BR-317, suposta via de comunicação do território brasileiro com o Oceano Pacífico, tornou-se imensamente atraente aos capitais interessados na pecuária de corte para exportação aos mercados do Oriente, principalmente o Japão. Portanto, como

área privilegiada para ocupação pelos fazendeiros, a “revoada dos jacus”,⁶⁸ ocorrida ali foi espantosa.

Em pesquisa realizada em seu cartório, constatamos que em 1970 estavam registrados 2.352 seringais. A partir do início da década de 1970, principalmente nos anos de 1971/72, foi desencadeado um processo rápido de transferências desses seringais para os empresários do Centro-Sul.

Para se ter uma visão do volume dessas negociações, que no nosso entender servem de amostragem para a região do Vale do Acre e Purus, a qual procuramos enfatizar para o objetivo desse trabalho, passamos a enumerar algumas nos quadros de número de 1 a 5.

QUADRO 01: ANO 1971⁶⁹

SERINGAL	ADQUIRENTE(S)	RESIDENTE
Nova Amélia	Wilson Pereira Teles	Presidente Prudente - SP
Filipinas	Rubens de Andrade Carvalho	Barretos - SP
Filipinas, Vitória, Santa Isabel, Floresta e Porto Alegre	Rubens de Andrade Carvalho e Orestes Prata Tibery	Barretos - SP e Três Lagoas - MG
Santa Fé	Gilberto José Leal, José de Souza Nunes, Osvaldo Vilela Nunes e Andreilino Lopes Arantes	Minas, Maringá, Paraná e Mato Grosso

68 A denominação “revoada dos jacus” foi cunhada pelo advogado Océlio Medeiros, ex-deputado federal pelo estado do Pará, que veio ao Acre em 1971 para advogar em defesa de seu irmão e de outros seringueiros. De perfil conservador, professor de Direito Financeiro e Assistente de Aliomar Baleiro em Brasília, passou algum tempo advogando no Acre, recebendo em troca mandioca, bananas, laranjas, castanhas e carne de caça. Na sua entrevista ao Jornal Varadouro em 20 de dezembro de 1978, assim se expressou: “...O governo do Estado (no caso, Dantas) se deixou contagiar totalmente pela política desenvolvimentista, segundo a qual empresário passou a ter apoio dos incentivos, dos bancos, da polícia, de tudo... Houve o que denominei de ‘revoada dos jacus’”.

69 Os dados citados foram coletados no Cartório do município de Xapuri, nos Livros de Registro de Imóveis referentes ao período de 1971/75. Constituindo-se apenas uma amostragem do processo de transferência dos seringais, e não a sua totalidade.

QUADRO 02: ANO 1972

SERINGAL	ADQUIRENTE(S)	RESIDENTE
Nova Amélia	Wilson Pereira Teles	Presidente Prudente - SP
Filipinas	Rubens de Andrade Carvalho	Barretos - SP
Filipinas, Vitória, Santa Isabel, Floresta e Porto Alegre	Rubens de Andrade Carvalho e Orestes Prata Tibery	Barretos - SP e Três Lagoas - MG
Santa Fé	Gilberto José Leal, José de Souza Nunes, Osvaldo Vilela Nunes e Andreino Lopes Arantes	Minas, Maringá, Paraná e Mato Grosso
Boca do Lago, antigo Paumari	Firma Link e Filhos Ltda.	São José do Cedro (Santa Catarina)
Santa Luzia e Triunfo	Nova Era Empreendimentos Agropecuários Ltda.	Uberaba - MG
Seringais São Francisco do Itacema, Palmarzinho, Albracia, São Francisco (Novo Catete), Humaitá, Maloca, Novo Oriente, Equador, Sítios Santa Tereza, Sibéria, Antonina, Seringal Santa Fé Velha, Povir, Bosque, Arrependido, Nazaré, Santana, Vila Nova, Boa Sorte, Espalha, Cafezal, Santo Antonio, Pinheiro Machado, Pelotas.	Armanda dos Santos Alves e Antônia dos Santos Alves	Belém - PA
Uma parte do Seringal Nova Esperança	Rubens de Andrade Carvalho	Barretos - SP
Duas partes do Seringal Nova Esperança	Marcos Carvalho Costa	Barretos - SP

QUADRO 03: ANO 1973

SERINGAL	ADQUIRENTE (S)	RESIDENTE
São Francisco de Iracema e Humaitá	João Arantes Júnior	São Paulo
Paumarizinho, São Francisco e Albracia	João Arantes Júnior	São Paulo
Bosque e Sítio Antonina	João Arantes Júnior	São Paulo - SP
Tupá e Tupinambá	Elio José de Freitas	Rondonópolis - MT
Filipinas, Vitória, Santa Izabel, Floresta e Porto Alegre	Rubens de Andrade Carvalho	Barretos - SP

QUADRO 04: ANO 1974

SERINGAL	ADQUIRENTE(S)	RESIDENTE
Europa	Link e Filhos Ltda.	São José do Cedro - SC
Apodi	Romaria Barzeiros, Jorge Reis Barzeiros, Félix Abud	Presidente Prudente - SP
Paumari	Link e Cia. Ltda.	Com sede social no Seringal denominado Europa
São José e São Pedro	José Rossi Junqueira	

QUADRO 05: ANO 1975

SERINGAL	ADQUIRENTE (S)	RESIDENTE
Floresta	Agapito Lemos	São Paulo
São Pedro (repassado)	Allin Basitt	São José do Rio Preto - SP
Parte do Seringal Nova Esperança	Marcos Carvalho Costa	Barretos - SP
Uma gleba de terras no Seringal Francisco de Iracema	Antonio Carlos Quartin Barbosa de Moraes	São Paulo
Parte do Seringal Nova	Marcos Carvalho Costa	Barretos - SP
Uma parte do Seringal Perseverança	Juarez Moraes de Souza	Araçatuba - SP
Boa Vista, Novo Oriente, Camaru	Francisco Jacinto da Silveira	Presidente Prudente - SP

Alguns comerciantes de Xapuri e Rio Branco aparecem como compradores de seringais, levando a indicar que futuramente tencionavam repassar essas terras para empresários do Centro-Sul do país por melhor preço, ficando assim caracterizado o seu papel de especuladores menores.

Observando os quadros expostos, vê-se que muitos seringais foram fracionados e revendidos a outros compradores num curto espaço de tempo, o que comprova a grande especulação de terras naquele município e os grandes lucros obtidos.

Como consequência, somente em Xapuri foram destruídas pelo fogo e motosserras aproximadamente 180 mil árvores seringueiras, 80 mil árvores de castanheiras e mais de 1 milhão e 200 mil árvores de outras espécies, dentre essas, muitas madeiras-de-lei e plantas. Além disso, as queimadas e derrubadas mataram os animais e acabaram com a caça.⁷⁰ E, caso houvesse qualquer iniciativa local que fosse contrária a esse desígnio ne-

⁷⁰ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Chico Mendes a trajetória de uma liderança. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, Vol. 6, nº 1 e 2, São Paulo: Fundação Seade, 1992, p. 10.

fasto, os fazendeiros reagem dizendo-se injustiçados e incompreendidos, pois ali estavam realizando um papel “civilizador”.

Os dados do quadro 06 fornecem-nos uma amostra do percentual da velocidade com que os desmatamentos foram feitos no Acre:

QUADRO 06

ANOS	KM ²	% DO ESTADO
1975	1.165,5	0,8
1978	2.464,5	1,6
1980	4.626,8	3,0
1988	19.500,0	12,8

Fonte: Feamside (1986b) e estimativas do Banco Mundial⁷¹

Conforme enfatiza Oliveira:

...os interesses que moviam os empresários, especuladores e fazendeiros do Centro-Sul eram naturalmente alheios às necessidades da organização social local. Esses grupos estavam muito pouco interessados ainda em seringueiros, trabalhadores rurais ou posseiros, residindo nas terras dos antigos seringais que iam sendo comprados. Essa região foi violentamente afetada pela brusca substituição da tradicional atividade da seringa pela agropecuária (muito mais pecuária e marcadamente extensiva). Os antigos seringais transformaram-se em pastos; agravaram-se os conflitos pela posse da terra; cresceu o fluxo migratório campo-cidade com a substituição do homem pelo boi. Foi na região do Alto Purus e Acre que se verificou um impacto de maior profundidade nas relações capital-trabalho.⁷²

Observa-se pelo descrito acima que não há nenhum equívoco no processo de consolidação das novas classes dominantes no Acre, os chamados “novos imperadores”, pois tudo

71 MAHAN, Denis J. As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil. In: BOLOGNA, Gianfranco (org.). **Amazônia adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 76.

72 OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. Op. cit., p. 56.

levava a crer que a bovinização do Acre tornava-se irreversível. Cada vez mais eram solicitadas ao Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF as licenças para derrubadas da floresta e para grandes queimadas. Quando não autorizadas, os fazendeiros faziam o desmate e a queima ilegalmente, sabendo que as multas, quando aplicadas, seriam irrisórias. Houve grupos, como o Bradesco/Atlântica Boa Vista, através de sua empresa denominada Agropecuária Novo-Oeste, que pretendiam desmatar cerca de 4 mil hectares por ano, e outros com projetos de derrubada de floresta mais ambiciosos.

De certo modo, sem dúvida que a pecuária extensiva de corte no processo de sua implantação, desorganizou a produção dos seringais. À medida que a devastação da floresta aumentava, através das grandes derrubadas e da queima de árvores castanheiras e seringueiras, dava-se a entender que em pouco tempo a produção de carne assumiria na economia acreana o lugar da atividade extrativista da borracha natural. Em pouco mais de 10 anos de sua implantação, levando-se em conta o tempo gasto com a formação dos pastos e dos rebanhos, o criatório de bovinos já ultrapassava 500 mil cabeças. A produção de madeiras em tora, como consequência direta do aproveitamento das árvores derrubadas e, até mesmo como atividade extrativista subsidiária à bovinocultura crescerá de 51.200m³ em 1975, para 94.274m³ em 1980; e para 213.853m³ em 1985, evidenciando que mesmo com os obstáculos que serão criados, como demonstraremos oportunamente, a pecuarização do Acre e o uso predatório dos recursos florestais. Assim, a partir da segunda metade da década de 1970, a escalada não será totalmente contida.

3.3 A generalização da violência

Se inicialmente a compra da terra, o esticamento das propriedades e o fraudulento registro dos títulos em cartório eram suficientes para os novos investidores, a partir daí tornou-se necessário a expulsão de quem se encontrava dentro dela,

ou seja, a expulsão das populações seringueiras que lá estavam há 10, 20, 30, até 40 anos.

Oliveira nos diz:

A expulsão das terras e os movimentos itinerantes de população foram o fenômeno mais intenso nos primeiros anos da chegada dos “paulistas” no Vale do Acre Purus. Com as terras sendo progressivamente ocupadas e antigos seringais vendidos ou desmembrados, tomou corpo uma profunda desorientação entre a população rural acreana, a partir da destruição aparente de seu modo de vida e cultura. Mesmo decadente, a sociedade e a cultura herdada dos antigos seringais estava em processo de adaptação por parte dos seringueiros que iam simultaneamente com as relações antigas, criando formas novas, baseadas em um crescente acesso a meios de subsistência e de produção. O choque das novas forças de produção e relações de trabalho, acelerando brusca e velozmente a desarticulação da formação tradicional, ou seja, a invasão do espaço econômico e moldado em várias gerações da força-de-trabalho e da família acreana, pôs em movimento numerosa população, unicamente acostumada à extração da seringa e agricultura simples.⁷³

O seringueiro não fazia parte dos planos dos novos compradores, ao contrário, era tido como uma ameaça à propriedade da terra. Assim como nos descreve Paula:

A questão da terra na economia do seringal nativo tem também peculiaridades. Na verdade, a terra permanece praticamente intocada com o seringal nativo. Ela não é transformada economicamente, permanece bruta, não prestando a qualquer outra atividade que não à de extração do látex.⁷⁴

Porém, na medida em que a terra passa a ter outra função, os fazendeiros preferem a terra “limpa” de posseiros. A pecuária é uma atividade que utiliza pouca mão de obra.

A denominada “limpeza da área” ou “limpar” ou “clarear” as terras de índios, de posseiros e seringueiros passou à ordem do dia, haja vista que os fazendeiros, além de se apresentarem como legítimos proprietários das áreas, reforçavam

73 OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. Op. cit., p. 57.

74 PAULA, João Antônio. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. Estudos Econômicos, v. 12, São Paulo, 1982, p. 63-93, citado por COSTA FILHO, Orlando Sabino da. In: **Reserva Extrativista: desenvolvimento e qualidade de vida.** Cedeplar, Dissertação de Mestrado, MG. 1995, p. 13.

essa afirmativa com a mobilização de tropas de jagunços, advogados, pistoleiros, oficiais de justiça, policiais, promotores, juízes. Enfim, na cobiça pela terra, os ditos cidadãos honrados se confundiam com grileiros, especuladores e sicários.

Os fazendeiros utilizaram os mais variados métodos para a expulsão dos trabalhadores, o que pode ser melhor verificado no depoimento do Bispo Dom Moacyr Grechi, da Prelazia do Acre e Purus, na CPI da Terra, no ano de 1977:

... Sendo que a terra é geralmente ocupada por famílias de seringueiros e agricultores, um dos primeiros objetivos dos fazendeiros é o de “limpar a área”, isto é, tirar das terras moradores que nelas trabalham há 5, 10, 20 ou 40 anos, sem o menor respeito pelos direitos dessa gente. Aproveitando-se do fato de os seringueiros e colonos não conhecerem as leis agrárias e os direitos que elas lhe garantem, ou por não ter como fazê-los respeitar é comum a prática de expulsar posseiros através de métodos como: a) não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução dos varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados; b) compra de posses e benfeitorias por preços irrisórios ou quando muito, em troca de uma área bem inferior ao módulo, que não permitirá ao posseiro trabalhar ou progredir; c) atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo com espancamento e outras violências; d) ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários, prisões de posseiros por questões de terra sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que se tenha movido ação competente.⁷⁵

Duarte também exemplifica os métodos de expulsão e violência em Xapuri:

No Seringal São Francisco de Iracema, por exemplo, adquirido em 1973 pelo pecuarista de São Paulo, João Arantes Júnior, foram cometidas pelo seu gerente, inúmeras barbaridades contra os seringueiros que ali viviam há muitos anos. Segundo depoimento de um seringueiro, quem tinha medo de zoadada de bala, não passava nem no rio. No São Francisco do Iracema, quando veio o gerente chamado Vilela, ele mandou tocar fogo em casas, dava surras, mandava dar surras. Muita gente apanhou. Era um cangaço lá. A gente chegava lá, era tudo entrosado no “38”. No início, o seringueiro não enfrentava. O sindicato não existia e tinha muito seringueiro que só em ver a no-

75 Depoimento de Dom Moacyr Grechi na CPI do Sistema Fundiário. In: **Diário do Congresso Nacional**, Seção I, Suplemento 21, Capital Federal - 28/09/79, p. 310.

tícia (das violências), deixava. Deixava tudo o que tinha, ia embora.⁷⁶

Na sua edição de n.º 20, de abril de 1981, p. 11, o jornal alternativo intitulado *Varadouro*, em um artigo intitulado “A qualquer sinal os jagunços podem sair da toca”, relata que os primeiros jagunços e pistoleiros que chegaram ao Acre foram trazidos pelo fazendeiro Benedito Tavares do Couto, proprietário da fazenda São José, na região do Riozinho do Rola, município de Rio Branco. Benedito era preposto ou associado do seu irmão, José Tavares Couto, rico proprietário de terras no Mato Grosso do Sul que, juntos, eram possuidores de 161 mil hectares no Acre. Essa primeira leva de bandidos foi trazida com a finalidade de confinar os peões, contratados por “gatos”, para a derrubada da floresta e formação de campos artificiais.

A fama de Benedito Tavares era terrível, inclusive foi denunciada junto ao Ministério do Exército, Comando Militar da Amazônia, na 12ª Região Militar, Comando de Fronteira do Acre-Rondônia 6ª Cia Front., sobre o regime de escravidão que mantinha na fazenda São José, de sua propriedade. Essa denúncia foi encaminhada como oficial e sigilosa para DPF/RO, SSP-RO e SSP-AC, codificada como informação n.º 161/52/1973. Os depoimentos foram impressionantes, pois relatavam a existência de cárcere privado, prática de torturas, confinamento, roubo e até assassinatos. Um dos fugitivos chegou a afirmar que: “seus colegas viram várias ossadas humanas naquela região e que certa vez um pescador encontrou três corpos dentro do rio, os quais apresentavam perfurações de faca e bala”. Tal era o absurdo vivido e constatado. Quando perguntaram aos prepostos do fazendeiro Tavares quanto ao destino dos peões desaparecidos, eles disseram: “a onça comeu”.⁷⁷

A violência generalizou-se nas terras acreanas, pois cada vez mais os chamados “carrascos” de Benedito Tavares foram se multiplicando, ficando seus nomes conhecidos e te-

76 DUARTE, Élio Garcia. Op. cit., p. 107.

77 RELATÓRIO com carimbo de reservado, da Secretaria de Justiça, Interior e Segurança do estado do Acre, sobre apuração de denúncia da utilização do trabalho escravo no Acre. Rio Branco, 23.10.1973.

midos junto à população. A maioria deles ainda impunes pelos crimes de espancamento, torturas e assassinatos de trabalhadores e líderes sindicais.

É com base nessa violência que a ocupação do território se configura como disseminação da propriedade privada da terra, com o seu contraponto, isto é, um movimento da privação dos direitos costumeiros daqueles que imaginavam tê-los, conforme observa Martins.⁷⁸

Essa disseminação tem sido a história territorial do regime republicano e oligárquico no país e conseqüentemente, no Acre. Sempre se baseando em ações que prolongam a vitalidade histórica da sebaça, do saque do direito aos bens dos vencidos, pois quem reivindica o seu reconhecimento jurídico, não raro, o faz com base na violação dos direitos sobre a terra de quem nela trabalha, e muitas vezes, trabalhou por várias gerações. O título, o documento nessas regiões tem uma vida descolada em relação à efetiva posse da terra, sobre o qual supostamente garante direitos. Podem eles ganhar vida nos cartórios e tribunais, mas uma vida postiça, dada pela burocracia pública, pois em sua origem constata-se o que sempre foi “norma” na história brasileira, ou seja, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premiando “cupinchas” e protegidos, cabos eleitorais dos partidos políticos no poder, os apaniguados de sempre.

A dicotomia entre o legal e o legítimo fica evidente aí e emerge de uma sociedade baseada na exploração. No tocante aos pobres e seringueiros, a concepção do direito a terra é diferente. Para estes, é o direito que se legitima pelo trabalho sobre a terra bruta, de seu amansamento que, por si só, gera um direito de posse, reconhecido por todos, menos, evidentemente, pelos portadores de títulos e documentos de propriedade.

Claro também está, como concepção, o não reconhecimento por parte do empresariado do “sinal de ferro”, que é a marca do machado que derrubou a mata, desbravou e amansou a terra, incorporando nela o trabalho duro de quem pri-

78 MARTINS, José de Souza. Op. cit., p. 670.

meiro nela trabalhou, contrapondo-se, portanto, a um direito gerado pelo trabalho.⁷⁹

Toda essa violência, revestida das mais diversas formas, oficializadas ou não, de início não encontrou resistência por parte dos trabalhadores (seringueiros, posseiros), cuja alternativa fora receber uma mísera indenização pelas suas posses ou colocações ou simplesmente abandoná-las, migrando para a Bolívia, área de fronteira, ou para a cidade, principalmente Rio Branco, a capital do Estado, onde se amontoavam em localidades periféricas, formando uma paisagem de favelamento e miséria.

Como exemplo, dentre os diversos bairros de periferia que se formaram devido ao êxodo rural, podemos citar o Aeroporto Velho, que foi basicamente constituído por migrantes expulsos do Seringal Riozinho.

Esse êxodo, com profundos reflexos na frágil estrutura urbana do Estado, provocou o fenômeno que se costuma denominar processo de “inchaço” das cidades. Tal processo pode ser melhor apreciado pela comparação dos dados estatísticos do Censo Demográfico de 1970 e 80, no que se refere à composição de Rio Branco em sua área urbana e rural. Em 1970, Rio Branco, que também compreendia as áreas dos atuais municípios de Senador Guiomard e Plácido de Castro, tinha uma população de 83.977 habitantes, sendo que na área urbana residiam aproximadamente 40% desse contingente populacional. Em 1980, a população de Rio Branco elevou-se para 119.815 habitantes, cerca de 75% de residentes na área urbana, considerando que de sua antiga área territorial foram desmembradas as antigas Vila Quinari e Vila Plácido, hoje municípios de Senador Guiomard e Plácido de Castro.

A ocupação e as ações criminosas pelos empresários “paulistas”, contou com o apoio total do governo Dantas. O Inkra, por exemplo, órgão que foi instalado no Acre em 14 de julho de 1972, através do primeiro projeto fundiário para o Esta-

79 MARTINS, José de Souza. Op. cit., p. 670-673.

do, não contava com as mínimas condições de funcionamento, tendo sido dificultada sua efetiva instalação, pois dizia-se que tal órgão criaria dificuldades e conseqüentemente prejudicaria o desenvolvimento da região. Os trabalhadores sabendo de sua instalação, evidentemente, ali iam se queixar, mas naquele momento era impossível qualquer avanço nesse sentido. Se já não bastasse a atitude do governador acima exposta, existia também por parte do alto escalão do Incra, em determinados momentos, uma clara iniciativa em favor dos fazendeiros. É o que nos relata Elson Martins da Silveira:

algumas providências drásticas foram tomadas em Rio Branco pelo diretor Hélio Palma Arruda. De fato, em meados de julho passado, Arruda, alta hora da noite, demitiu funcionários, assessores jurídicos, por atitudes inconvenientes que comprometiam a autarquia.⁸⁰

O mesmo descaso acontecia com os delegados de polícia que, aliados aos fazendeiros, rechaçavam as queixas dos trabalhadores, pressionando-os a abandonar suas áreas sem nada receber ou a fazer acordos desvantajosos. Com a Delegacia do Trabalho, que se instalou no Acre em 1969, a situação ia persistindo, pois somente em 1972, apesar ainda da precariedade de suas instalações, passou a funcionar regularmente. E a Justiça do Trabalho, criada em 1970, somente conseguiria ser instalada três anos depois.

Um estudo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar revelou que de uma maneira geral, as autoridades locais acobertavam as práticas criminosas contra os pequenos ocupantes de terras; o mesmo fazia a imprensa local, em atitude consciente de omissão de notícias, as quais, portanto, só eram levadas ao conhecimento público por intermédio das tradicionais informações “à boca pequena”, o que levou à seguinte conclusão:

esta atitude só pode ser explicada, a nosso ver, como tentativa de evitar que se caracterizasse como clima de tensão social latente a situação imperante em grande porção do território estadual. Tal reconhecimento poderia implicar a necessidade de uma tomada de posição por parte

80 Diário do Congresso Nacional. Op. Cit., p. 806.

das autoridades, no sentido de coibir ações ilegais dos “paulistas”.⁸¹

Tal “tomada de posição” por parte das autoridades nunca houve naquele momento, mancomunados que estavam com a lógica cristalina do sistema, aí emergindo sem rebuços o gigantismo do espírito de uma tal “modernidade”: o racionalizado do irracional.

De maneira geral, e o Acre não seria exceção nesse contexto, os mega-projetos amazônicos refletem o tipo de desenvolvimento que há séculos está sendo imposto como um flagelo a todas as culturas da terra. Produz crescimento, é verdade, mas apropriado por alguns à custa de grande sacrifício e miséria das maiorias.

Essa violência gerada então pelos novos ocupantes, com o processo de expulsão dos trabalhadores, somente irá conhecer resistência a partir de 1974, quando posseiros dos seringais Catuaba, Bom Destino e Bagaço, que margeavam a BR-364, irão se opor a jagunços e pistoleiros contratados pelos “paulistas”. A reação foi de certo modo espontânea, significando uma forma de resistência à expulsão da terra e ao destino de se tornar favelado na cidade ou “peão” de derrubada nas fazendas.

Os trabalhadores agrupavam-se nos momentos de culto dominical; os primeiros resistentes eram em sua maioria protestantes e, tomaram a iniciativa de realizar de modo coletivo o desmate sob forma de “adjunto ou adjuntório” – forma tradicional de mutirão organizada pelos seringueiros para derrubar capoeiras, fazer roçados, colheitas, farinhaças, etc., ocupando as terras que os “paulistas” alegavam juridicamente pertencer-lhes. Essa forma de ajuda mútua e de organização foi fundamental para a resistência, pois desde 1972, já sofriam todo tipo de duras investidas dos “paulistas”, através de seus jagunços, para saírem da terra.

Esgotadas as resistências individuais, os apelos às autoridades e, apesar dos “adjuntos”, eles que ali moravam há mui-

81 Ver **Migrações internas na Região Norte**: o caso do Acre. Belo Horizonte: UFMG / Ce-deplar, 1979. (mimeo)

tos anos tiveram que se armar para, numa nova ação coletiva dirigirem-se ao acampamento dos peões – um local chamado “quatro bocas” – para expulsá-los, e também aos jagunços, que fugiram.

Essa primeira ação coletiva mais contundente levou-os a ter a certeza de que daí por diante não aceitariam mais qualquer tipo de humilhações. E que, ao contrário do que lhes estava sendo arbitrariamente impingido, iriam brocar a mata, botar roçados, vender borracha ao marreteiro às margens da BR-364 e caso fosse necessário, responder à bala, as investidas dos “paulistas” e o descaso das autoridades.

Mesmo assim, após esse tenso episódio, alguns seringueiros passaram suas colocações, num duro golpe à resistência coletiva, atitude que tornava ainda mais vulnerável a permanência em outras colocações, conforme atesta Joaquim Paulo⁸², pois toda saída de uma delas, imediatamente o vizinho ficava exposto à ação dos fazendeiros, cuja pressão sempre ia aumentando, até o abandono de sua posse.

Esse conflito, o primeiro do Acre, chamou enfim a atenção das autoridades e atraiu a solidariedade dos outros trabalhadores sobre seu desfecho, principalmente quando um dos líderes desse movimento – de nome Raul – após sofrer as mais terríveis humilhações e ameaças, tendo muitas vezes que suportar um cano de revólver na boca para não ser morto, reagiu, matando o “capataz” de nome Valdivino e ferindo seriamente o pistoleiro Ozório, que já havia escapado ao cerco dos seringueiros anteriormente.

Nada mais será igual. Se anteriormente não havia como os trabalhadores resistirem à brutalidade “dos paulistas”, após o conflito do Catuaba, foram percebendo e tomando consciência de que precisavam deixar de lado sua passividade e se agruparem para organizar formas de resistências e lutar pela terra.

82 Joaquim Paulo, seringueiro, ex-soldado da borracha, vindo do Ceará para o Acre em 1944, reconstituiu em seu relato o episódio do conflito Catuabá, citado por COSTA SOBRINHO. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental**: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. Rio Branco: Universidade Federal do Acre / São Paulo: Cortez, 1992, p. 154-155.

Os confrontos passaram a ter então outra dimensão, onde as vítimas não serão somente os trabalhadores. Agora, através da reação coletiva e defensiva mais consciente, irão criar obstáculos à famosa “limpeza de área”, perpetrada pelos fazendeiros e seus jagunços, até então incontrolados.

Com o clima de tensão social e as suas repercussões aumentando era impossível silenciar. O Estado, através do Governo Estadual, Delegacia Regional do Trabalho e o Inkra, principalmente, passou a intervir efetivamente na questão fundiária, com o objetivo de conter os conflitos, que continuavam ao longo do tempo, como por exemplo, no seringal Califórnia, onde os posseiros armados atacaram os peões e pistoleiros que fugiram. No seringal Nova Empresa, liderados que foram por Antônio Caetano, emboscaram pistoleiros, matando dois deles; no seringal Guanabara, os seringueiros prenderam o fazendeiro Luiz Vieira de Lima e seu capataz, interditaram a pista de pouso, impediram a derrubada indiscriminada da floresta, que estava destruindo suas estradas de seringa; no seringal São Francisco, onde um grupo de trabalhadores impediu os serviços de demarcação da área de um grupo empresarial do Paraná, denominado Coapai.

O Inkra, que até então não passava de uma simples representação, a partir de 1974 passou a ser uma Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental - Crao, com jurisdição no Acre e Rondônia, tendo com isso maior autonomia para intervir na questão fundiária. A intervenção do órgão, a partir de 1974, veio em decorrência do clima de tensão social criado pelos choques constantes entre posseiros e fazendeiros, acontecidos principalmente em Rio Branco. A ação do Inkra, de agora em diante, com o objetivo de evitar ou conter a violência nos conflitos originados da luta pela terra, passou a reconhecer que aos pequenos ocupantes de terras acreanas cabiam direitos adquiridos pela ocupação das mesmas.

Tal reconhecimento se refletiu também na condenação pela Coordenadoria mencionada, da ação expulsória como ge-

radora dos conflitos, conforme citação que fez em entrevista, Assis Canuto, coordenador do Órgão:

os empresários do Sul, muitas vezes desavisados, despreparados ou mal intencionados, procuravam retirar o seringueiro da terra sem reconhecer os seus direitos, oferecendo indenização irrisória, não oferecendo nada. A não consideração do seringueiro, do posseiro nos atos da transação das terras geravam os conflitos.⁸³

Se havia a preocupação por parte do Estado em conter os conflitos, as reações dos trabalhadores também irão se tornar organizadas a partir de 1975, com a instalação da Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag, que vinha com o expresso objetivo de organizar os sindicatos rurais nos municípios acreanos. No mesmo ano, em Xapuri, a Contag interferiu e orientou os trabalhadores do Seringal Porvir a defenderem seus direitos e a manterem-se na terra, invocando a lei que os protegia, obrigando o seringalista a abandonar os seus intentos de expulsão.

A instalação da Delegacia da Contag no Acre e também em Rondônia fazia parte da estratégia do Crao em cobrir todo o país. E, principalmente, nas áreas com existência de conflitos como no caso do Acre, alguns técnicos do Governo, mais esclarecidos, cobravam a ausência do órgão na região, pois, segundo eles, além dos conflitos, não havia a orientação necessária para minimizá-los.

Em vista dessa preocupação, sua direção nacional, em 1975, desloca para o Estado o assessor da Presidência daquele órgão sindical, o economista João Maia, que já trabalhava há muitos anos em Brasília. Seu objetivo foi de contatar órgãos públicos que direta ou indiretamente tinham relação com a questão fundiária e contratar advogados em defesa dos trabalhadores.

O caso do seringal Porvir, em Xapuri, descrito anteriormente já contou com a sua orientação e com a ajuda de advogados para defendê-los na Justiça. Mas, via Justiça era quase

83 **Diário do Congresso Nacional** (CPI da Terra), p. 804, depoimento do jornalista Elson Martins da Silveira.

impossível um resultado favorável, pois, além do conservadorismo dos juízes, o próprio poder judiciário era muito ineficiente. Era necessário avançar mais, era preciso sem qualquer dúvida, organizar os trabalhadores via Sindicato, para que avançassem no processo e que assim organizados, sentissem que seus melhores defensores seriam eles próprios.

Não sem dificuldades, pois a categoria seringueiro era socialmente nova no âmbito de sua atuação e somente tendo o Estatuto da Terra e o Código Civil de 1917 como instrumentos jurídicos, a Contag definiu três linhas de ação que terá consequências profundas no processo de luta, segundo Costa Sobrinho:

...a primeira linha orientava que o trabalhador permanecesse na terra, resistindo a todas as pressões e não aceitando pois com a Lei 4.504, do Estatuto da Terra, que assegurava a posse, após a permanência na terra, por mais de um ano e um dia. Recomendava também o plantio de bem de raiz, e até de pastagem, se não tinha benfeitorias, pois no caso do seringueiro a madeira já estava presente naturalmente na floresta, podendo descaracterizar a posse, se não houvesse documento comprobatório. A segunda linha orientava o seringueiro a não pagar a renda, pois esse pagamento implicava no reconhecimento do dono da terra, portanto podia negar a posse e revelar a condição de arrendatário, criando assim dificuldades na justiça, quando da defesa dos direitos, de acordo com a Lei avocada. A terceira linha orientava o seringueiro a comprar mercadoria a quem melhor lhe conviesse e vender a borracha pelo melhor preço oferecido. A liberdade de comprar e vender dava um golpe fatal no barracão. A segunda e terceira linhas de orientação decretava a morte do seringalista e do arrendatário dos seringais.

E ainda Costa Sobrinho:

Os seringalistas que já se encontravam unidos aos “paulistas” contra o trabalhador, agora tinham um motivo a mais. A perda da renda e do aviamento, jogava a última pá de terra no caixão desse anacrônico tipo social que persistia em continuar vampirescamente existindo. O seringueiro que já vinha há longo tempo se automatizando, em virtude do abandono dos seringais, da adoção do contrato padrão, da presença das estradas e dos marreteiros, concluía em tese esse processo com a adesão à liberdade de comprar e vender e ao negar-se a pagar a renda.⁸⁴

84 COSTA SOBRINHO, Op. cit., p. 171.

Definidas as linhas gerais de sua atuação, somente dois meses após sua instalação, em 1975, a Contag fundou o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Acre (pós-golpe de 64), o de Sena Madureira, no dia de 20 de setembro, no Colégio Santa Juliana, ocasião em que compareceram 557 trabalhadores, quase todos seringueiros. Para presidir sua diretoria provisória foi eleito o líder sindical Adelí Bento da Silva, que tempos depois, faleceu misteriosamente, afogado, havendo sérias suspeitas de que foi assassinado.

Posteriormente, ainda em 1975, em dezembro, no dia 21, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Brasileia. Como havia transcorrido certo tempo e devido à grande repercussão da fundação do primeiro Sindicato Rural no Estado, sua criação foi melhor organizada, sendo precedida de um curso de formação sindical, ministrado pelo economista João Maia, do qual participaram vários trabalhadores, inclusive Chico Mendes. Este, sabendo de sua realização, deslocou-se de Xapuri para Brasileia, inscrevendo-se nele.

No dia de sua fundação, reuniram-se em assembleia 890 trabalhadores, cuja maioria também era formada por seringueiros. Sua primeira diretoria foi constituída por Elias Rosendo de Oliveira, Presidente; Francisco Alves Mendes (Chico Mendes), Secretário; Raimundo Rodrigues da Silva, Tesoureiro e no Conselho Fiscal, Wilson de Souza Pinheiro, que em breve passou a dirigir o sindicato, tornando-se um líder na região, com projeção nacional. Sob sua direção gestaram-se várias formas de luta, sendo “empate” a denominação da principal delas, com grande repercussão em todo o Estado, tendo se tornado o símbolo de resistência da nova fase da luta dos seringueiros.

Foi em 1976, no dia 23 de maio, a vez da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco. Contando com 1.352 participantes em sua assembleia inicial, em sua maioria seringueiros.

E em abril de 1977, no dia 9, no Colégio Divina Providência, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com a presença em sua assembleia de 302 trabalhadores.

O termo regional “empate” se explica pelos mutirões feitos pelos seringueiros para “empatar”, isto é, impedir os desmatamentos em áreas ameaçadas pelos fazendeiros. Pela sua importância, o descrevemos aqui, em análise de Paula:

Há todo um processo de preparação dessas mobilizações, que vai desde a denúncia da entrada dos peões numa determinada área para iniciar os preparativos para o desmatamento, até a convocação pela direção sindical, dos seringueiros da zona atingida, com a finalidade de tomar uma posição sobre o problema. Nessas reuniões via de regra, os representantes sindicais passam informações mais detalhadas sobre o desmatamento, tais como dimensões da área, finalidade, proprietário mandante, etc... Depois avalia-se o número de colocações que seriam atingidas direta ou indiretamente. A seguir, discute-se a posição que os seringueiros devem tomar. A decisão é sempre a de “empatar” o desmatamento, e então os detalhes são combinados: quem irá participar, as estratégias a serem adotadas, o horário de saída para o local do acampamento dos peões, os líderes do grupo procuram o responsável pela “empreita”, comunicam a decisão de empatar o desmatamento, aconselhando-os a se retirar da área. O clima é sempre marcado por muita tensão.⁸⁵

O clima de tensão tornava-se maior porque os fazendeiros, para “proteger” os peões, acionavam a polícia e, quando não havia uma solução negociada entre as lideranças dos seringueiros e o comandante da guarnição policial, acabava ocorrendo muitas prisões de seringueiros. Evidentemente que, em resposta a esse ato, o sindicato também acionava advogados para libertá-los, alegando falta de provas dos delitos de que foram acusados.

Muitos peões fugiam mesmo antes dos policiais chegarem, assustados com as espingardas de caça e terçados dos seringueiros. Então, esses rapidamente “apagavam” seus vestígios na mata, derrubando suas barracas, apreendendo às vezes suas motosserras ou qualquer outro implemento usado em desmates. Com o passar do tempo, muitas mulheres e crianças passaram a participar dos “empates”, numa tentativa clara de tentar coibir a repressão policial. Conforme avançava o movi-

85 PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação de Mestrado, 1991, p. 45; 46. (mimeo)

mento, partidos políticos, representantes de central sindical e outros também compareciam, alargando o leque em defesa dos trabalhadores.

Um dos exemplos expressivos dessa nova fase de resistência e atuação pode ser observado num conflito em Xapuri, conforme nos mostra o texto de Duarte:

... desde abril de 1978, que o gerente da Bordou e alguns seringueiros do seringal Nazaré fizeram um acordo para que cada posseiro recebesse um lote de 55 ha, com escritura, dentro de 60 dias, tendo ainda o direito de permanecer nas colocações explorando seringa por mais dois anos. No ano seguinte a fazenda derrubou castanheiras e seringueiras nas posses de três seringueiros, juntaram então 52 seringueiros que impediram o desmatamento. Disseram que por enquanto era só um aviso e se continuassem o serviço iriam 100 seringueiros e seria para valer. Assim se expressou Raimundo Mendes, um dos participantes do “empate”: nós achamos certo agir desse jeito, porque por parte das autoridades já esperamos demais. (...) Hoje, entences, o único meio que nos resta é a união para defender o que é nosso, muito embora as autoridades e os políticos não estejam gostando. Vendo a necessidade de permanecer na terra com a seringa, castanha, que são nossa segunda mãe, temos que tomar nossas medidas.⁸⁶

Tal noção baseia-se no direito fundado na concepção tradicional de que a terra é um bem comum, na qual se teve acesso por longos anos de trabalho, chocando-se direto no cenário conflitivo da fronteira com uma outra concepção do direito, ou seja, de que a terra é uma mercadoria, e assim, sua posse decorre de um ato original de compra.

A violência tem sido por tal razão na fronteira, conforme tão argutamente explanou Martins, a truculenta legitimidade da concepção de que a terra é um bem comum, e cujas vítimas, em sua reação, descubrem como seus antagonicos, o privado. O privado na propriedade privada, o privado como antagonico dos pobres, o privado como injustiça, como meio de violência contra a vida, porque é contra a mais simples condição elementar do humano, que é a sua reprodução, isto é, o direito de comer, morar e viver.

86 DUARTE, Élio Garcia. Op. cit., p. 109.

A propriedade privada, portanto, está numa relação antagonônica com essa população da fronteira. Quando se mobilizam para defender-se, fazem-no em nome do que é oposto à propriedade privada. A mística da luta pela terra vem da tradição, das concepções tradicionais da economia moral familista e comunitária dos moradores do sertão. Na fronteira, o conflito lança os posseiros da roça e do povoado numa luta aberta em defesa de sua terra de trabalho, de suas posses, de suas moradias e de sua família.⁸⁷

Empurrados pelas condições de terror e violência ou motivados pela experiência acumulada na luta e enfrentamento aos “paulistas” e pela presença de lideranças corajosas e com certa consciência da necessidade da organização, os seringueiros estavam dispostos a reagir. E por isso, sua boa receptividade às iniciativas e desempenho de órgãos como a Contag, que em apenas dois anos de efetiva atuação criou e assessorou sete sindicatos no Vale do Acre e Purus.

Tal órgão ganhava credibilidade também porque denunciava a violência dos fazendeiros contra os peões que eram contratados para as derrubadas. Conforme ofício confidencial (datado de 08.11.1975), intitulado “Peões de Benedito Tavares”, enviado para várias autoridades do Acre, foi relatado por aquele órgão os horrores praticados por esse fazendeiro contra tais trabalhadores. Apesar de Benedito Tavares ter sido denunciado anteriormente pelo mesmo motivo, como observamos, continuava impune em seus desmandos. Por isso tal ofício, assinado por João Maia, em sua última página constava que:

Não se pode aceitar a idéia, que repudiamos falsa, de que tudo isso é o preço do desenvolvimento, pois não há desenvolvimento, sem justiça social. O contrário seria um mero crescimento econômico, com mais pasto, mais bois, mais produto agrícola e também mais gente injustiçada e marginalizada, sementeira de explosões sociais.⁸⁸

Os resultados foram positivos, levando em consideração várias dificuldades, que iam desde a mobilização dos trabalha-

87 MARTINS. Op. cit., p. 717-719.

88 Ofício - Relatório confidencial da Contag, datado de 08.11.1975 - Rio Branco - Acre.

dores dispersos no interior do seringal ou distribuídos em populações rarefeitas às margens das estradas ou nas colônias, o meio natural, que criava sérios obstáculos à comunicação, até o regime militar vigente no país e seu controle policial militar e a violência dos patrões, fazendeiros, grileiros, seringalistas e comerciantes, com suas tropas de jagunços e pistoleiros.

Obviamente que a elite local (principalmente os fazendeiros) manifestou-se violentamente a esses resultados e de forma depreciativa, emitiram suas opiniões, tais como:

“A CONTAG só tem criado problemas. Não resolve o problema de ninguém, mas atrapalha”;

“Nós não estamos tendo segurança. A CONTAG incentiva os seringais a empatar a derrubada. Se o governo não tomar providências a coisa vai ficar preta”;

“Em 1980 houveram muitas mortes no Acre, pois o seringueiro é um pobre coitado que está sendo utilizado em função do interesse das multinacionais, ou qualquer coisa que está por trás da CONTAG”;

“A CONTAG não adota uma posição esclarecedora, ela apenas acoberta toda e qualquer pretensão dos ocupantes. E o governo do Estado se omite também. Daí eu dizer que o governo tem sido responsável porque não dá segurança à propriedade nem está interessado pelo desenvolvimento, ele está interessado em agradar a maioria”;

“Hoje o que se tem aqui é uma campanha contra a produção, alegando pseudos e inexistentes problemas sociais. O Acre não tem problemas fundiários, considerando-se a extensão geográfica e a densidade populacional”.⁸⁹

Essas reações não poderiam ser diferentes, devido à ótica “civilizatória” embutida em seus ditames, a qual, em determinados momentos, pede aos seus sujeitos que formulem um ideário que justifique e legitime suas ações violentas para si mesmos e perante seus contemporâneos. Foi nesse mesmo dia-pásão, segundo o jornalista Elson Martins Silveira, que o agropecuarista Osvaldo Menezes entregou um memorial ao Presidente Geisel, expressando que:

além das dificuldades inerentes da região, que são superadas paulatinamente pela nossa experiência e pela nossa índole de pioneiros, achamos que o Acre tem sido objeto de incompreensões, algumas delas maldosas divulgadas

89 SILVA, Adalberto Ferreira da. Op cit., p. 59.

pela imprensa e outras até criadas por autarquias [referindo-se ao Incra] que deveriam, ao invés de criá-las, resolvê-las”.⁹⁰

São, na verdade, os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa “frente pioneira” é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho.⁹¹

Com os trabalhadores organizados no sindicato, desenvolvendo ações organizadas e formas de luta diversificadas, via-se uma nova conjuntura política na qual o governo estadual e federal, através do Incra e do Ministério do Trabalho, interessados em conter o clima de tensão social, intervêm mediando os conflitos. Nesse contexto, os fazendeiros assumem uma posição menos belicosa.

Ainda que as tensões estivessem longe de serem extintas e mesmo que a nova disposição dos fazendeiros fosse relativa, sem dúvida, o marco é uma outra correlação de forças. Os seringueiros conseguem finalmente se fazer presentes como atores políticos e aglutinam em sua luta, forças que incorporavam até então a concepção dominante de tomá-los como objeto de trabalho ou mesmo de caridade.

Nesse processo de transformação, a Igreja Católica é a instituição que marca particularmente a alteração de posição, tornando-se mesmo um agente fundamental para consolidar esse momento da resistência. Vale, portanto, resgatar sua trajetória para apreender a dimensão dessas mudanças.

90 Diário do Congresso Nacional. Op. Cit., p. 806.

91 MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão no campo. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 68.

CAPÍTULO IV

**A PRESENÇA DA IGREJA
CATÓLICA NOS VALES DO
ACRE E PURUS**

A presença da igreja católica e sua obra missionária na Amazônia seguiram sempre *pari-passu*, assim como se deu ao longo do tempo com os desdobramentos e ideários das penetrações dos conquistadores naquela região.

Na região dos Vales do Acre e Purus, tardiamente explorada no século XIX, há muito tempo, aqueles que para lá foram trabalhar na indústria gumífera reclamavam e solicitavam a presença da Igreja. Desejavam que essa presença fosse mais permanente e sistemática, diferentemente do que vinha ocorrendo na diocese do Amazonas, em que longas e intercaladas idas e vindas do Monsenhor Francisco Leite Barbosa, por trinta anos ou mais, que era o único sacerdote a percorrer o Purus e regiões adjacentes em constantes “desobrigas”⁹², somente vindo a receber um coadjutor em seu imenso campo de apostolado quando o Acre foi incorporado ao Brasil, em 1903. Suas desobrigas duraram até o ano de 1915.

Por parte da Igreja, principalmente do bispo da diocese de Manaus na época, Dom Frederico Benício da Costa, desde 1908, surgiram inúmeras preocupações quanto ao abandono espiritual em que se encontrava aquela população, considerada pagã e distante dos países de onde vinha a civilização, ou seja, dos países europeus.

Contudo, somente a partir de 1910, quando foram erigidas nos Vales do Acre e Purus as paróquias de Antimari e Sena Madureira⁹³, deu-se ali organicamente a presença da Igreja. Entretanto, o fato dessas paróquias ainda se encontrarem sob a jurisdição da extensa Diocese sediada em Manaus, na Província do Amazonas, não resolvia de imediato as preocupações alegadas, pois segundo o bispo Dom Frederico, o bispado era exces-

92 A palavra “desobriga” é uma substantivação do verbo desobrigar. Significa, nesse caso, o processo pelo qual a instituição realiza um conjunto de serviços religiosos através dos quais a população pode cumprir os seus deveres para com Deus e a igreja, ficando com isso desobrigada desses mesmos deveres.

93 Até a ocupação da Bolívia as “Tierras nun descubiertas”, denominação encontrada nos mapas bolivianos, passariam a ter o nome Aquiri, que algum tempo depois foi mudado para Acre. O Aquiri encontrava-se naquele momento sob a jurisdição do município de Antimari (depois Floriano Peixoto), estado do Amazonas, administrado por um Superintendente de nome Francisco Monteiro de Souza Junior.

sivamente vasto (mais de dois milhões de quilômetros quadrados) para que se organizasse de maneira eficaz.

No ano de 1919, os apelos foram atendidos através da Bula “Ecclesiae Universal Regimen”, durante o pontificado do papa Bento XV, criando-se a nova Prelazia do Acre e Purus, que se desmembrou da Diocese do Amazonas. A partir daquele momento, passou a ser denominada “Prelatura Nullius”, em português literal - “Prelazia de Ninguém” - o que indicava a ausência de bispo nomeado. Ainda assim, a área sob sua jurisdição (em torno de 100 mil km²) permanecia imensa e de baixa densidade demográfica, pois naquela época localizavam-se ali apenas quatro municípios: Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri e Boca do Acre.

A responsabilidade dessa nova prelazia coube à Ordem dos Servos de Maria (italiana), a qual foi oficializada pela Bula “Comissum Humilitati Nostrae”, de Bento XV. O impasse da ausência do bispo para a prelazia “Nullius” foi resolvida com a nomeação papal de Dom Próspero Gustavo Bernardi, cuja Bula transcrevemos:

BENTO, Bispo Servo dos servos de Deus

Aos amados filhos, clero e povo da Prelazia Nullius do Acre e Purús, saúde e bênção apostólica.

Hoje, nós, com o conselho dos nossos Veneráveis Irmãos, Cardenes da Santa Igreja Romana, com a autoridade apostólica, elegemos o amado Filho Prospero Bernardi, sacerdote da Ordem dos Servos de Maria Virgem, para a Igreja titular episcopal de Palto, presentemente vaga, e conferimos-lhe o título da mesma. Como, porém, não demos Prelado à Prelazia Nullius do Acre e Purús, que erigimos com autoridade apostólica na República Brazil, por nossas cartas dadas sob o nosso selo, a quatro de Outubro deste anno, sujeitando-a como suffraganea à Igreja Metropolitana de Belém do grão Pará e, como decretamos nas nossas cartas acima mencionadas acerca da erecção da mesma Prelazia, que lhe seja sempre designado, alguém revestido do caracter e dignidade episcopal, constituímos o sobredito Prospero, Bispo eleito titular de Palto, em Prelado Ordinário da vossa Prelazia Nullius do Acre e Purús, com o conselho dos mesmos Cardeaes e com a mesma autoridade apostólica, permitindo que elle juntamente com a sobredita Igreja titular episcopal de Palto, possa livre e licitamente reger a mencionada Prelazia, não obstante as constituições e ordenações apostólicas

e quaesquer outros documentos em contrário. Portanto exhortamos a vos obrigamos a que, recebendo com todo o respeito o mesmo Prospero, Bispo eleito titular de Palto e Prelado Ordinário da vossa Igreja, como Pae e Pastor de vossas almas, e prestando-lhes as devidas honras, lhe presteis também a obediência e reverencia convenientes às suas salutares advertências e preceitos, afim de que entre vós e elle haja mútua relação de filhos dedicados para um pae cheio de benevolencia. Queremos pois, e ordenamos que estas Nossas cartas sejam lidas publicamente do pulpito no 1º dia festivo de preceito, por ordem do Ordinário que agora rege a vossa Prelazia, naquella Igreja que fôr constituída Séde do Prelado Ordinário. Dado em Roma, junto de São Pedro, no anno do Senhor de mil novecentos e dezanove a quinze de Dezembro, sexto anno do Nosso Pontificado.

Octavio Cardeal Cagiano, Chanceller da Santa Igreja Romana.

Júlio Campori, Protonotario apostolico.

Raphael Virili, Protonotario apostolico.

Paulo Pericoli, ajudante da chancellaria.

Alfredo Marini, encarregado do sello.

Alfredo Liberati, escriptor apostolico”.⁹⁴

Esse documento reflete o pensamento conservador da Igreja enquanto instituição, cujo objetivo em relação ao Brasil se manifestava no interesse de expandir a fé católica numa perspectiva apostólica e missionária.

Considerando o papel ordenador e catequético que a Igreja católica sempre teve no Brasil desde o período colonial, ficava também patente os postulados de obediência, de respeito à hierarquia interna e de manutenção de um clima de harmonia e, sobretudo, de hegemonia frente à população onde a pretendida Prelazia seria edificada.

Em carta, datada de maio de 1920, Dom João Irineo Jofily, bispo do Amazonas, comunicou ao clero e fiéis dos Departamentos do Alto Purus e Alto Acre, a criação da nova prelazia, o seu desdobramento do Amazonas e a chegada de Dom Prospero Gustavo Bernardi ao Brasil, com a seguinte mensagem, que transcrevemos parcialmente:

94 **BULA** do papa Bento XV, nomeando Dom Prospero Gustavo Bernardi, OSM, bispo da Prelazia “Nullius” do Alto Acre e Alto Purus – Ordem dos Servos de Maria – Província do Brasil – Turvo – 1920. Arquivo da Diocese de Rio Branco. No original.

Saudações, paz e bênção em N. S. Jesus Cristo

Alegra-nos sobremaneira levar até vós a notícia de que acabam de ser desmembrados da Diocese do Amazonas, para formar uma Prelazia como suffraganea da Província ecclesiastica de Santa Maria de Belém do Pará, sob a denominação de Prelazia do Alto Acre e do Purús, esses dois Departamentos, tudo conforme as Lettras Apostólicas de 4 de Outubro de 1919 e Decreto da Nunciatura do Brazil de 25 de Dezembro do mesmo anno. Acontecimento tão auspicioso como este, que vem corresponder a instantes votos nossos e satisfazer as vossas justas aspirações, deve ser estimado como uma manifestação da bondade divina, como uma prova consoladora da solícitude paternal com que o Summo Pontífice - Vigário de Christo na terra - lança suas vistas sobre as necessidades espirituas do seu universal rebanho (...) Mas não é só. Com igual contentamento temos mais a comunicar-vos que de viagem para essa nova Prelazia, já se encontra nesta cidade de Manaus o seu primeiro prelado, o Exmo. Sr. Dom Prospero Bernardi, que para honra vossa e cumulo de nossa felicidade, possui o caracter episcopal como titular de Palto. Filho de uma das ordens religiosas mais antigas e benemeritas da Santa Igreja, sacerdote de sólidas virtudes e vasto saber e, sobre tudo isso, cheio de boa vontade para trabalhar convosco no engrandecimento moral e intellectual dessa terra de vós tão querida e delle já muito amada, o Exmo. Sr. Bispo D. Prospero é digno de vossa sincera amizade e merecedor da vossa profunda veneração(...) A posse do vosso Prelado vem pôr termo a nossa jurisdição no meio de vós, portanto opportuno se nos depara aqui cumprir o dever de apresentar nossas despedidas e exprimir-vos o nosso reconhecimento pelas atencões que sempre dispensastes ao humilde bispo do Amazonas. Mas ainda assim continuareis a viver em nosso coração e elevaremos sempre a Deus as nossas orações afim de que sob os affectos paternaes de vosso desveladissimo Pastor; gozeis a paz dulcissima de N. S. Jesus Christo. Ao Revmo. Pe. José Tito que é o único sacerdote que nos Departamentos do Alto Purús se encontra no exercicio de suas ordens, mandamos que leia esta a estação da missa e esteja em Senna Madureira, por ocasião da chegada do Exmo. Sr. Prelado. Dada e passada nesta cidade de Manaus, sob o signal e sello de nossas armas, aos 3 de Maio de 1920. festa da Invenção de Santa Cruz. † João Jollify - Bispo do Amazonas.⁹⁵

Essa carta demonstra que a criação da Prelazia do Acre e Purus materializa o objetivo da Igreja Católica de lançar as

95 **CARTA** de Dom João Irineo Joffily, bispo do Amazonas, comunicando a criação da Prelazia - Ordem dos Servos de Maria - Província do Brasil - Turvo - 1990. Arquivo da Diocese de Rio Branco (No original).

suas bases na Amazônia Sul-Occidental, incumbida do propósito de “salvar” a população dessa região do paganismo, retirando-a do estágio de barbárie e elevando-a moral e intelectualmente. A missão universal salvacionista encontrava-se revestida de um caráter civilizador.

Ainda em Manaus, Dom Prospero Bernardi escreveu a primeira Carta Pastoral da Ordem dos Servos de Maria no Brasil, através da qual saudava os fiéis e manifestava o que esperava dos mesmos, com o seu plano de ação. Também a transcrevemos parcialmente:

AVE MARIA

1ª CARTA PASTORAL de

D. FREI PROSPERO GUSTAVO BERNARDI, dos Servos de Maria, por mercê de Deus e da Santa Fé apostolica, Bispo titular de Palto e Prelado Ordinário do Alto Acre e Alto Purús.

Ao Ilmo. Clero e a todo o povo do Alto Acre e Alto Purús, paz, saúde e bênção em Nosso Senhor Jesus Christo.

A Bulla do Santo Padre que precede a esta Carta Pastoral, meus amados Filhos, confere um duplo titulo da mais subida honra, quer ao povo acreano, ao qual é dirigida, quer ainda á pessoa que o Nosso Santo Padre em nome e pela autoridade de Jesus Christo vos envia. Em duas palavras, designa ella o fim da missão que deve exercer entre vós aquelle que vos é enviado: Devemos ir a vós como Pae e Pastor de vossas almas (...) Vivíamos tranquilos na pacífica e serena actividade de uma Ordem Religiosa, á qual consagramos a maior estima, o mais ardente amor desde os nossos verdes annos. Sob a proteção desta Ordem amada, no caro torrão que nos viu nascer, íamos recolhendo, no exercício do divino ministério, os frutos suaves que só á sombra da Cruz amadureceram e que, para os amigos de Jesus Christo, encerram um sabor superior a qualquer outra doçura. (...) E si para cumprir a vontade de Deus, aceitamos o honroso, mas espinhoso encargo de Pae e Pastor de vossas almas, purificai-vos também vós, para receber o Reino de Deus, com a oferta do mesmo sacrificio. O programma a executar no meio de vós, affirmamol-o com toda simplicidade, apenas vira a consecução de uma vida christã perfeita (...) Conhecereis então a grandeza do beneficio que a Divina Providência vos prodigaliza actualmente com a criação da nova Prelazia e a missão de um Prelado (...) Mas, com relação á pessoa que vos é enviada, amados Filhos em Jesus Christo, não deveis consideral-a physicamente, pois, neste sentido é a mais humilde, considerai-a, porém, moralmente (...) Mas relativamente á circunstância de pessoa, sobreleva

notar um ponto de capital importancia. Não se trata exclusivamente de vossa cooperação (...) Nem é sufficiente que generosamente concorrais para que os jovens de boa vontade possam ter o ensejo de se formarem pelo estudo ecclesiastico, mas requer-se que cada um conheça e sinta que tem o dever de ser e proval-o (...) E, portanto, refrear os desejos desregrados da carne, reagir contra as próprias paixões, desarraigat os maus hábitos do pecado, em summa, santificar a vida que Deus nos concede neste mundo (...) Isto dizemos primeiramente a Vós, ó Paes de família (...) a Vós Mães de família (...) Dizemo-lo também a Vós, ó patrões e chefes dos centros e repartições commerciaes, a vós que tendes o dever de vos utilizar do trabalho dos vossos subordinados de tal modo que elle vos nobilite e que o seu lucro constitua para ambos um meio nobre e honesto para a propria subsistência e o da familia. Dizemol-o porfim a todos os fieis que se sentem animados de boa vontade (...) Após o que foi dito, Filhos muito amados, somente com o duplo fim de vos manifestar os sentimentos que nos accompanham ao penetrarmos em vosso sólo hospitaleiro, e de especificar-vos o programma que, a vossa cooperação, não a nossa individualidade, mas a Ordem dos Servos de Maria, espera realizar no meio de vós. Por intercessão da Bemaventura Virgem, N. Sra. das Dôres, do Thaumaturgo S. Peregrino Laziosi, do Bispo S. Thuribio, e dos quarenta Sanctos Martyres que com o seu sangue consagrarão a Deus o povo Brasileiro, vos abençoe o Padre † Filho † e o Espirito † Santo. Amen.

Dado em Manaos - aos 30 dias do mez de Maio - Festa de S. Sma. Trindade, do anno de 1920.

† Frei Prospero Gustavo dos Servos de Maria - BISPO PRELADO.⁹⁶

Nessa primeira carta pastoral fica registrado que o projeto da igreja católica para a Amazônia, via Prelazia do Acre e Purus, se revestia de uma visão integracionista e colaboracionista.

A partir desse momento, como demonstra Martinello⁹⁷, ao fazer menção à Segunda Carta Pastoral, publicada na data de 15 de agosto de 1920, igreja e Estado se unem com o propósito de “resolver” os problemas sociais da região “pelo alto”.

96 **PRIMEIRA CARTA PASTORAL** de Dom Prospero Gustavo Bernardi - Ordem dos Servos de Maria - Província do Brasil - Turvo - 1990. Arquivo da Diocese de Rio Branco. No original.

97 Martinello, Pedro. **Os servos de Maria na missão do Acre e Purus** (1920-1975). Berkley - USA. São Paulo: Secretaria Provincial, 1986. p. 91.

No momento em que a igreja católica se estabeleceu no Estado, a crise no seringal já havia se instalado e provocava um acentuado êxodo da população. Apesar disso, a população a ser assistida pela recém prelazia era ainda de 60 a 70 mil pessoas, não incluindo nesse cálculo as nações indígenas dos cationas, machineris, jamináus, apurinãs e outras que habitavam a região.

Como sede foi escolhida a cidade de Sena Madureira, por ser esta cidade a mais desenvolvida até então, possuindo dois jornais, teatro, cinema, orquestra, bonde puxado a burro – resquícios da fase áurea da borracha – que aos poucos, foi entrando em total decadência.

Assentada à margem do rio Iaco e a poucas horas de navegação do rio Purus – um grande rio, sempre livre à navegação, Sena Madureira era acessível por via fluvial, mesmo na estação da seca. Foi ali, após passar por Manaus, que desembarcou o bolonhês Dom Próspero Gustavo Bernardi, o primeiro bispo, fundador da Igreja no Acre, juntamente com seus frades: Tiago Matioli, Miguel Lorenzini e Domenico Baggio. Algum tempo depois ali também desembarcaram as Servas de Maria Reparadoras, convidadas expressamente pelo bispo, para colaborar em serviços específicos a serem prestados à população.

Em 1958, a prelazia Nullius foi transformada em prelazia do Acre e Purus, com a transferência de sua sede para a cidade de Rio Branco, agora de maior importância econômica e social, onde desde 1920, fora erigida sua paróquia, hoje, a Catedral de Rio Branco, uma das maiores igrejas da Amazônia. De 1915 até 1985 foi considerada prelazia, mas a partir de 1986 até os nossos dias, foi elevada à categoria de diocese, possuindo então durante esses anos, dois estatutos jurídicos distintos: o de prelazia (uma porção da Igreja Universal que ainda depende de outras igrejas para a sua sobrevivência institucional); e posteriormente, diocese (igreja já constituída, com estrutura eclesial própria e autônoma). As duas configurações devendo obediência unicamente ao Papa, o responsável direto pela eleição, sagração, nomeação e transferência dos bispos. Vale ressaltar

que somente o bispo – quer como prelado, quer como bispo diocesano ou arcebispo – decide sobre o que deve ser feito em termos pastorais dentro do território de sua circunscrição, não só pelo seu clero, mas também pelos leigos que participam da ação evangelizadora. Essas observações de ordem jurídico-administrativa e principalmente hierárquica da instituição Igreja são importantes na medida que observamos a autonomia relativa do bispo em sua diocese, quanto aos rumos que esta deverá seguir e seus objetivos.

4.1 A trajetória da igreja acreana: aspectos e contradições

As primeiras ações da Igreja constituíram-se fundamentalmente em: reconhecimento da região, construção de templos, atendimento às sedes paroquiais com a prática sistemática das desobrigas. Tais ações garantiam a presença e a atuação dos sacerdotes no atendimento às populações mais distantes que habitavam às margens dos rios, e aos centros dos seringais, realizando um conjunto de serviços tais como: ministrar os sacramentos (batizados, casamentos, crismas), ligeiras instruções religiosas, proporcionando à população a oportunidade de cumprir com seus deveres divinos.

Lina Boff assim descreveu o ritual da desobriga:

antes de embarcar o missionário dirigia algumas palavras de exortação e dava alguns conselhos práticos de caráter moralizante para todos. A seguir fazia a entrega solene das chaves da Igreja paroquial a um dos missionários. Era um momento que todos se comoviam, porque o Bispo ou frade se ausentaria por longos meses. A comunidade rezava para que nada acontecesse de mal durante essa ausência e ninguém morresse para não ser privado dos sacramentos. O ritual de despedida era concitado com uma breve oração e a bênção a todos os presentes que se ajoelhavam com devoção nas encostas do rio.⁹⁸

Enquanto durava a extensa viagem do padre, que seguia ao longo dos rios sempre acompanhado pelo canoieiro ou pelo condutor do motor aquático, as irmãs abriam diariamente a

98 BOFF, Lina. **Espírito e missão na prática pastoral** - Acre: 1920 a 1930. São Paulo: Paulinas, 1997.

Igreja para oração ou outras práticas religiosas da comunidade. Esta continuava sua rotina, encontrando-se para rezar, celebrar as festas religiosas, fazer suas novenas e tríduos, reunirem-se principalmente no colégio para programar iniciativas sociais ou decidir sobre essas, enfim todo um cuidado para que a ação catequética da desobriga desenvolvida na floresta não deixasse a população da cidade desassistida.

O ritual da desobriga geralmente repetia-se duas ou três vezes ao ano, no máximo, tais eram as enormes distâncias que percorriam. É de se imaginar as dificuldades que atravessavam, subindo rios, adentrando a floresta, parando em cada colocação, tentando administrar, se isso fosse possível, as carências geradas por aquele modo de vida e trabalho, expressas na exploração, saudade de sua terra natal, nos perigos da mata. Ali o seringueiro se sentia no exílio. Por essa razão, os missionários também, na maioria das vezes, agiam como médicos, advogados, juizes, tentando amenizar os conflitos emergidos nessas situações de vida causadas pelo isolamento do homem na floresta.

Evidentemente que tais desvelos davam-se longe do barracão e do patrão, pois era na colocação que os seringueiros, unidos a seus pares, através dos sacramentos ou em conversas, expunham sobre seus flagelos. Entre eles sempre havia um rezador que trazia consigo o seu “santuano”, um conjunto de santos protetores, um rosário, os quais eram colocados em ordem no barraco onde então se realizavam os encontros, as rezas comunitárias, os pedidos aos santos, as formulações ou pagamentos das promessas, os cantos. Era ali enfim, longe da Igrejinha da sede, longe do olhar e dos reclamos do patrão e das missas rezadas em latim, da qual nada entendiam, que adoravam seus santos, cultuavam suas lembranças e expressavam suas saudades da família distante.

Contudo, a religião oficial parecia ignorar ou até mesmo repudiar essas manifestações populares. Mas, se nesse primeiro período a ação da Igreja voltou-se com exclusividade para a ansiada assistência religiosa e a apoios possíveis junto à popula-

ção em geral naquela imensa região, as contradições no âmbito da fé e de seus símbolos, logo se fizeram sentir.

A respeito disso, observa-se que algumas imposições da igreja católica, considerando-se sua recém instalada roupagem administrativa na região, iam contra essas devoções, como por exemplo, as mudanças de imagens sagradas veneradas pela população por outras, não levando em conta que o migrante nordestino já trazia consigo crenças como componentes de uma prática cultural e religiosa própria e com uma forte identificação existencial e espiritual.

Por isso, houve registros da consternação geral e de fortes resistências à retirada de imagens que estavam há tempos nas Igrejas, como as de Nossa Senhora da Conceição, São Francisco de Assis, São Sebastião, Sagrado Coração de Jesus, que foram sendo trocadas por outras, motivadas por devoções importadas, como São Perigrino Lajioni, Santa Juliana Falconieri, etc., fazendo Lina Boff concluir que:

pode-se dizer que não houve um diálogo que resultasse em alguma criação nova ou descoberta nova, no campo da religião. Houve sim, uma acomodação da cultura europeia hegemônica que continuou conservando o seu etnocentrismo. As atividades de caráter doutrinário, continuaram atualizando uma atividade catequética adotada pela Igreja italiana de onde eles provinham. Priorizavam a parte teórica da fé, ou seja, a doutrina e o mundo da liturgia sobre a história bíblica, onde a Palavra da Escritura ajuda a fazer a ligação da catequese com a vida cristã. As missionárias e os missionários demoraram a reconhecer e respeitar as devoções religiosas e populares dos diferentes grupos que compunham a população que vivia no Vale do Acre e Purus.⁹⁹

Ao que Martinello acrescentou:

Não se compreendia, portanto, o rigorismo na administração dos sacramentos, nem os longos interrogatórios a que eram submetidos os pais e padrinhos. E muito menos certas proibições por demais severas, como impedimento de ser padrinhos aos casais amigados e aos maçons. Proibição na verdade inútil numa terra onde mais da metade eram amigados e onde a maçonaria era fruto ordinário da região. O Sacramento da Crisma, depois, tinha-se tornado um verdadeiro privilégio para uns poucos, seja

99 BOFF, Lina. Op. Cit., p 70.

pelas condições impostas, seja pelo fato que só o Bispo se reservava o direito de administra-lo. Não é que o povo não deva ser instruído, nem melhor preparado, para que façam as coisas da melhor maneira possível, mas todas essas exigências cheiravam a excessivo rigorismo para o Acre, como falta de compreensão da psicologia daquela gente.¹⁰⁰

Essas afirmações supracitadas se tornam mais claras num relatório feito pelos próprios padres, o qual enviaram para a Itália, avaliando os seus primeiros dez anos de pastoral, no qual não só aparece a preocupação religiosa, como também observações de ordem moral.

Sabiam eles que estavam trabalhando numa região rica em recursos naturais, na qual se destacava a exploração da borracha, mas que a situação estava ruim, pois o ciclo áureo já havia passado quando ali chegaram, estando por essa razão em franca decadência. Tinham também consciência do regime de quase escravidão que caracterizava as relações de trabalho nos seringais. E que no afã de melhoria para a região, vão relatando os missivistas, procuraram realizar algumas iniciativas no campo social, como iniciar a instalação de uma indústria local, fazendo vir máquinas do Sul do país. A iniciativa fracassou por não haver mão de obra qualificada para manejá-las. Continuam em seu relatório, explanando sobre a população local, caracterizando esta como indolente e incapaz, portadora de uma situação espiritual e moral lastimável e degradante: “a população católica era supersticiosa e, até certo ponto indolente, ainda que se tratasse de um povo bom e cordial em sua essência”. Observaram ainda os padres que a região atraiu (além dos nordestinos) comerciantes (turcos, sírios, libaneses e até europeus) que exploravam atividades de jogo e prostituição; além disso, havia a maçonaria, que pregava o indiferentismo religioso; o espiritismo, que já encontrava um certo número de adeptos; algumas seitas protestantes de procedência norte-americana, as quais já assentavam suas bases na região; aliando-se a tudo

100 MARTINELLO, Pedro. Op. Cit., p. 116.

isso o fato de que a “imoralidade era fomentada pelo próprio clima”.¹⁰¹

Um outro elemento agregava-se como limitador da ação pastoral nesse primeiro período: a Segunda Guerra Mundial (1940-45), que criou grandes dificuldades para a Ordem Servos de Maria, pois, devido ao conflito, qualquer comunicação com a Europa foi paralisada. Sendo sua sede na Itália, viram-se impedidos de manter o fluxo de pessoal e recursos para a consolidação do trabalho na região. Desse modo a solidão e o isolamento fizeram-se sentir de maneira mais intensa, o trabalho tornou-se mais pesado, reduzindo-se o número de pessoal ao extremo, obrigando os missionários a limitar suas atividades e desobrigas, que embora continuassem, eram feitas com menor frequência e apenas em alguns rios de mais fácil acesso.

Porém, como já analisamos, inversamente para a economia gumífera o mesmo conflito proporcionou o seu breve reaquecimento e um outro e amplo processo de migração para a região, conduzido agora pelo governo Vargas, que aliado aos Estados Unidos, trouxe um significativo contingente de nordestinos nesse segundo “surto”, os denominados “soldados da borracha”.

Se para a economia gumífera houve um certo alento, para a Ordem os problemas aumentaram, inclusive no que tange ao aspecto político, por serem os missionários em sua maioria, cidadãos italianos. Segundo o Livro do Tombo da diocese, houve um incidente em 1943, no qual se envolveram dois padres brasileiros como intermediadores na elaboração de um documento e nas instruções dadas aos trabalhadores (uma vez que esses não tinham com quem contar) de como atuarem junto ao governador da época. Esses padres foram delatados às autoridades da República por este fato, mas escaparam de serem presos e denunciados a um tribunal de guerra, por sabotarem os esforços do Brasil naquela contenda. No entanto, o

101 MATIOLI, Tiago. **Relazione sullo stato della Prellazia “São Peregrino” Mell’Alto Acre e Purus**. Archivio generale OSM Roma. mar. 1930, citado por MARTINELLO, Pedro. Op. cit., p. 109.

padre italiano Agostinho Poli viu-se privado de seu passaporte, impedido de deixar Rio Branco e de se locomover para outras partes do então Território, passando a viver confinado no coro da Igreja Imaculada.¹⁰²

Superado o incidente, no mais, a Ordem procurou administrar naquele momento os serviços possíveis, sem realizar, por conseguinte, grandes avanços ou ações de maior abrangência social. Em 1939, em substituição a Dom Próspero Gustavo Bernardi, que renunciara devido a seu precário estado de saúde, sagrou-se bispo o Dom Júlio Matioli.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Igreja recebe reforços de ajuda externa no que tange a recursos humanos e financeiros. Ao mesmo tempo, a economia gumífera experimenta uma nova crise, que se reflete na agudização dos problemas sociais na região.

Nesse período foram construídas escolas em quase todas as cidades, ensino artesanal, vários orfanatos e principalmente hospitais, devido ao quadro lastimável da saúde da população de maneira geral, onde a disseminação da hanseníase (entre tantas doenças) atingia alto grau de ocorrências, além de uma série de ações de caráter assistencialista.

Pode-se assim, sintetizar a ação da Igreja nesse período, em duas linhas de ação: uma essencialmente clerical e outra de assistencialismo. Sua ação social junto aos trabalhadores era então voltada a minorar seus sofrimentos, nunca de intervenção ou críticas às relações de trabalho.

Quanto ao aspecto religioso, a intuição pareceu se aproximar do que Gutierrez¹⁰³ definiu como a Pastoral da Cristandade. Seu traço central é a concepção de que há uma unanimidade cristã e que outras religiões são exceções limitadas.

102 **LIVRO DO TOMBO.** Diocese da Ordem dos Servos de Maria - Rio Branco, janeiro, 1943, p. 45.

103 GUTIERREZ, Gustavo. *Lineas pastorales de la Iglesia en América Latina*. 8a ed. Lima: CEP, 1986, citado por IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses** - Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 27.

Assim, ser homem é ser cristão e fora do cristianismo não há humanidade.

Segundo essa linha de análise, podemos observar que realmente quanto ao aspecto religioso, nesse longo período inicial, se não houve uma destruição total, houve pelo menos um claro choque instalado entre o povo e suas devoções e o clero e sua doutrina, na atuação da Igreja acreana-puruense.

Tais concepções expressavam-se numa censura moral, como se pode verificar em anotações no Livro do Tombo da prelazia referente a fatos ocorridos no período de 1903 a 1967. Cita-se como exemplo, a transcrição de um episódio datado de 31/05/1945 em Sena Madureira, quando em plena praça pública, após solene procissão, realizou-se uma fogueira dos considerados “maus livros”, recolhidos durante o mês. Entre eles contavam 57 protestantes, 21 espíritas e 7 outros, além de várias revistas pornográficas.¹⁰⁴

Ainda no mesmo ano, segundo os referidos registros, na cidade de Rio Branco foi fundada a “Liga das Orações Antimaçônicas”, com ampla divulgação de uma oração composta pelo arcebispo de Fortaleza, Dom Antônio Lustosa.¹⁰⁵

A intolerância religiosa e moral se reflete no conservadorismo político. Assim, outro registro ilustrativo encontrado diz respeito à fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade de Rio Branco, em 17 de novembro de 1945.

Apesar do PCB não ter alcançado expressão eleitoral ou mesmo inserção nos movimentos e lutas sociais, a Igreja reagiu violentamente contra aqueles que ousassem articular sua proposta. Foi esse o motivo que a levou a expulsar dois congregados marianos, professores Lúcio Cavalcante e Geraldo Mesquita (futuro governador do Estado). Em novembro de 1945, foi realizada a campanha do terço-anticomunista na cidade de Sena Madureira, com a participação de 513 pessoas, o que levou os

104 **LIVRO DO TOMBO**. Diocese da Ordem dos Servos de Maria - Rio Branco, Acre, Dezembro, 1945, p. 53.

105 Ibid., p. 53.

comunistas a não obterem ali nenhum voto no pleito eleitoral realizado.¹⁰⁶

Em relação à organização dos trabalhadores, a prática da Igreja não foi menos conservadora. A exemplo de Pernambuco, onde aquela instituição procurou barrar e fazer frente à influência das Ligas Camponesas, na década de 1960, quando tinha como prelado Dom Giocondo Maria Grotti. Sua ação, guardada as devidas proporções, se desenvolveu nos moldes das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, o Sorpe.¹⁰⁷

O Sorpe foi uma organização fundada e orientada pela Igreja Católica como uma forma de se antepor ao sindicalismo comunista e às Ligas, desenvolvendo trabalhos de treinamento, associativismo e sindicalização rural.

Tal organização foi dirigida pelos padres Antônio Melo e Paulo Crespo, ambos de Pernambuco, cuja preocupação se delineava (principalmente para Crespo) em três possibilidades para o movimento sindical rural: cair nas mãos dos comunistas e conseqüentemente levar à derrocada da democracia; se esfacelar pela influência indébita de grupos governamentais políticos ou neocapitalistas, representando então a falência de esperança de libertação do homem no campo, o que poderia gerar o desespero, e este levar à anarquia ou ao comunismo; ou a se firmar cada vez mais dentro dos princípios democráticos e cristãos pela defesa intransigente, porém programada em todas as suas etapas, pelo direito sagrado da pessoa humana, criando novas estruturas pela pressão de um povo organizado, consciente e politizado.¹⁰⁸

Foi através dessas preocupações e conseqüentemente atuações de ambos os padres mencionados no campo, sempre marcadas por um rígido anticomunismo, que segundo Moniz

106 **LIVRO DO TOMBO**. Diocese da Ordem dos Servos de Maria. Rio Branco. Acre, Dezembro, 1945, p. 54.

107 DREIFUSS, René Annand. **1964: a conquista do Estado, ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 301-305.

108 BOTAS, Paulo Cezar L. **A bênção de abril "Brasil, Urgente"**: memória e engajamento político no Brasil, 1963-1964. Petrópolis: Vozes. 1983, p. 43-45.

Bandeira, a CIA penetrou no campesinato, financiando os sindicatos e cooperativas católicas para ajudar a reprimir o potencial revolucionário, principalmente o nordestino.¹⁰⁹

Para o Acre foi deslocado o padre Alberto Morine, que começou o aliciamento dos trabalhadores rurais, inclusive lideranças importantes daquele período, para a fundação de uma cooperativa, que se deu em agosto de 1963, com o nome de Cooperativa Nossa Senhora da Conceição. Comenta-se que o dinheiro para o pagamento da terra, para que os colonos fizessem o plantio de suas lavouras e sede da Cooperativa, viria do Fundo de Ação Social (FAS), organização anticomunista criada por empresários ligados a multinacionais e pertencentes à Liga Cooperativa dos Estados Unidos (Clusa), que envolveu-se com o Sorpe no Brasil.¹¹⁰

O fato é que a partir dessa primeira iniciativa de organização dos trabalhadores da Igreja local na área rural, antes do golpe de 1964, estava constituído um núcleo de reação para tentar barrar a influência das Ligas e do sindicato de orientação esquerdizante junto aos seringueiros. Na verdade, a mais atingida nesse processo foi a Liga, pois o sindicato, que contava com o apoio oficial do governo José Augusto, afastou-se daquela, levando consigo um razoável contingente de trabalhadores e até algumas lideranças. O padre Morine, com sua política de associativismo orientado pela Igreja, com resultados considerados razoáveis, em pouco tempo também arregimentou para o seu projeto um considerável número de trabalhadores, em parte ligados à Liga, colocando-a numa perspectiva futura difícil.

Mesmo tendo o sindicato uma linguagem mais “realista” e moderada, fruto do apoio oficial, ele foi igualmente rechaçado (como aconteceu no resto do país) com inúmeras denúncias pelos donos de terra que revoltados, esboçaram fortes reações junto à Presidência da República e ao Ministério do Exército. O

109 BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 70.

110 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Op. Cit., p. 119-120.

golpe militar de 1964 se incumbiu de aniquilá-los com a prisão de suas lideranças.

É desnecessário dizer que a presença do padre Antônio Melo tornou-se irrelevante e a ação da Igreja naquela tarefa não se fazia mais necessária, pois a repressão policial frente à fragilidade do movimento, que tinha um ano e pouco de existência, foi mais eficiente.

Nota-se por essa lógica de ação e, frente às dificuldades particularmente agravadas em uma região com a dispersão populacional do Acre, que a Igreja parece seguir em uma linha paralela à da religiosidade popular e das contradições vividas pelos seringueiros.

Em contrapartida, sua relação com as elites locais era de sintonia e mesmo de colaboração, na medida em que suas ações amenizavam as contradições e reforçavam a disciplina.

Essa prática parece corresponder à análise de Beozzo, quando afirma que:

A estratégia principal da Igreja na época republicana não visa diretamente o povo e sim as elites. É estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a Igreja conta cristianizar as elites, para que estas por sua vez “cristianizem” o povo, o Estado, a Legislação. É uma estratégia de reforma pelo alto, sobrando para o povo, sobretudo na zona rural, as visitas do missionário para a desobriga pascal, os batizados e casamentos e a pregação das Santas Missões. No mais, o povo continuará a viver uma religião doméstica de “muito santo e pouca missa”, afastado do padre e da prática sacramental da Igreja.¹¹¹

É possível se dizer, portanto, que, nesse momento histórico a Igreja no Acre seguia a orientação dominante no Brasil.

Afastada das bases populares, tenta ampliar as fronteiras de sua fé e reduzir a área de influência de seus adversários, em âmbito nacional, utilizando todo o seu *staff* e vários meios de comunicação de massas – jornais, folhetos, livros, revistas e até cinema para lançar campanhas, tais como: *Campanha con-*

111 BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: **História Geral da Civilização Brasileira**, v. 4 Tomo III - O Brasil Republicano - Economia e Cultura (1930 - 1964), coleção dirigida por Buarque de Holanda, Sergio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 280.

tra a Má Imprensa e Pornografia, em 1949; *Campanha Nacional contra a Heresia Espírita*, em 1953 e anos seguintes; *Campanha de Moralização das Revistas*, em 1957; *Campanha de Moralização dos Programas de Rádio*, em 1958; *Campanha pela Formação da Juventude*, dentre outras iniciativas do Secretariado da Defesa da Fé e da Moral.¹¹²

Enfim, os fatos registrados nos levam a concordar com Martinello, quando se refere à prática da Igreja acreana-puruenense nesse longo período, nos seguintes termos:

No campo social e político vemos uma Igreja por demais condescendente e mesmo subserviente ao governo e até se tornando mesmo e por vezes o braço do governo pelas suas obras, ao invés da denúncia profética das verdadeiras causas e desequilíbrios sociais que assolavam a região. Faltava-lhe ainda aquela consciência de se perguntar: Onde iam as riquezas fornecidas pela borracha e pela castanha (...) Como não via a Igreja que, enquanto construía um hospital para 100 leitos, a miséria gerava mais de 1.000 doentes. Muito menos se apercebia que a pequena oligarquia local que governava o Território, enquanto se queixava de falta de recursos de um lado, por outro lado dava cobertura à exploração das riquezas naturais que iam enriquecer uns poucos em Belém ou Manaus. Estes e certamente muitos outros foram os desacertos da Igreja de Deus no Acre e Purús.¹¹³

4.2 A nova realidade e os esboços de mudanças

Deve-se lembrar que o Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, apesar de suas conclusões ainda restritas no aspecto político-social, pois suas resoluções não ultrapassavam os limites de uma modernização de um *aggiornamento*¹¹⁴, de uma abertura para o mundo, conforme enfatiza Löwy¹¹⁵. Foi um marco importante na igreja brasileira.

112 SOARES, Ismar de Oliveira. **Do santo ofício à libertação**: o discurso (e a prática) do Vaticano e da igreja católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: USP, 1986, p. 230. Tese de Doutorado.

113 MARTINELLO, Pedro. Op cit., p. 188.

114 Termo italiano que pode ser traduzido para “atualização”.

115 LÖWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 40.

A igreja acreana-puruense se fez presente nesse Concílio no ano de 1963, através do prelado Giocondo Maria Grotti. Contudo, suas intervenções ali são ainda marcadas pela perspectiva da ação missionária nos moldes assistencialistas. O que se apresenta de novo é uma maior ênfase na participação dos leigos no seio da Igreja. Quando sagrado bispo em 1965, Dom Giocondo remete-se ao Concílio dizendo que este determinou que:

Com empenho e paciência procurem dar aos Pastores de almas a instituição litúrgica e também promovam a ativa participação interna e externa dos fiéis segundo a idade, condição, gênero de vida e grau de cultura religiosa, cumprindo assim um dos principais deveres do fiel dos Ministérios de Deus.¹¹⁶

A ampliação e a participação do laicado não significava, contudo, uma revisão nos princípios que norteavam sua organização. Ela se dava através de associações essencialmente conservadoras, tais como: Filhos de Maria, Vicentinos, Cruzada Eucarística, Apostulado da Oração, Congregação Mariana, etc., voltadas prioritariamente para atividades litúrgicas e trabalhos socialmente “caritativos”. Na verdade, funcionavam como força auxiliar do clero e dele dependiam.

Ao mesmo tempo, a crise econômica do extrativismo, o processo de inchamento de Rio Branco, sem base produtiva para assimilar a mão de obra migrante, configuravam uma situação de miséria, que por sua vez, cobrava um engajamento mais efetivo da Igreja nas questões sociais.

Destarte, com o golpe de 1964 (ao qual a Igreja emprestou o seu apoio), o Acre sofrerá todos os reveses políticos desencadeados pelos militares. O interventor que assumiu o poder foi o Coronel Edgar Pereira de Cerqueira Filho, após a cassação do governo José Augusto de Araújo. A eleição deste governador, o primeiro após o Acre ser elevado à categoria de Estado, prenunciava a inserção tardia do Estado no projeto nacional-desenvolvimentista, dominante no país.

116 **CARTA PASTORAL** de Dom Giocondo Maria Grotti: Ordem dos Servos de Maria. Rio Branco, Acre. 1965. Arquivo da Diocese de Rio Branco.

Eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), José Augusto, tendo cursado Filosofia no Rio de Janeiro, trazia uma experiência de militância estudantil. Na plataforma do partido pelo qual foi eleito, o jovem governador incorporara a perspectiva nacional-desenvolvimentista, com ênfase na melhoria das condições de vida da população, realçando a necessidade de reforma agrária e alfabetização de adultos. Dentro dessa perspectiva, formou seu secretariado basicamente com pessoas trazidas de outros locais do país, que detinham alguma formação teórica e técnica dentro dessa linha de pensamento. Tanto a proposta política do governador, quanto a composição de sua equipe, à revelia dos interesses por cargo, acalentados pela elite local em sua luta pela emancipação do Estado, desagradou profundamente. Formou-se então uma frente golpista, que articulava inclusive membros de seu partido. O golpe militar abriu espaço para que esses interesses locais se viabilisassem dentro de nova perspectiva. E foi assim que perspectiva política voltada aos interesses dos trabalhadores foi prematuramente abortada.

No ano seguinte (1965), procurando dar continuidade a certa abertura da Igreja, Dom Giocondo apoiará e orientará (inclusive redigindo seus estatutos) a criação da Associação Profissional dos Pedreiros e Auxiliar de Pedreiros, anos depois transformada em Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil, em Rio Branco.

Em que pesem essas primeiras iniciativas, sendo Dom Giocondo solicitado a apoiar e ajudar na formação de associação de trabalhadores na área urbana, na questão rural tudo era silêncio, inclusive em relação à perseguição política dos trabalhadores.

Em carta enviada à CMMB¹¹⁷-USA, de 20/01/1967, solicitando medicamentos, Dom Giocondo expressa sua percepção de reorientação econômica, impressa pela ditadura militar em relação à Amazônia, realçando a perspectiva de desenvolvimento contida na “Operação Amazônia”. A referida carta é

117 Catholic Medical Mission Board (CMMB).

assinada por ele em nome de todos os bispos prelados da Regional Norte 1, da qual fazia parte como vice-presidente da Comissão Episcopal.¹¹⁸

Coerente com sua perspectiva de modernização, Dom Giocondo estimula os jovens a se organizarem, em 1968, num grupo que obteve a denominação de Grupo de Elevação Social e Cultural do Acre (Gesca), com o objetivo de promover encontros sobre arte, política e outras atividades culturais, em reuniões realizadas em seu próprio palácio.

O conservadorismo da elite local torna-se explícito por sua reação a tais atividades. Após um ciclo de palestras promovido pelo grupo, houve o desencadeamento de reações, como: ameaças por telefone a Dom Giocondo, alguns dos associados foram chamados ao Departamento de Ordem e Política Social (Dops) para prestarem esclarecimentos sobre aquelas atividades, outros foram até dispensados do emprego.

A Igreja acreana-puruense sentiu a partir daquele momento o peso do regime e o desagrado da elite conservadora que demarcava o espaço de participação política no Estado. Não foi por acaso e, já em plena vigência do Ato Institucional nº 5 – AI 5, que muitos classificam essas reações como um golpe dentro do golpe, quando Dom Giocondo e o grupo Gesca saíram de cena, preferindo o recesso.

Nesse mesmo ano (1968), concomitantemente às reações políticas contra a Igreja no Vale do Acre e Purus, era realizado em Medellín¹¹⁹, no período de 20/08 a 06/09 a (Conferência Episcopal Latino Americana), contando com 130 bispos, representando as diferentes Conferências Episcopais Nacionais. Nesse outro contexto de renovação, procurou-se orientar a prática da Igreja Latino Americana, formando dezesseis comissões que trabalhariam em três áreas: a) promoção humana; b) vivência e aprofundamento da fé; c) estrutura da Igreja, com a

118 **CARTA** de Dom Giocondo Maria Grotti enviada à CMMB-USA. Manaus, Amazonas, de 20 de janeiro de 1967. Arquivo da Diocese de Rio Branco.

119 Sobre Medellín ver entre outros MORAIS, J. T. Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1992; MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989; IOKOI, Zilda Gricoli Op. Cit.

finalidade não apenas de denunciar as estruturas vigentes fundadas sobre a injustiça, a violação dos direitos fundamentais da população e a violência institucionalizada, mas também com a intenção de transformar tal realidade.

Nessa realidade, concluía-se, a pobreza emergia como consequência da dependência econômica e da injustiça institucionalizada que, por sua vez, enquistava-se nas estruturas econômicas, sociais e políticas dos vários países do continente.

Tal posicionamento por parte das elites dominantes era considerado anticristã e os seus responsáveis como não pertencentes ao povo de Deus.

Contra esses algozes se deveria lutar para que se tornasse viável a realização do conagraçamento com Deus e a conquista da liberdade.

A luta pela libertação proposta em Medellín definia-se nos termos do Evangelho como libertação integral do homem, buscando a realização de seus valores em todas as dimensões da vida: social, econômica, política e religiosa.

A conquista da justiça e da paz, por meio de manifestações coletivas e greves conscientes, marchas etc., fora entendida como caminho necessário ao encontro com o reino divino e a omissão ou indiferença, tidas como posições insustentáveis.

O Estado aparece no documento Paz e Justiça de Medellín como nacionalidade jurídico-política de opressão e exclusão, devendo tal ideologia ser denunciada e combatida. Dessa forma a instrumentalização do político para a violência – que se manifestava na exploração e dominação de classe exercida pelos opressores expropriadores dos oprimidos – deveria ser radicalmente suprimida. Por isso, para os sistematizadores desse documento (Gustavo Gutierrez, D. Helder Câmara e José Gremillion), nas lutas pela libertação poderiam ocorrer reações violentas que, na visão daqueles teólogos se justificariam como consequência maior da contradição de classe.

Nesse mesmo documento acima referido – item “f” – emerge com força a questão da terra, onde se considerava que se empreendesse uma autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrária. Essa mudança estrutural e política não deveria ser limitada a uma simples distribuição de terras. Era indispensável a apropriação dela segundo determinadas condições que legitimassem sua ocupação e assegurassem seu rendimento, tanto para as famílias, quanto para a economia do país.¹²⁰

Medellín apresenta-se, portanto, como olhar crítico, concebendo a salvação como um processo cujas origens deveriam ser buscadas na propriedade da terra; nas conexões entre a fé e a justiça; na necessidade de mudanças estruturais da América Latina; na necessidade de se estimular a organização de comunidades conscientes de base; na atenção prioritária da Igreja aos pobres; no caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas; na importância de se compreender aspectos positivos da secularização. Em síntese, a insurgência de se ter uma Igreja como opção para os pobres, ou ainda como enfatiza Löwy “em certas circunstâncias a legitimidade da insurreição revolucionária, solidarizando-se com a libertação de toda a servidão”.¹²¹

No Acre essa servidão era centenária e a reação dos trabalhadores apenas se esboçava.

No aspecto político, a repressão do regime continuaria a fustigar a Igreja acreana-puruense. Essa situação, pode-se afirmar, engendrava a reação de uma nova mentalidade que começava a se manifestar no seio da Igreja, via Medellín, a exemplo de alguns padres que mostravam toda a sua indignação.

Tal parece ter sido o caso do padre secular de nacionalidade francesa Jules Albert Fernand Vitte, que se encontrava no Acre, ajudando a construção da missão pastoral da Igreja.

Dizia-se que o referido padre colocava, às vezes, em suas prelações questões referentes à miséria em que se en-

120 CELAM. Conselho Episcopal Latino-Americano. **A igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**. Petrópolis: Vozes, 1969, p. 46.

121 LÖWY, Michel. Op. Cit, p. 39.

contrava a população. Essa postura, num regime de exceção, era o suficiente para que se desencadeasse a reação repressiva por parte dos órgãos de segurança do Estado contra sua pessoa. Em 1969, padre Vitte foi acusado de subversão e expulso do Estado, conforme evidencia o ofício enviado ao mesmo em 31/01/1969, pelo então Secretário de Justiça, Interior e Segurança, Dep. Aluísio Queiroz:

científico a V. Revma da impossibilidade de permanecer neste Estado, face às acusações que pesam sobre sua pessoa, por estar, com seus pronunciamentos, servindo à causa do comunismo internacional e estimulando a subversão nesta região. Sua presença nesta zona fronteiriça é contrária aos interesses da segurança nacional. Assim concedo-lhe o prazo de quarenta e oito horas para deixar o Acre, dando ciência do seu novo endereço. Aproveito o ensejo para apresentar as minhas considerações”.¹²²

Nota-se nesse ofício, além da famigerada “indústria do comunismo” em relação contrária aos que tentassem conscientizar o povo para a sua real situação de miséria, o temor da questão “zonas fronteiriças”. É que a proximidade de países vizinhos como a Bolívia e o Peru, onde a resistência armada às ditaduras era uma realidade, fazia do Acre uma região sujeita à excessiva obsessão das forças de segurança contra o que se considerava subversão, resultando daí uma prática repressiva a cada ato considerado suspeito. Por outro lado, deve-se lembrar que padre Vitte era estrangeiro, como também outros que estavam em missão pastoral na Amazônia naquele período e que, de um ponto de vista da ideologia da Segurança Nacional, tinham seus passos zelosamente vigiados.

No dia 03/02/1969, saía para sempre o padre Vitte do Acre, com a seguinte mensagem lida por ele em todas as missas do dia anterior:

Amanhã, às 6:00 hs, pela Cruzeiro deverei deixar o Acre, sendo expulso deste Estado pelo governo acreano. Taxado de agente do partido comunista e acusado de estimular a subversão nesta região, convidado a deixar o Acre em 48 horas. Face a uma tão séria e tão grave acusação, eu devo em consciência restabelecer a verdade.

122 **OFÍCIO** da Secretaria de Justiça, Interior e Segurança. Rio Branco – Acre, datado de 31 de janeiro de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

Nesta Igreja Casa de Deus e da Verdade, eu Sacerdote Católico, submetido ao Papa Paulo VI e aqui no Acre a Dom Giocondo M. Grotti, faço questão de fazer um solene juramento, por isso peço a fineza de ficar de pé. Prometo dizer a verdade, só a verdade e unicamente a verdade. A mão estendida sobre os senhores Evangelhos, eu Padre Júlio Vitte, Sacerdote Católico, de nacionalidade francesa, juro que nunca servi à causa do comunismo internacional, nem estimei a subversão em lugar algum como pretendem as Autoridades do Acre. Juro que apenas pretendi e pretendo servir à Igreja Católica transmitindo a luz libertadora, pacífica e fraterna do Evangelho de Jesus Cristo (queiram sentar-se!) Portanto recuso categoricamente as falsas, injuriosas e mentirosas acusações formuladas contra mim. Não quero hostilizar a ninguém; não quero amaldiçoar a ninguém. Eu me tornei Sacerdote não para condenar, mas para perdoar! Eu me tornei Sacerdote não para rogar pragas, mas para abençoar! Neste momento tão doloroso e tão amargo, a algumas horas de minha expulsão desta bendita e hospitaleira terra acreana, quero apenas fazer minhas as palavras que Jesus Cristo, caluniado, injuriado e insultado, dirigiu a seu Pai pelos seus caluniadores: Perdoai-lhes porque eles não sabem o que fazem.¹²³

Dom Giocondo reagiu energeticamente, enviando de São Paulo, onde se encontrava, uma carta datada de 05/02/1969, ao governador do Estado, Jorge Kalume (1967-1970), na qual lamentava o fato de que um governo que nunca cansou de se auto-definir como “católico” e “respeitador”, tenha instaurado um regime no qual deixava de lado a justiça, agindo contra os indivíduos por simples acusações que, por sua gravidade e pela pessoa visada, mereceriam sério e aprofundado exame.¹²⁴

Além de Dom Giocondo, todos os padres da prelazia do vale do Acre e Purus se manifestaram contra aquela expulsão, numa declaração aberta à população, datada de 09/12/1969, onde lemos:

Protestamos contra essa forma de proceder das autoridades desde que Padre foi expulso sem fazer-lhe conhecer as razões de sua expulsão e dar-lhe a liberdade de defender-se. Esta é uma forma de agir dos governos totalitários

123 **MENSAGEM** de despedida realizada na Catedral de Rio Branco, pelo padre Julio Fermand Vitte. Rio Branco, Acre, datada de 02 de fevereiro de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

124 **CARTA** de Dom Giocondo Maria Grotti ao governador Jorge Kalume. São Paulo, datada de 05 de fevereiro de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

e é uma afronta à lei de Deus e ao homem, que é a imagem de Deus Pai, bondoso e misericordioso, atingindo-o no íntimo de seu ser. As acusações de “subversivo” nos pareceu infundadas, pois não é raro constar que certos grupos, como afirmam os Bispos da América Latina “qualificam de ação subversiva toda tentativa de mudar um sistema social que favorece a permanência de seus privilegiados”. É este o momento de reafirmar a necessidade de nosso empenho na luta em favor da massa desfavorecida e “as vezes, tratada e explorada duramente” (Papa Paulo VI), pois o cristão, como diz o Bispo de Crateus do Ceará, que não luta pela justiça é um cristão medíocre, é uma deformação da imagem de Deus Criador, da misericórdia do Senhor. Porém, seja claro que nós não confundimos progresso temporal com Reino de Cristo, como afirmam os Bispos da América Latina: mesmo assim, no entanto, o progresso, na medida em que pode contribuir e ordenar melhor a sociedade humana, e grande interesse para o Reino de Deus (constituirão “alegria e esperança do Concílio Vaticano II”).¹²⁵

Terminaram a declaração dizendo que tudo farão para que a verdade seja estabelecida. Porém, para espanto de Dom Giocondo e para Igreja acreana-puruense, o registro no Dops em São Paulo, onde corria o processo contra o Padre Vitte, era a acusação de que ele havia recebido um hidroavião de Dom Helder Câmara para levar subversão e subversivos até além da fronteira brasileira: Bolívia, Peru, Venezuela, e outros. Por isso, rapidamente Dom Giocondo comunicou-se por carta datada de 21/02/1969, com Dom Helder, explicando-lhe o caso do Padre Júlio, o francês do Acre, na qual diz: “O Senhor deve ter entrado como Pilatos no Credo, mas... entrou!”.

Dom Giocondo também alertou Dom Helder sobre como agir, se fosse citado no processo, e de que tomara conhecimento, através dos contatos que fez com altas patentes da Polícia Federal em São Paulo, do quanto o Bispo de Olinda e Recife era temido e odiado, pois taxavam-no de subversivo, demagogo, entre outras categorias correlatas. Termina a carta dizendo que eles não têm coragem de “mexer um dedinho” sequer contra ele e aquele momento era com certeza “uma hora de Getsêmani” que a Igreja estava vivendo em nosso querido Brasil: “Viva-

125 **DECLARAÇÃO** dos padres Servos de Maria da prelazia do Acre e Purús. Rio Branco, Acre, datada de 09 de fevereiro de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

-mo-la juntos!”, conclamava aquele bispo a Dom Helder, e “se for necessário, subamos sempre unidos até o Calvário!!!”.¹²⁶

Essas investidas queriam desmoralizar a Igreja Católica Brasileira e principalmente a figura de Dom Helder, no sentido das mudanças que estavam ocorrendo em seu interior, contra o regime e em favor dos desfavorecidos. No entanto, taxar o padre Vitte de comunista era realmente um argumento inverídico, tanto que Dom Giocondo, em carta datada de 05/02/1969 ao Major Castro em Rio Branco, lamentando a sua expulsão, afirmou:

Quanto à suposição do binômio “Padre – comunista”, Major deixa que eu lhe diga com franqueza: não é um absurdo metafísico, mas é profissão de evidente ignorância! Ignorância do que é o Padre, do que é o comunismo ou do que são os dois: não há para mim outra explicação.¹²⁷

Na mesma carta, Dom Giocondo também declarou o que ele entendia sobre o golpe militar, o qual chamava de revolução do Brasil, do Ato Institucional nº 5 e da cooperação da Prelazia com o Governo, num documento único sobre tais assuntos, que transcrevemos:

Major não imagina o Senhor como fiquei triste e magoado com a saída forçada do Pe. Julio. Perdoe o desabafo, mas acho que a coisa se processou de maneira tão violenta e tão injusta ao ponto de duvidar de me encontrar ainda em nosso querido Brasil, pois amo o Brasil que, mesmo relegado ao rol dos países de terceiro mundo, é um país onde “se vive bem”, em paz e no gozo da liberdade; disse “se vive” será que deveria ter dito “se vivia”? Não acredito! A revolução e a “revolução dentro da revolução” que é o Ato Institucional foi feita para fazer justiça; não para condenar, portanto, apenas na base de suspeitas e acusações que não passam de hipóteses! A justiça se ocupa dos fatos e só dos fatos! Mais considerável ainda este incidente se considerar o esforço que a prelazia faz para cooperar com o governo neste projeto Rondon. De mais a mais, estou certo de que há uma disposição da Presidência para usar com os sacerdotes não de indulgência, mas de cortesia, avisando a Autoridade Eclesiástica competente, como está ocorrendo aqui em São Paido também, conforme informações do próprio Eminentíssimo Cardeal;

126 **CARTA** de Dom Giocondo Maria Grotti à Dom Helder Câmara. São Paulo, datada de 21 de fevereiro de 1969. Aceno da diocese de Rio Branco.

127 **CARTA** de Dom Giocondo Maria Grotti ao major Castro. São Paulo, datada de 05 de fevereiro de 1969.

porque no Acre isso não é possível?... Não foi derramado sangue para o Acre ficasse Brasil?¹²⁸

Assim, durante o caso Vitte nos deparamos com as contradições vividas por Dom Giocondo. Não era da ala progressista da Igreja, mas se insurgia contra os males causados pelo regime militar à sua Igreja. Anticomunista, apoiava a revolução de 1964, ou melhor, fazendo duo com a ala conservadora da Igreja, achava que o golpe em seu bojo levava melhores momentos para a Amazônia, para o Acre, através da “Operação Amazônia”, enfim para o povo brasileiro de maneira geral. Citava sempre o Vaticano II, como fundamental para alcançar o bem comum de toda a sociedade, de todas as pessoas, as famílias. Das autoridades cobrava também essa postura do bem comum, desaconselhava a violência, a corrupção (que várias vezes se delineava no Acre, conforme escrevia) e que a Igreja portanto, não era a favor de nenhum sistema político.

Todas essas últimas observações compiladas estão num pronunciamento que Dom Giocondo fez em 31 de março de 1969,¹²⁹ portanto na data em que se comemorava a “revolução”.

Percebemos nesse mesmo pronunciamento que no aspecto político, apesar de afirmar que a Igreja não era a favor de nenhum sistema, no entanto, diz que naquele momento a Igreja (brasileira) aceitava a justificativa do movimento de 31 de março, mas (aí já então com ressalvas) salientava as condições de fato, manifestada claramente no ato de 13 de dezembro, ou seja:

Que se trata de um movimento em marcha, ainda não claramente definido e expostos a sérios perigos de naufrágio como o próprio Ato Institucional nº 5 confessa; - Que se trata de um movimento baseado em idealismo de doutrina e na força; vez por outra com tentações de pender mais de um lado do que outro, com evidente prejuízo da justiça e dos direitos do indivíduo; - Que se trata de um movimento de grande responsabilidade, para quem go-

128 **CARTA** de Dom Giocondo Maria Grotti ao major Castro. São Paulo, datada de 05 de fevereiro de 1969.

129 **PRONUNCIAMENTO** de Dom Giocondo Maria Grotti. Rio Branco, Acre, datado de 31 de março de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

verna e para quem é governado, dependendo de ambos o pleno êxito da ação iniciada.¹³⁰

Segundo Dom Giocondo, esses eram fundamentalmente os conceitos do manifesto dos Bispos, divulgado em todo o país, e para isso eles apontavam um caminho seguro, baseados nos seguintes princípios:

Esclarecer os termos e acabar com os equívocos: subversão, socialização, democracia, conscientização, segurança, desenvolvimento e outros são palavras que têm um sentido claro e não devem ser confundidos, pois confusão nas palavras é sinal de confusões nas idéias e confusões nas idéias importa em confusão na ação!; – Manter o idealismo da revolução procurando sinceramente a colaboração com todos setores onde sinceramente se procure a verdade, a justiça, a liberdade e o amor; – Abrir o diálogo, franco e sincero com todos, mesmo com a oposição que não deve ser tida como subversão pelo fato de ser oposição (como aliás sempre pensam os comunistas!) e caminhar com segurança e rapidez para a redemocratização que significará o verdadeiro triunfo da revolução de março. E para que isso se torne realidade palpável, é necessário que cada um de sua contribuição, agindo dentro da ordem, com espírito devotado não apenas a sua causa particular, mas ao bem comum, na esfera própria do Cristianismo que é a da caridade, da justiça e da verdade.¹³¹

Enquanto Dom Giocondo fazia alusões à “revolução”, ao seu idealismo, deparou-se com outro problema de ordem política em sua Igreja. Se antes (no caso do Padre Vitte) as acusações foram infundadas, nada sendo constatado que o denegrisse (na visão conservadora), tanto assim que não foi expulso do país, agora os padres sob sua jurisdição começavam claramente a manifestar-se declaradamente contra o regime militar e, contra os bispos mais conservadores, causando grandes preocupações ao bispo.

Dom Giocondo assim expressou-se ao Núcleo Apostólico em carta datada de 20/06/1970:

O Padre Mário, motivado por algum Padre que encontrara no curso de Petrópolis (?) sentiu-se na obrigação de denunciar as torturas (!) de Padres e leigos do Brasil católico e de desaprovar (?) as atitudes prudentes do

130 **PRONUNCIAMENTO** de Dom Giocondo Maria Grotti. Rio Branco, Acre, datado de 31 de março de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

131 Ibid.

Cardeal Rossi. Neste sentido falou na Rádio Difusora e preparou três cartazes que deixou, assinados em pontos estratégicos da cidade. Não tendo alcançado eco algum, pelo telefone, desacatou o vice comandante da IV CIA de Fronteira (com sede em Rio Branco) dizendo que desaprovava o modo de agir dos militares. De acordo com os próprios militares, para evitar complicações de possíveis denúncias, os superiores regulares acharam oportuno fazê-lo viajar, futuramente poderá também regressar, por enquanto não é prudente. Os militares agiram com muita delicadeza e compreensão. E isso é tudo que lhe posso dizer do caso.¹³²

Pensou Dom Giocondo que o caso estivesse encerrado, mas ledo engano. Em outra carta, datada de 14/08/1970, ao mesmo Núcleo Apostólico, assim se pronunciou:

Excelência, acabo de receber uma comunicação do Reverendo Padre Provincial (sede: São Paulo) com a qual me científica que o Padre Mário Azzario (aquele mesmo que aqui em Rio Branco foi pregar cartazes contra as torturas no Brasil e desaforar, pelo telefone, o comandante da 4ª CIA de Fronteira) foi chamado ao DOPS e depois de quatro horas de interrogatório foi posto na seguinte alternativa: "cadeia ou regresso para a Itália; dois meses para pensar". Diante dessa alternativa e com o intuito, sobretudo, de não prejudicar a Prelazia (pois com a volta dele para a Itália poderia conseguir a vinda de outro elemento) o Padre Mário de acordo com os superiores escolheu regressar a Itália e sairá na semana próxima vindoura. Não sei lhe fornecer outros detalhes.¹³³

Ressalta nas duas cartas citadas sobre o "Caso padre Mário" a posição ambígua de Dom Giocondo face: a) aos procedimentos autoritários dos militares em relação ao padre supracitado; b) o pragmatismo do bispo concernente à relação Igreja-sociedade.

A postura leniente e acrítica de Dom Giocondo em relação aos procedimentos autoritários transparece mais uma vez em sua visão de mundo politicamente conservadora, ao elogiar as atitudes prudentes do cardeal Rossi, em colocar-se contrário aos que faziam o curso de Petrópolis, daí, o assentimento ao autoritarismo subentendido em suas palavras quando se refere

132 **CARTA** enviada ao Sr. Núncio Apostólico. Rio Branco. Acre, datada de 20 de junho de 1970. Acervo da diocese de Rio Branco.

133 **CARTA** enviada ao Sr. Núncio apostólico. Rio Branco. Acre, datada de 14 de agosto de 1970. Acervo da diocese de Rio Branco.

à “delicadeza e compreensão” dos militares, isto é, os militares estavam com a razão.

O outro aspecto – o do pragmatismo do bispo – revelou-se na excessiva preocupação com a preservação da integridade da Instituição, procurando afastá-la de uma ação social que, no seu entender, poria em risco a relação Igreja-Ordem.

O “Caso do Padre Mário”, apesar do desfecho infeliz, não foi o único a demonstrar certas contradições no seio da Igreja acreana-puruense no trato com o regime militar. O Padre Manoel Pacífico da Costa, diocesano, recém-chegado ao Acre e vigário da paróquia de Brasileia, juntamente com representantes dos diversos movimentos paroquiais, ainda tratando do “Caso Padre Vitte”, avançaram na crítica ao regime enviando também uma declaração ao governador Jorge Kalume em 10/01/1969, com o seguinte teor:

A Comunidade Católica da cidade de Brasília, somente no dia de ontem tomou conhecimento do fato doloroso ocorrido em nosso Estado, isto é, a expulsão de nossa terra do sacerdote francês Júlio. Não é a primeira vez que acontece isso na história brasileira e vem se tornando sempre mais frequente desde abril de 1964. A razão é muito simples: há um grupo econômico no país que concentrou em suas mãos as riquezas que Deus destinou a todos, sentindo este grupo na voz da Igreja uma ameaça contínua a seus privilégios. A Igreja se quiser ser fiel à Mensagem de Cristo deve apontar em todos os lugares e tempos os pecados dos homens para que estes convertendo-se voltem ao Senhor. E o pecado aí está! Cometeram-no todos aqueles que nada fizeram em cumprimento da justiça a ser garantida e preservada entre nós. Fazemos chegar a vossos ouvidos o nosso protesto e a nossa solidariedade na proclamação dessa mesma mensagem que mereceu de alguns a condenação, mas que certamente constitui a única esperança para criar no nosso país uma paz estável, fundada no respeito mútuo e na justiça entre os homens.¹³⁴

Longe de exaltar os benefícios que a “revolução” traria ao povo brasileiro, o padre Pacífico, progressista, já identificava tanto no aspecto econômico quanto no político, o malefício

134 **DECLARAÇÃO** enviada ao governador Jorge Kalume, pelo padre Manoel Pacífico da Costa e vários representantes paroquiais. Brasília, Acre, datada de 10 de fevereiro de 1969. Acervo da diocese de Rio Branco.

instalado no Brasil com o golpe de 1964. O desdobramento e ampliação dessas posturas politicamente avançadas no seio da Igreja acreana-puruense vai se dar sobre dois eixos: de um lado, as contradições sociais que ganham presença nos movimentos organizados dos seringueiros e cobram posturas definidas; de outro, a reflexão teológica no próprio seio da instituição acreana, que reflete ao mesmo tempo, a efervescência política das décadas de 1960 e 1970.

CAPÍTULO V

**LUTA E RESISTÊNCIA
PELA TERRA E A NOVA
PASTORAL DA IGREJA
CATÓLICA (1970-1980)**

Em que pese o princípio básico de manutenção de paz que orientava a Igreja acreana-puruense, seu crédito no novo modelo de desenvolvimento e nas boas intenções do regime, essa já sofria com medidas de repressão que estreitavam cada vez mais os espaços da população. Isso abalava obviamente a confiança de sua alta hierarquia no regime. Ao mesmo tempo, o conservadorismo já não era a marca dominante em suas hostes, informados pelos princípios emanados de Medellín, que encontravam base de evidência na realidade econômica em curso.

No Acre, as transformações impressas pelo novo modelo tiravam os trabalhadores de sua miséria no isolamento do mato e lhe negavam a condição mínima de sobrevivência - o trabalho, reproduzindo não apenas a miséria, mas instalando uma absoluta falta de perspectiva.

Com a pecuária, a terra ganhava a característica de mercadoria. Nessa nova lógica, como observamos, não cabia a manutenção de posseiros. Assim, a pecuarização significou uma intensa expulsão dos seringueiros. Nesse contexto, os conflitos se avolumaram e o Estado, comprometido com a “modernização”, deixava a nu sua ausência de neutralização.

Dom Giocondo expressou a percepção desse problema em um telefonema relatado por Océlio Medeiros em entrevista ao jornal alternativo *Varadouro*. Segundo ele, o bispo o chamava para advogar em favor dos trabalhadores que ocupavam as terras localizadas no curso do Riozinho do Rola (entre os quais estava o irmão do referido advogado), que se achavam em vias de ser expulsos.

A reprodução que ele fez do diálogo é a seguinte:

mas doutor, é um apelo que lhe faço para que venha defender seu irmão. Eu disse: mas não tem advogado em Rio Branco?; Dom Giocondo: tem, mas não para esse tipo de questão (...) e constatei, na realidade, que não havia sequer um advogado disposto e capaz para defender os seringueiros.¹³⁵

135 **ENTREVISTA** concedida pelo advogado Océlio Medeiros ao Jornal Varadouro, Rio Branco, Acre, dez. 1978, ano II, nº 13, p. 1.

O comprometimento de justiça com o modelo em curso e a ausência de qualquer possibilidade de se contrapor a nova lógica de ocupação induz que a perspectiva de modernidade incluía o direito dos trabalhadores de se fazerem ouvir. Océlio Medeiros atende o chamamento para advogar a favor de seu irmão e demais seringueiros. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação funcionavam como extensão do poder, fazendo absoluto silêncio sobre as contradições no meio rural. Nesse espaço, a ação da igreja foi fundamental. A partir de dezembro de 1971 começa a editar o boletim denominado *Nós Irmãos*. Em seu primeiro editorial trazia a seguinte mensagem:

Alô, gente, aqui estamos fazendo de Nós Irmãos, a voz de toda a prelazia. Num momento como este em que a prelazia está embalada pastoralmente, este boletim vem a ser um elo de união entre todas as comunidades. Notícias das comunidades de Brasiléia, Sena, Quinari, Boca do Acre, Leprosário, Xapuri, Experimental etc. serão conhecidas em todos os cantos. Deixaremos de viver ilhados(...) Momentos de dor como o desaparecimento do nosso saudoso D. Giocondo, e momentos de alegria como o das novas caminhadas pastorais.¹³⁶

O referido boletim se constituiu em meio de informação importantíssimo, pois, além de divulgar a ação religiosa e pastoral da prelazia, orientando as CEB's, cumpria um papel de integração e unificação do trabalho. Sendo assim, segundo Costa Sobrinho:

(...) coube-lhe desempenhar a função basilar de meio alternativo de comunicação, posto que suas páginas estiveram sempre a disposição dos calados, para que esses pudessem expressar nelas o seu humilde protesto e, denunciar a violência de que eram vítimas no interior dos seringais, nas fazendas, nos barrancos dos rios, colônias, vilas e cidades.¹³⁷

Não por acaso, no boletim informativo citado, os temas relacionados com os grupos e movimentos sociais ocupavam um espaço privilegiado, por isso, ao classificá-lo em função dos percentuais de textos neles inseridos sobre tais questões, Soa-

136 **BOLETIM *Nós Irmãos***, Rio Branco, Acre, dez. 1971, ano I, nº 1.

137 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental** (Acre: 1971-81). São Paulo: ECA-USP, 2000. p. 77. Tese de Doutorado.

res¹³⁸, referindo-se a um exemplar submetido a sua análise, obteve o seguinte resultado: 49% dos seus textos eram dedicados à questão social. Esses conteúdos também procuravam informar e orientar os trabalhadores criando neles uma consciência crítica e transformadora da sociedade. As temáticas religiosas serão tratadas também numa linha “libertadora”.

E os principais temas da conjuntura nacional, além da local, foram noticiadas, o que significa dizer que foi “quebrada” o tanto quanto foi possível a censura e a subserviência dos jornais locais, naquele contexto, principalmente na questão fundiária.

Tanto foi assim que no ano I do boletim - 1972 - foram noticiadas em nível nacional sobre a igreja no Brasil os fatos relacionados com a prisão do padre Daniel, da arquidiocese do Rio; expulsão do vigário de Tauá, Ceará, por ser subversivo; o documento divulgado pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, da prelazia São Félix do Araguaia, que trazia o enunciado “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social”; a notícia da expulsão do padre Comblim, assessor do bispo Dom Helder Câmara, pelo governo militar, sob a acusação de ser subversivo; entre outros.

Como destaques nesse dez primeiros boletins do ano de 1972 selecionamos algumas notícias. A primeira nos mostra o grau de engajamento do setor progressista, quando no boletim nº 2, atesta:

quando a Igreja defende os interesses e os privilégios então ela é católica, é protegida, mas quando defende a justiça, ela então é tachada de errada de subversiva, seus ministros chamados de comunistas e terroristas e acusados publicamente. O que Jesus diz diante de tudo isso? Procure debater no seu grupo.¹³⁹

O boletim de nº 6 do mês de maio, cujo editorial revelava a expectativa e a preocupação do setor progressista com a demora do novo bispo, assim comentou:

138 SOARES, Ismar de Oliveira. **A morfologia e o conteúdo dos boletins diocesanos católicos**. São Paulo: ECA-USP, dissertação de mestrado, 1980, p. 31-32, citado por COSTA SOBRINHO. Pedro Vicente, op. cit., p. 77.

139 **BOLETIM Nós Irmãos**, Rio Branco, Acre, jan. 1972, ano I, nº 2.

Cresce a expectativa em torno da nomeação do novo bispo. Aguarda-se nesta hora tão decisiva para nossas comunidades, que os verdadeiros interesses da Igreja acreana estejam acima dos velhos interesses da política dos bastidores. E que o Espírito Santo não encontre obstáculos como aqueles que a história registrou muitas vezes em que se deu o episcopado não às pessoas de conhecido zelo pastoral e identificadas com a sorte de seu rebanho, e sim a elementos sem idoneidade, incapazes de carregar sobre os ombros tal responsabilidade. Que Deus não permita que homens inescrupulosos desde Roma, por laços de amizade, políticos ou outros de menor conta, venham colocar em dificuldade o futuro de nossas comunidades (...) Por tudo o que o Espírito Santo vem edificando no silêncio da floresta e entre os pobres do seu Reino...¹⁴⁰

Essa declaração nos traz um testemunho do quanto a Igreja acreana-puruense se identificava com suas bases populares, ao mesmo tempo que manifesta a contradição política no seu seio, quando expressou a preocupação com o perfil do bispo a ser nomeado.

As citações anteriores nos permitem ainda vislumbrar o papel que a Igreja cumpriu no rompimento da dominação via os meios de comunicação.

Nesse sentido, vale citar ainda o programa radiofônico “Somos Todos Irmãos”, de responsabilidade da Igreja, veiculado entre 1973 e 1976, pela Rádio Difusora Acreana (emissora de propriedade estatal), aos sábados às 6 e às 18h, orientado pela mesma lógica do boletim “Nós Irmãos”.

É importante se considerar que a rádio era, para muitos seringueiros, uma das formas de contato exterior, o que dá uma dimensão da importância do referido programa como instrumento auxiliar no processo de formação política e mobilização.

Ainda nessa linha de ação, deve-se registrar que o advogado, chamado por Dom Giocondo para defender os seringueiros contra a expulsão de suas terras, foi na imprensa local até 1976, uma das poucas vezes a romper com a visão dominante de que a nova política econômica significava a redenção do Estado.

140 **BOLETIM Nós Irmãos**, Rio Branco, Acre, mai. 1972, ano I, nº 6.

Entre 1974 e 1975, Océlio Medeiros escreveu vários artigos para o jornal “O Rio Branco” sobre as intrincadas questões de posse de terra no Acre. Como exemplo, temos o artigo intitulado *Introdução do estudo do regime jurídico das terras do Acre*, o qual denunciava a corrida por terras na região:

Assisto a verdadeiros safáris para a caça de títulos de propriedades, (...) testemunho a corrida latifundiária dos novos senhores feudais do Sul que com simples compromissos estão conquistando para si próprios mais terras do que Plácido de Castro com seus batalhões guerrilheiros (...), substituindo os agregados de seringueiros-castanheiros pelas malocas de gado, (...) sob o estímulo dos incentivos, das possibilidades dos vantajosos financiamentos orientados para prevenir a fome mundial de carne e da rentabilidade dos investimentos em formações de fazenda, (...) para aqui vêm, sob os estímulos daquelas outras causas entre os bem intencionados, os novos Luís Galvez. Vêm goianizar o Acre. Vêm paranalizá-lo. Vêm paulistá-lo. Na formação de fazendas, derrubam alqueirões, acabam seringais, plantam arroz, substituem a floresta hileana pelo jaraguá, pelo colômbio, pelo anapiê. E muito em breve, talvez não muito longe o Acre certamente conhecerá fatos com os quais jamais sonhou, com o seu cortejo de violências, demandas possessórias, questões jurídicas divisórias.¹⁴¹

Em outra matéria intitulada *Seringalistas sem títulos de domínios e arrendatários dos “seus” seringais: posses paralelas ou ambos precaristas?*, datada de 21 de junho de 1974, temos:

(...) sonhem com o dinheiro árabe e o japonês – pois é lícito sonhar –, mas não esqueçam que arrendatários e possuidores que aqui vieram antes da especulação, aqui nasceram e labutam, têm também direito de permanência, não podem ser despejados ou expulsos de suas posses, e que os colonos de menor poder econômico do que os frigoríficos e os compradores de impérios também aqui aspiram um lugar ao sol. Contrariem São Lucas: saibam dividir para que a casa possa permanecer, porque a casa unida em grupos dos grandes seringalistas do velho Acre e de todos os poderosos adquirentes que chegaram primeiro de há muito que já está ruindo em seus alicerces. E pensem nesta verdade acreana, talvez mais sociológica do que jurídica, talvez mais econômica do que sociológi-

141 MEDEIROS, Océlio. *Introdução do estudo do regime jurídico das terras do Acre*. Jornal “O Rio Branco”, Rio Branco – Acre, 28 fev. 1974, nº 1056, p. 3.

ca: nesta fronteira a posse efetiva de fato fala mais alto que o domínio presumido de direito.¹⁴²

Essa matéria expressa os confrontos já manifestos, bem como os estreitos limites jurídicos de seu equacionamento vivenciados pelo advogado. Esses mesmos limites servem como reforço a que a contraposição de direitos ganhe características de enfrentamento cada vez mais violentos.

Segundo Costa Sobrinho¹⁴³, somente a partir do ano de 1976 começaram a aparecer regularmente no jornal “O Rio Branco” notícias sobre conflitos de terras, numa sucessão de matérias, com os seguintes títulos: *Polícia prende 4 posseiros; Colonos dizem porque invadiram o Seringal Catuaba; Posseiros de tocaia matam capataz da fazenda; Família de seringueiro viveu noite de terror; Posseiros atacam peões na defesa de suas terras; Polícia de Boca do Acre continua buscando posseiros de tocaia; SUDAM: situação fundiária no estado do Acre é problemática.*

A partir desse momento a população acreana passou a tomar conhecimento, através de um jornal local de grande circulação, de fatos que circulavam a “boca pequena” e eram discretamente comentados pelo povo, mesmo porque eram tantos os conflitos de terra, que não havia mais como escamoteá-los.

Rompia-se o tumular silêncio da imprensa local, mantido durante longo tempo. Sua censura sobre a temática terra ficou manifestada quando se observou que a imprensa sulista, como os jornais “O Estado de São Paulo”, “Jornal do Brasil”, “O Globo”, há muito publicavam matérias sobre o assunto, enviando inclusive repórteres para o Acre e mantendo aqui o jornalista Elson Martins da Silveira, correspondente do “Estado de São Paulo” que, embora fizesse cobertura de tais fatos, não encontrava espaço local para divulgá-los, limitando-se a enviar as notícias para o Sul.

142 MEDEIROS, Océlio. Seringalistas sem títulos de domínio e arrendatário dos “seus” seringais: Posses paralelas ou ambos precaristas? In: Jornal “**O Rio Branco**”, Rio Branco – Acre, 21 jun. 1974, nº 1045, p. 3.

143 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente, Op. Cit., p. 71.

A parcialidade da imprensa local, emitindo a voz dos proprietários, quando o silêncio não era mais possível, levou um grupo de intelectuais em 1977 (entre eles o jornalista Elson Martins da Silveira), contando com o apoio material da prelazia, que adiantou recursos para edição dos seis primeiros números, a articular um jornal alternativo: o “Varadouro” (1977-1981). Aí se expressou não apenas as notícias dessas lutas, mas a perspectiva de defesa dos trabalhadores.

Assim, na esfera institucional, a Igreja acreana-puruense se constituiu instrumento fundamental para romper o domínio absoluto dos “senhores das terras”, que não encontravam fora da resistência heróica dos trabalhadores, outra oposição aos seus interesses. A institucionalidade, o direito, as forças repressivas e os meios de comunicação compunham, na terminologia de Gramsci, os aparelhos de hegemonia e opressão.

A Igreja, se valendo de sua legitimidade cultural, espiritual e institucional, abriu espaço nessa dominação quase absoluta, articulando e viabilizando que se articulasse uma concepção oposta, emprestando-lhe foros de igual legitimidade e legalidade.

Paralelo a sua ação nos espaços constitucionais, e talvez mais importante que estes, foi a política de formação de lideranças, particularmente na área rural, que irá marcar a trajetória da luta dos trabalhadores.

5.1 As bases organizacionais do movimento

De fato, a Igreja acreana-puruense avançava no sentido previsto pelos ares renovadores de Medellín. As reflexões teológicas encontravam eco na violência. De resto, o contexto nacional apresentava a euforia do “milagre econômico”, uma repressão político-militar exacerbada, traduzida ao nível ideológico no slogan: “Brasil ame-o ou deixe-o”. Eram os anos mais duros do governo do General Garrastazu Médici (1969-74).

A censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos corria solta. A repressão e o clima de terror que o Es-

tado ditatorial impôs em nome da “Segurança Nacional” e do “Combate à subversão comunista” haviam desagregado e reduzido ao silêncio os movimentos políticos. Fechados os espaços institucionais, a resistência se inscreve nas bases sociais.

Os vales do Acre e Purus, como de resto, em toda a área rural, mantinha-se regido por relações patrimoniais; o trabalhador nunca havia sido considerado um interlocutor válido. Esse estado, particularmente sua condição de isolamento, historicamente contribuiu para que aquela situação se sustentasse por um tempo maior.

A Igreja Católica brasileira, comprometida com os direitos humanos e tendo parcelas de suas hostes engajadas no movimento de resistência à ditadura, se constituía a um só tempo, em espaço de apoio e refúgio dos perseguidos políticos, bem como em alvo de perseguição. Dom Giocondo experimentara esse processo no périplo (palavras suas) nos corredores do Dopes, em São Paulo e mesmo em Rio Branco, buscando resolver impasses políticos que envolviam a sua instituição.

Do encontro feliz (o que nesse caso soa irônico) de um repensar religioso com novos desafios colocados pela prática, inicia-se uma ruptura dentro dessa instituição, que vinha até então se movendo de forma sacramentada. Nas palavras do padre André Ficarelli,

Passando a viver e a sentir a necessidade de adaptar-se aos tempos e às novas diretrizes da Igreja Latino-americana. Fazendo sua opção pelos despossuídos, dando enfim um novo caráter às diretrizes que a Igreja acreana-puruense seguiria a partir daquele momento.¹⁴⁴

Essa tomada de posição em franca abertura para uma compreensão de maior profundidade que estava emergindo, principalmente para os seringueiros e sua luta pela terra, será considerada o prenúncio da pastoral da libertação nos vales do Acre e Purus. Tal reviravolta está oficialmente registrada num novo e segundo Livro do Tombo, em sua terceira página, onde lemos:

144 **ENTREVISTA** do padre André Ficarelli, concedida a autora em 10/12/1997, em Rio Branco - Acre.

(...)as novas linhas da igreja no Acre, a dos ensinamentos do Concílio Vaticano II (ao qual Dom Giocondo participou das últimas 3 sessões) e sobretudo pela nova orientação da Igreja Latino-americana tomada na assembléia geral dos bispos da América Latina, realizada em Medellín Colômbia (1968).¹⁴⁵

No entanto, as mudanças dos rumos e com eles, a execução das novas práticas pastorais não teria sido possível se não houvesse uma adesão dos quadros eclesiais e das organizações laicas já existentes (e sua posterior ampliação), responsáveis que eram e seriam pela execução e apoio ao trabalho de evangelização. Além do que, contará a Igreja com a chegada, no início da década de 1970, de novos padres, comprometidos com essa nova perspectiva, para dar apoio e superar aquele desafio, como Carlos Casavecchia e Pedro Martinello, entre tantos outros que os seguiram.

O registro que se tem da reorientação da prática religiosa da Igreja acreana-puruense encontra-se no segundo Livro do Tombo, ao afirmar que:

sobre as numerosas iniciativas do jovem Prelado (Dom Giocondo), distingue-se a Assembléia geral da Prelazia (realizada entre 1 a 14 de maio de 1971), convocada pela própria Prelazia, como exigência para fixar as novas linhas da Igreja no Acre (...) Foi realizada no Palácio do Bispo. (...) Participaram da Assembléia geral da Prelazia 39 agentes da pastoral, padres, religiosos e alguns voluntários leigos (...) na Assembléia após longas e difíceis discussões foram tomadas decisões históricas, que seria o novo caminhar do Acre. Mesmo conservando a estrutura pastoral tradicional, deu-se início a nova experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a decisão tomada por todos no novo bairro popular da Estação Experimental em Rio Branco. Ficou decidido a formação espiritual e pastoral de líderes leigos: para isso foi sugerido a necessidade de ter um Centro de Formação Pastoral e de iniciar a publicação de um boletim da Prelazia.¹⁴⁶

Registrrou-se nessa reunião a presença do Frei Moacyr Grechi (que viria a ser o futuro bispo) e o padre André Ficarelli, organizador do referido livro.

145 **LIVRO DO TOMBO**. Diocese da Ordem das Sevas de Maria. Rio Branco, 1986, p.3.

146 *Ibid.*, p. 3.

Essa assembleia marca particularmente um avanço da ação pastoral em conjunto com leigos, com ênfase na formação espiritual e cultural dos agentes pastorais; criação das Comunidades Eclesiais de Base; de um centro catequético; instituição do conselho pastoral; valorização dos meios de comunicação social e autêntica promoção humana.

Ela se constituiu assim em um marco da Igreja acreana-puruense. Suas resoluções imprimem um novo rumo a sua práxis dali em diante. Fato que não significou a ausência de conflitos internos, dado que alguns agentes pastorais e mesmo alguns padres não aceitavam as novas diretrizes (segundo o padre Ficarelli).¹⁴⁷

Acatadas essas deliberações, Dom Giocondo estimulou a formação de novos grupos leigos, no já citado bairro da Estação Experimental (onde foi morar o padre Pacífico) e pouco depois na Vila Quinari. Segundo Mourão:

As CEBs no Acre, por conseguinte, não nasceram da Instituição Católica. Antes, elas são o resultado da intervenção direta de uma equipe no meio popular, via Instituição Católica, na medida em que toda equipe tinha vínculos formais com ela.¹⁴⁸

O primeiro treinamento para monitores na jurisdição da prelazia realizou-se em 1971, contando com a presença de 34 pessoas, sendo que a maioria delas já participavam das recém criadas Comunidades Eclesiais de Base. No Acre, esses treinamentos davam-se em três etapas: a) levantamento da realidade; b) um aprofundamento sobre essa realidade, com exposição, trabalho em grupos, leituras de textos etc, e atividades correlatas; c) uma última etapa consistindo na formulação de propostas concretas que deveriam ser levadas à prática, sempre na ótica de defesa dos interesses das camadas populares. Tais treinamentos geralmente ocorriam duas ou três vezes ao ano. Até o centro de treinamento ficar concluído em Rio Bran-

147 **Entrevista** do padre André Ficarelli, concedida a autora em 10/12/1997 em Rio Branco Acre.

148 MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A prática educativa das CEB'S: popular e transformada ou clerical conservadora?** São Paulo: PUCSP, 1988. Dissertação de Mestrado, p.125.

co, houve treinamento dos monitores nas paróquias, ou nas próprias Cebbs.

Ao encerrar-se o primeiro encontro, o bispo dirigiu aos monitores as seguintes palavras:

Vos recebi em minha casa e começaste o 1º encontro de monitores ouvindo palavras minhas. Agora, ao encerrar o encontro vos quero saudar, não com palavras minhas, mas com palavras do Espírito; desse Espírito sempre presente na vida da igreja e que Concílio Vaticano II teve uma das suas mais belas manifestações. Ei-las: o homem se fortalece quando compreende as inevitáveis necessidades da vida social, assume as multiformes exigências da solidariedade humana e se responsabiliza pelo serviço à comunidade humana. Por isso deve ser estimulada a vontade de todos a participarem das iniciativas comunitárias.¹⁴⁹

Passados poucos dias do primeiro encontro com monitores, em setembro de 1971, Dom Giocondo faleceu, vítima de desastre aéreo ocorrido em Sena Madureira. Apesar da perda, padres e leigos não paralisaram o seu trabalho, demonstrando que a nova orientação estava impressa na base da instituição.

A partir daí as Cebbs se multiplicaram em toda a área coberta pela ação pastoral, nas cidades e no campo. Tal expansão pode ser avaliada a partir dos seguintes dados. Em 1972, a Igreja Católica contava com 215 monitores e 6 Cebbs; em 1981, a prelazia passou a dispor de 1.200 monitores, 1.000 grupos de evangelização e mais de mil Cebbs, para colocar em prática a sua ação pastoral.¹⁵⁰

Os dados acima demonstram a importância dos leigos, que passaram a ocupar cada vez mais espaços na nova estrutura da Igreja. Orientados pela fé e direcionados pelos seus problemas de sobrevivência, unem-se no equacionamento de questões, como direito à permanência na terra, saúde, moradia, educação, dentre outros. Esses espaços de reflexão terminaram por se constituir em um núcleo político privilegiado, onde se valorizava a unidade dos trabalhadores, a solidariedade e a luta cotidiana, daí serem chamadas comunidades.

149 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, jul./ago. 1981, ano X, p. 13.

150 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, dez. 1972, ano I, nº 12, p. 10; jul. ago. 1981, ano X, p. 16, respectivamente.

Na zona rural do vale do Acre e Purus, as Cebs reuniam grupos de famílias (10-20 pessoas) aos sábados ou domingos. Caso todos não pudessem comparecer, pelo menos o marido ou a esposa com os filhos lá estavam. A presença feminina, no entanto, era bastante considerável. Talvez, porque nos “Chapéus de Palha” (chamados de Centro Comunitários) construídos por eles e localizados à beira das estradas ou no interior dos seringais, realizavam-se missas, batismos, crismas, além das reuniões.

O monitor (na ausência do padre) fazia uma oração e leitura do Evangelho, em seguida, abria a discussão com perguntas por meio de um roteiro preparado pela Igreja sobre seus problemas atuais, buscando conjuntamente os mecanismos de resolução. Esse método de ação era chamado de: *Ver, Julgar e Agir*.¹⁵¹

Mediante essa prática, as Cebs iam exercendo uma função conscientizadora importante. Ao mesmo tempo, representavam um fortalecimento da Igreja junto às bases populares com uma radical mudança de eixo, passando de uma instituição hermética e moralizadora, para se tornar uma referência presente, que não apenas falava a linguagem da população através de seus agentes pastorais, mas elucidava as contradições vividas e orientava a prática, perpetuando muito mais eficazmente a perspectiva cristã.

A paróquia deixa de ser um eixo geográfico para ter vida nas comunidades. Nos campos do Acre, os monitores, com a chancela do padre e/ou da comunidade, assumiram sua direção e comandavam as reuniões na ausência daquele. A cada dois ou três meses o pároco passava pelas Cebs para dinamizá-las e cumprir os seus deveres sacerdotais. Por sua vez, no caso de

151 O método *Ver-Julgar-Agir* foi muito utilizado pelas CEBs em todo o Brasil. Ele possibilita uma reflexão crítica e voltada para a prática, de modo que as privações vividas deixem de ser consideradas fatalidades. O *Ver* consiste numa sucessão de observações de cada um dos presentes sobre diversos assuntos (custo de vida, eleições, drogas, etc.); o *Julgar* implica o contraste entre a realidade observada e os valores do cristianismo; finalmente o *Agir* trata de concluir sobre aquilo que aquelas pessoas poderiam fazer diante do problema. (ver SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.159.

algum problema com a sua comunidade, os monitores também iam à cidade onde se localizava a paróquia, ou mesmo para receber novas instruções ou participar de algum acontecimento.

As Cebcs representavam, portanto, uma descentralização do poder no seio da Igreja. Evidentemente que elas irão inspirar e dar subsídios à Teologia da Libertação que, por sua vez, as inspirará.

Ambas tornaram-se o maior fenômeno político-religioso da América Latina, pelo menos até a metade da década de 1980. Não foi à toa que toda essa efervescência causada pelas Cebcs e posteriormente, pela Teologia da Libertação irá causar tamanho furor e suspeitas. Por isso, nas palavras de Libânio e Antonazzi:

a Teologia da Libertação, ao ser percebida como incentivadora e fatora da transformação da realidade, é combatida como inimiga do capitalismo. Anos depois, o documento da Santa Fé refere-se diretamente a Teologia da Libertação como relevante e perigosa para a política externa americana.¹⁵²

A penetração ideológica das CEBs foi tão importante nos Vales do Acre e Purus que, segundo Esteves:

transformou os seringais em “comunidades”. Lideranças e trabalhadores referem-se à “comunidade” do Independência, do Dois Irmãos, do São Pedro, etc., e não mais ao seringal, como outrora.¹⁵³

No entanto, além da preocupação no seio da Igreja quanto à vinda do novo bispo e enquanto as Cebcs iam se instalando aos poucos no meio rural (inicialmente foram urbanas), já era manifesta a preocupação de padres, que mais de perto sentiam o agravamento das questões sociais causadas pelo recrudescimento da questão fundiária, situação em que os “pauletas” cada vez mais iam expulsando os seringueiros das áreas que ocupavam na floresta.

152 LIBÂNIO, João Batista. ANTONAZZI, Alberto. **20 Anos de Teologia na América Latina e no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.15.

153 ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta** - estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1999, p. 161. Tese de Doutorado.

Nesse ínterim, entre o falecimento de Dom Giocondo até a nomeação do novo prelado, a Igreja acreana-puruense, seguindo suas novas diretrizes, instituiu por meio do Conselho de Pastoral da Prelazia o seu primeiro plano de pastoral e o boletim denominado “Nós Irmãos” (citado anteriormente).

Quanto aos planos pastorais (geralmente bienais), tinham como objetivo divulgar as metas a serem atingidas pela instituição, bem como analisar os sucessos ou percalços das pastorais, por meio agora de uma planificação de suas ações. O primeiro plano pastoral foi elaborado em dezembro de 1972, para ser seguido no ano de 1973. Previa ele: a formação de agentes pastorais; a descentralização das paróquias; a criação de novas Cebts e construção do centro de treinamento para capacitar quadros, inspirados nas linhas pastorais do Concílio Vaticano II, no Celam e Medellín.

Com as Cebts, os planos pastorais e o futuro centro de treinamento, a Igreja acreana-puruense avançava, elaborando com a orientação da ala renovadora, as soluções dos problemas enfrentados pela população em sua jurisdição.

5.2 O engajamento efetivo ao movimento

Nesse período (1972) é nomeado o novo bispo prelado do Vale do Purus, Dom Moacyr Grechi. Oriundo do Sul do país, ele desconhecia a realidade do Estado, conforme nos disse em entrevista:

O Acre eu conhecia superficialmente. Conhecia pela história da Ordem e através dos missionários em Santa Catarina. Em agosto de 1972 eu tomei posse. Eu não era nada envolvido com a problemática social. Tinha muita sensibilidade com a injustiça, com os pobres, mas a partir do Evangelho. Mas não percebia bem a ligação entre Evangelho e a problemática social. No Acre eu fui praticamente forçado a enfrentar a realidade. Forçado entre aspás. Pela confiança que depositaram em mim, pela insistência dos padres e principalmente pelo sofrimento do povo, que faziam plantão para que eu fosse aos seringais. Eu me lembro do (seringal) Iracema. Lá se dizia haver trabalho escravo, violência. Eu sempre resistia porque achava que era o povo que fugia do trabalho. Eu tinha uma

mentalidade sulista, marcada pela cultura italiana e alemã da minha região. Quer dizer, pobre é preguiçoso, pobre não se empenha. Eu não acreditava muito. Achava que esses sulistas que estavam aqui eram pessoas habituais ao trabalho. E quando o acreano não trabalhava, eles achavam um jeito, não dos melhores, para puni-los. Aquela foi o período em que abri os olhos. Depois de muitos pedidos, de muita insistência eu fui nesse seringal. Foi lá que eu descobri que sobre as autoridades eu não podia confiar. Elas me davam uma versão que não correspondia a verdade. Percebi que esses que vinham do Sul visavam exclusivamente o lucro. E realmente usavam de meios violentos, arbitrários, para forçar o povo a trabalhar para eles. Era uma escravidão sob ameaça de morte. A partir de lá começo a ficar desconfiado. Como o problema crescia nós começamos a buscar saídas. Fui ajudado pelo padre Pacífico, o padre Paulino, o padre Pedro Martinello, o padre Pistene. Aí surgiram os catecismos. O primeiro foi o Catecismo da Terra, para garantir a permanência do homem no seringal. Para que o povo entendesse o Estatuto da Posse contra a vontade dos seringalistas, dos proprietários, que não aceitavam a permanência no seringal, na posse. A partir daí o povo reage, já não saía, dizia que era posseiro, exigindo ordem judicial. Esse foi o primeiro impacto.¹⁵⁴

O “Catecismo da Terra” referido por Dom Moacir, consistia basicamente em seis diferentes questões eminentemente práticas, numa linguagem acessível, tendo como objetivo orientar os seringueiros diante da ameaça de expulsão, a resistir diante da ofensiva dos fazendeiros. Tratou a questão fundiária de modo cauteloso, dentro dos limites da legislação vigente, fazendo por isso menção ao Estatuto da Terra. Naquela conjuntura desigual e conflituosa, tal documento obteve profundas ressonâncias e rebatimentos na vida dos seringueiros e na posse do seu pedaço de terra. Por isso, deve ser melhor avaliado pela transcrição do seu teor:

CATECISMO DA TERRA

1º O que é Inkra? É o instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; sua principal missão é proteger os trabalhadores da terra (colonos, posseiros, seringueiros etc). O principal interesse desse órgão é a fixação do homem à terra; 2º Qual é a lei que garante a fixação do homem à terra? – A lei que garante a fixação do homem à terra é a lei 4504 de 1964, assinada pelo presidente Castelo

154 **Entrevista** de Dom Moacyr Grechi, concedida à autora em 28/11/1997, em Rio Branco-Acre.

Branco; 3º Que diz a lei 4504 do Estatuto da terra? – A lei 4504 do estatuto da terra garante o direito à posse da terra (o módulo) a quem nela morar habitualmente depois de 1 (um) ano e 1 (um) dia, dedicando-se a cultura efetiva da terra; 4º Que significa o módulo da-terra? – O módulo da terra é a área que uma família pode utilizar convenientemente para o seu sustento. Como base, o módulo parte de 50 hectares, aumentando conforme o tipo de utilização e capacidade braçal da família; 5º O que pode fazer para garantir seu direito à posse da terra? – A melhor garantia do direito à posse da terra é não sair da terra onde você trabalha mesmo se lhe oferecerem indenização; 6º O que fazer em caso de conflitos em razão de vendas de terras? – Em casos de conflitos sugerimos 3 atitudes: a) conversar com calma e não brigar com os compradores; b) não se deixar intimidar por ninguém, pois você não pode ser jogado fora da sua terra enquanto você não quiser; c) se for necessário você deve recorrer às autoridades competentes; do próprio INCRA, na sede em Rio Branco; a um Juiz Federal; à Polícia Militar; à 4ª Cia de Fronteira.¹⁵⁵

Sabe-se hoje que o autor do “Catecismo da Terra” foi o padre Paulino Baldassari da paróquia de Sena Madureira, que o redigiu em 1973, ainda sem a chancela oficial da Igreja, devido à emergência dos conflitos, que ele já há muito havia detectado, pois no boletim “Nós Irmãos” nº 10, de setembro de 1972, apareceu a primeira notícia dada por ele sobre a presença dos “pau-
listas”, com o título “Seringueiro não tem vez”, e com a notícia:

Padre Paulino lembra a cada um de nós esta verdade sempre velha. As injustiças sociais continuam a ser o pão amassado para o pobre seringueiro comer ainda nos dias de hoje. O caso dos “pau-
listas” é apenas um sintoma dessa chaga idosa dos seringueiros acreanos.¹⁵⁶

A tiragem do “Catecismo da Terra” naquela cidade atingiu mais de 400 exemplares, que foram distribuídos nos serin-
gais. Segundo o padre Baldassari:

Eu dizia para os seringueiros: se você não sabe ler, colo-
que isso na parede da sua casa. Na hora em que quiserem
lhe botar pra fora mostre pra eles que existe uma lei que
protege os seringueiros. Por isso, surgiu uma reação dos
fazendeiros, do Prefeito e do gerente do Banco, contra o
catecismo da Terra.¹⁵⁷

155 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, jun. 1974, ano III, n. 6.

156 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, set. 1972, ano I, nº 10.

157 PAULA, Elder Andrade de. Op. Cit., p. 83.

A mesma sorte não terá Xapuri, naquele momento, na orientação à resistência dos trabalhadores por meio do “Catecismo da Terra”, em virtude da oposição do padre local, que se opunha a esse trabalho. Porém, as denúncias isoladas, apesar da importância, não surtiriam qualquer eficácia se a prelaia acreana/puruense não assumisse uma posição conjunta diante do problema.

O bispo Dom Moacyr assim se expressou:

Fui levado por amigos e por leituras a perceber o aspecto estrutural. A pobreza começou a surgir diante dos meus olhos como algo estrutural. Era da organização da sociedade que causava esses pobres. Era uma fábrica de pobres. A Igreja foi sempre atenta a necessidade do povo. Havia essa sensibilidade à necessidade do povo. Eu comecei a perceber, juntamente com os outros a necessidade de mudanças estruturais. Que o pobre não devia só ser ajudado. Ainda hoje a gente tem em caso de necessidade de dar assistência. Eu não diria assistencialismo, mas assistência aquele que esta morrendo afogado, estender a mão. Surge então a necessidade da conscientização que não é coisa nova, já havia o Paulo Freire e a Conferência de Medellín. Medellín foi um marco, cria a Igreja do Brasil. Começa a nascer uma nova Igreja e quais são as características dessa Igreja? Primeiro um certo afastamento do poder. A necessidade de romper com o poder. Colaboração sim, mas não subserviência, mesmo a serviço dos pobres. Nascem as CEBS, que já era uma intuição do Concílio Vaticano II e a organização sindical.¹⁵⁸

Essa tomada de posição de Dom Moacyr aparece também explicitada nos seguintes termos:

Minha vinda para o Acre, o contato direto, especialmente nas nascentes Comunidades Eclesiais de Base, com povo simples, pobre, injustiçado, a ajuda de padres amigos e muito sensíveis aos problemas do povo, homens lúcidos, corajosos e extremamente evangélicos, a confiança em mim depositada pelas vítimas dos problemas da terra que começaram em 1973, a se agudizar. Neste campo fatos bem concretos levaram-me a tomar uma posição: ou assumia a causa dos pobres ou negava a minha missão e mesmo minha própria fé.¹⁵⁹

158 **Entrevista** de Dom Moacyr Grechi, concedida à autora em 28/11/1997, em Rio Branco - Acre.

159 SALEN, Helen (coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981, p.123.

Enquanto abundavam notícias sobre a questão terra nos jornais do Sul, o padre Paulino vivia seu drama em Sena Madureira, ao passar pelas “margens” e “centros” dos seringais, verificando que as escolas lá existentes (fruto do seu trabalho) estavam abandonadas por falta de alunos, porque seus pais haviam sido expulsos das áreas.

No entanto, na Capital, devido à precária comunicação na época, as informações sobre a real situação dos seringueiros demoravam a chegar e quando chegavam, enviadas muitas vezes pelos monitores, causavam certa estranheza, tal o volume dos problemas. Por isso o boletim “Nós Irmãos” n° 6, de junho de 1973 - o primeiro a divulgar efetivamente fatos sobre a questão terra, assim se pronunciou:

Denúncias de que 600 famílias do interior teriam abandonado o território acreano em demanda da Bolívia por falta de terras para trabalhar e a denúncia do deputado Geraldo Fleming (do MDB na época) de que 93 famílias estavam na iminência de serem expulsas de suas terras no seringal Catuaba vieram arrancar-nos por algumas horas do nosso pesado sono. Para lá do exagero numérico que expressa em cores bem vivas a dor de muitas famílias de colonos e seringueiros certamente envolvidos neste drama, algo deve estar acontecendo neste nosso interior acreano. O Sr. Alescandar Tristão Soares, executor do Projeto Fundiário do Acre, que considera improcedentes tais notícias, reconhece, porém, a existência de um “pouco de inconformismo com a venda terras, tendo muitos seringueiros nos procurado para saber suas situações perante o novo dono das terras. Para ser franco, isso é rotina de trabalho aqui no INCRA” afirma o Sr. Alescandar. O certo é que até o momento, a comissão constituída para apurar a denúncia de Xapuri nada tem feito neste sentido. Este problema é dos graves que vem preocupando bastante nestes últimos meses os agentes da nossa Igreja Acre-puruense. Enquanto não se faz a apuração desta e demais irregularidades nunca saberemos delimitar a real extensão deste drama...¹⁶⁰

O drama existia e era sério, tanto assim que os exemplares n° 8, do mês de agosto, n° 9 e 10 do mês de setembro e n° 12 do mês de dezembro do mesmo ano de 1973, deram graves notícias sobre a questão fundiária que estava acontecendo nos municípios de Sena Madureira, Brasileira, onde se destacam: o

160 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, jun. 1973, ano II, n° 6.

despovoamento de áreas enormes vendidas aos “paulistas”; a não concordância com as indenizações; os maus tratos com os seringueiros; as expulsões e a vinda para a capital, onde ficavam sem ter onde morar. Especialmente o de nº 12, trazendo como encarte um texto sob o título de “Catecismo da Terra”, fruto do primeiro treinamento de monitores do município de Brasileia, que fora realizado entre dias 10 e 15 de dezembro, com grande repercussão junto aos seringueiros.

Diante das contradições que se avolumavam, Dom Moacyr deixou claro, oficialmente, que direção iria tomar, juntamente com sua prelazia, na orientação apostolar. Iniciando o ano de 1974, a Igreja acreana-puruense apresenta o seu plano pastoral, mostrando seu empenho nas mudanças propostas. Dá ênfase à formação de agentes pastorais e de novas Cebs, que até aquele momento eram oito. Depois de uma análise da situação social, o plano formulava uma outra prioridade: a promoção humana. Para viabilizar esta última propõe as seguintes atividades: despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais (Medellín 2,21), procurar o aperfeiçoamento da administração judicial, cujas deficiências frequentemente ocasionam males (Medellín 2,28); fazer com que a catequese, a liturgia e pregação levem em conta a dimensão social e comunitária do cristianismo, formando homens comprometidos na construção de um mundo mais humano e mais justo (Medellín 2,24); procurar testemunhar nas obras sociais as ideias sociais e evangélicas do cristianismo, dando um sadio sentido crítico da situação social e fomentando a vocação de serviço (Medellín 2,25); defender, segundo o mandado evangélico, o direito dos fracos e oprimidos, urgindo aos governos e classes dirigentes que eliminem tudo o que destrói a paz social: injustiça, inércia, insensibilidade, venalidade (Medellín 2,22)¹⁶¹. Como verificamos, Medellín deu a tônica na questão da promoção humana, ou seja, uma Igreja crítica e embasada na realidade, conforme enfatizou Dom Moacyr.

161 **PLANO PASTORAL** para o ano de 1974. In: LOMBARDI, Pe. Massimo. **A caminhada da igreja do Acre e Purús** - 1970-87. Diocese de Rio Branco, Acre, jun. 1987, p. 5.

O quesito “condição humana”, com as características citadas acima, marcou a diferença no que se refere à concepção do uso da terra entre militares e a Igreja, sobre o que divergiam profundamente. Conforme observou Iokoi:

Os primeiros entendiam a questão da terra como problema de segurança nacional e a segunda, como promoção humana. Para a Igreja, tratava-se de orientar os camponeses para exigir do Estado a aplicação do Estatuto da Terra (1964), além de apoiar e colaborar na sindicalização rural, definida no Estatuto do Trabalhador Rural (1962). Para os militares importava impedir a penetração do comunismo mediante a influência soviética, da revolução cubana e da subversão na região andina.¹⁶²

No período de 17 a 21 de junho de 1974, realizou-se o primeiro encontro do Vicariato do Acre, em Xapuri, com a presença do provincial da ordem dos Servos de Maria no Brasil, padre Francisco Carmimeo. Nesse conclave foi aprovado o documento (que passou a ser conhecido como “Documento de Xapuri”), no qual se delineavam as linhas pastorais da Igreja do Acre e Purus, denunciando a violência contra os colonos e seringueiros e conclamando a mobilização dos agentes pastorais na defesa do trabalhador rural. Pela sua importância o reproduzimos:

ORIENTAÇÃO DA IGREJA DO ACRE E PURUS SOBRE O PROBLEMA DAS TERRAS

Em face da grave situação criada pelo problema das terras do Estado do Acre e em particular no território desta prelazia, a Igreja não entrando no lado técnico deste problema mas inspirada no Evangelho de Cristo, faz questão de dar a esse respeito suas diretivas para todo povo de Deus. A problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes vários anos no interior de nossos seringais e colônias, sobre quem pesa a ameaça de deixarem suas posses, sem perspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade, com o passar dos dias, multiplicaram-se os casos de posseiros, colonos e seringueiros que da maneira mais arbitrária e violenta vem sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às leis vigentes. Igualmente esta problemática vem preocupar os investidores do Sul, em especial aqueles que com boa vontade vieram investir seus capitais num Estado onde os títulos de terra em geral não se encontram devidamente legalizados e daí o fato de inúmeras vendas

162 IOKOI, Zilda Grícoli. Op. cit., p. 72-73.

de terras se processarem de forma irregular. A orientação da Igreja no que diz respeito aos posseiros é a seguinte: a) conscientizar os posseiros de seus direitos segundo as orientações do INCRA, sobre a posse da terra; b) urgir junto aos órgãos competentes a necessária documentação dos trabalhadores, em consonância com a legislação trabalhista; c) denunciar aos órgãos competentes: INCRA, 4ª Cia, Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança as arbitrariedades cometidas entre esses trabalhadores; d) defender mesmo na justiça, indivíduos ou grupos, quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direito; e) sugerir ao governo do Estado e ao próprio INCRA, levando em conta o futuro destes trabalhadores, o enquadramento dos mesmos num plano geral de colonização do Estado. A orientação da Igreja no que diz respeito aos investidores é a seguinte: a) esclarecer no diálogo aberto com os investidores a real situação das terras no que diz respeito aos títulos em consonância com as diretrizes do INCRA; b) fazer sentir ao governo e aos compradores o problema do futuro dos colonos e seringueiros, que passado o ciclo das derrubadas e tiradas as possibilidades de subsistência, ficarão totalmente marginalizados, sem perspectivas; c) fazer ver num diálogo com o governo do Estado a situação atual das terras que vem gerando preocupação não só aos colonos mas também aos próprios compradores; d) manter um contacto constante com o INCRA, 4ª Cia, Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança e Justiça em vista do encaminhamento adequado desta problemática. Estas orientações dirigidas a todo o povo de Deus desta prelazia tem por finalidade a ação o mais possível conjunta de todos os seus agentes pastorais em face de tão delicado problema ficando as posições públicas sobre o conjunto da Igreja de competência exclusiva do Bispo e do Conselho Presbiterial.¹⁶³

Esse documento, datado de 21/06/1974, foi assinado por Dom Moacyr Grechi, pelo padre Carmimeo e mais onze padres de toda a prelazia dos vales do Acre e Purus. Posteriormente, foi divulgado pelo jornal “O Rio Branco”, pelas emissoras de rádio da capital e pelo boletim “Nós Irmãos”, causando mal estar na polícia e no Exército.

Naturalmente, o apelo da Igreja aos “Investidores” virou “letra morta”, prova disso é que pouco antes da data daquele documento, Dom Moacyr havia visitado o seringal São Francisco do Iracema, em Rio Branco, onde se deu conta da triste

163 **Boletim “Nós Irmãos”**. Rio Branco. Acre, jun. 1974, ano III, n. 6.

realidade vivida pelos seringueiros. O boletim “Nós Irmãos” de nº 6, de junho de 1974, destacou os problemas com a seguinte manchete: *Fugas, espancamentos e irregularidades no seringal São Francisco do Iracema*. O texto evidenciava que:

Neste seringal de “propriedade” do Sr. João Arante, gerenciado no Acre pelo Dr. Vilela, uma série de arbitrariedades vem acontecendo. Dom Moacyr foi obrigado por motivo pastoral e social a fazer a viagem a este seringal, uma vez que diversas famílias da capital preocupadas com a sorte de filhos e parentes que lá trabalhavam, a ele recorreram. Muitas famílias tinham tomado conhecimento do regime de escravidão que lá imperava e de onde muitos fugiram; outros tiveram seus pertences tomados e escondidos para permanência forçada, e onde outros vinham sendo intimidados e até espancados. Um dos atingidos pela onda de arbitrariedades foi Francisco Carvalho de Lima, um homem de 23 anos, que apesar de saldo nesse seringal foi impedido de sair do mesmo. Como se não bastasse o capanga Zé Marroque armado com revólver 38 e uma faca tentou agredir e matar o trabalhador sem defesa, tal não ocorrendo graças a interferência do empregado o “Ceará” que o dissuadiu... Mas isso não impediu Zé Marroque de conduzir o trabalhador até o lugar chamado “pensão” e surrá-lo com um chicote chamado “umbigo de boi” durante 10 minutos, entrecortado de violenta discussão entre ambos, enquanto o fiscal de serviço José Bessa vigiava na porta a entrada de estranhos... Parece mesmo incrível que tudo isso aconteça... Dom Moacyr ficou chocado com o que viu e providências serão tomadas pelas autoridades no sentido de por termo a esse verdadeiro regime de escravidão.¹⁶⁴

No mesmo número do boletim “Nós Irmãos”, o de nº 6 de 1974, constava que viria para Rio Branco, em outubro, o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheider, devido ao agravamento da situação dos posseiros, seringueiros e colonos. Em outra notícia informa que sindicato dos seringueiros estava desativado há anos no Acre, devido ao golpe militar de 1964, e que estava se reorganizando para atuar em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Os próximos números do Boletim “Nós Irmãos”, do ano de 1974, vão noticiar a repercussão do Documento de Xapuri em todo o Brasil, através da imprensa, junto à CNBB e no Acre,

¹⁶⁴ **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco. Acre, jun. 1974, ano III, nº 6.

despertando aí inúmeros comentários a favor ou contra. Além disso, nesse período se registra o recrudescimento da violência.

Nesse sentido, destacamos o de nº 7 do mês de julho, onde lemos:

A grande maioria do povo e em especial a classe sofrida dos seringueiros tem recebido com alegria e alívio essa tomada de posição da Igreja. Outros setores acharam a Igreja mal informada e interessada em criar um clima de agitação. Outros em sinal de desaprovação simplesmente silenciaram e ignoraram a orientação da Igreja. Outros acharam que a igreja exagerou muito na coisa. Não é tão grave a situação dizem eles!!! É lamentável que ainda exista tanta gente insensível diante desse doloroso drama de 25 mil famílias acreanas dominadas pelo medo e pela insegurança do amanhã. Não se pode permanecer omissos quando numerosas famílias passam à fronteira boliviana por não encontrarem nesta imensa Amazônia o direito sagrado a um pedaço de terra para viver. Não se pode permanecer omissos quando além de toda sorte de arbitrariedades como espancamentos, queima de casas de seringueiros, indenizações absurdas, enganos e fraudes, começa se passar para o derramamento de sangue. Isso já aconteceu no seringal Catuaba, no Km 26 da BR-236, onde depois de violenta troca de tiros restou um morto e um ferido. Depois deste incidente nasce o documento de Xapuri. Mal passado um mês do crime do Catuaba e já no mês de julho com massacre do fiscal de terras no seringal Granada por dois pistoleiros (...) Ninguém mesmo pode ficar de braços cruzados do que vem acontecendo no interior de nossos seringais. Os religiosos que assinaram esse documento nem são compradores de terras e nem são colonos, posseiros ou seringueiros. Eles não militam na política partidária e nem tem interesses econômicos a defender. Eles querem apenas ser testemunhas do evangelho de Jesus numa hora em que o mundo defende outros “valores” em nome do “progresso” e do “desenvolvimento econômico do povo!”¹⁶⁵

No rodapé da página desse editorial estava escrito: “É obrigação da Igreja, defender segundo o mandato evangélico, o direito dos fracos e oprimidos (Documento II de Medellín, nº 2)”¹⁶⁶.

Discute-se aí a posição ambígua do governo local, que em pronunciamento teria se referido ao referido documento,

¹⁶⁵ **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, jun. 1974, ano III, nº 7.

¹⁶⁶ Idem.

considerando-o alarmista e repetidor de slogans sem fundamentação.

Os boletins constituem, portanto, excelente documentação sobre violência entre os trabalhadores e mesmo entre funcionários do Estado, o que poderia pôr em cheque a propriedade efetiva das terras.

Alguns exemplos servem para ilustrar a dimensão dessa violência: no seringal Bagaço, onde os seringueiros viviam sob constante intimidação e ameaça de serem expulsos de suas terras; o fiscal de terras do seringal Granada, Hermes Batista Cavalcanti, foi atraído por pistoleiros para uma cilada e abatido a tiros de espingarda e revólver. Comenta-se que sua vida havia sido orçada em 22 mil cruzeiros, pesando a acusação de que estariam envolvidos no assassinato pistoleiros ligados ao seringal Bom Destino, pertencente à empresa Borracha Natural S.A. - Bonal.¹⁶⁷

Registra-se, ainda, o assassinato do fiscal de terras “Manelão”, no seringal São Francisco do Iracema, gerenciado pelo Dr. Afonso Vilela, quando este averiguava a existência de irregularidades ali supostamente ocorridas.¹⁶⁸

Constatava-se, enfim, que o sangue continuava a ser derramado nos seringais, chamando à atenção sobre a displicência e o silêncio do Estado em face desses dramas. Esse mesmo silêncio, o “vazio político”, o não aprofundamento dessas questões, foi registrado no boletim de nº 9 (setembro, outubro, novembro) de 1974, onde se destacava que apesar de ser ano eleitoral, os candidatos tanto da Aliança Renovadora Nacional (Arena), quanto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pouco se pronunciavam sobre o problema da terra.

Em vista disso, a Igreja acreana-puruense elabora, por ocasião das eleições, seu primeiro documento que é o “Catecismo de Ação Política do Cristão”, com ênfase na questão partidária, do qual transcreveremos alguns pontos:

167 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, jul. 1974, ano III, nº 7.

168 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, ago. 1974, ano III, nº 8.

1) Que é política? - Para o cristão, política é a participação ativa de governantes e governados na realização do bem comum. 2) Mas o que é bem comum? - O bem comum não é o bem de umas poucas famílias, de uma classe social ou de um partido, mas o bem de todas as famílias, de todas as classes sociais. Por exemplo, o direito à terra, à casa, ao trabalho, ao justo salário, à saúde e à alimentação é direito sagrado de todos. É para isso que os políticos devem lutar. (Cf. Vaticano II - “Gaudium et Spes”, 74). 3) E o cristão deve participar da política? - Não se deve esquecer que a política é sinônimo de preocupação com o bem comum. A dimensão política é indispensável à mensagem evangélica de amor ao próximo e de estímulo à construção de um mundo mais justo e mais humano. Não somos uma Igreja de almas descarnadas e sim uma Igreja de homens que fazem sua história onde o pecado além das dimensões íntimas e individuais, tem não raro, graves dimensões coletivas e sociais (...) São estas algumas razões pelas quais a Igreja deve dizer uma sua palavra em campo político, uma orientação o mais possível objetiva e sempre a luz da fé. 4) A Igreja então tem partido? - Não. A Igreja não tem partido. A Igreja é todo o povo de Deus, tendo a frente seus legítimos pastores, reconhece os direitos e a liberdade de cada cristão escolher o seu candidato ou partido conforme os princípios evangélicos. A Igreja portanto não tem o seu candidato nem o seu partido, mas convida a todos fazerem na diversidade de escolhas políticas aquela que cada um achar mais de acordo com a própria consciência e com os interesses da coletividade.¹⁶⁹

Como se pode notar, no Catecismo, apesar da importância dada ao processo eleitoral de 1974, não havia ainda uma objetividade maior das reais perspectivas que pretendiam alcançar naquele pleito, pois tal documento não fazia referência aos partidos existentes nem às divergências e diferenças existentes no âmbito da sociedade. Deixava, portanto, um sentido aberto, genérico e muito amplo do conceito de “bem comum”.

5.3 Pastoral e a questão sindical

No início de 1975, tomou posse o governador nomeado, prof. Geraldo Mesquita, substituindo Wanderley Dantas. Logo ao assumir, recebeu o “relatório de inspeção” que o Grupo Ta-

169 **Catecismo de Ação Política do Cristão.** Prelazia do Acre e Purús. Rio Branco, Acre, 1974, (mimeo).

refa da Amazônia (órgão do Ministério do Trabalho, presidido por José Smith) elaborou registrando as tensões existentes nas áreas em torno de Rio Branco. Mesquita assume num momento em que o governo federal reorientava parcialmente sua política de ocupação da Amazônia. A ênfase agora recaía sobre a colonização por pequenos produtores, vista como “válvula de escape” das tensões sociais existentes no Sul e Sudeste do país. Além disso, esses pequenos produtores representavam um potencial de mão de obra mais adaptada às demandas dos novos empreendimentos agropecuários. O governo estadual mostrava-se afinado com tal perspectiva, na medida em que se constituía potencialmente numa forma de aliviar as tensões sociais. A ótica passava a ser a viabilização da pequena produção integrada ao mercado; além disso, esse governador pareceu representar uma posição política mais liberal de Estado, fazendo esforço para torná-lo “neutro”, enquanto esfera ou garantia de legalidade e do “bem comum”.

Nesse sentido, afasta os policiais civis e militares que funcionavam como força repressora dos fazendeiros. Reforça a atuação da delegacia do Incra e instala a Fundação Nacional do Índio (Funai), diminui de maneira significativa a cobertura oficial às ações arbitrárias dos “paulistas”.

Em julho de 1975, mais um reforço na luta dos seringueiros se faz presente no Acre. Foi instalada a delegacia da Contag, que como vimos iniciou os trabalhos para a criação dos sindicatos rurais no Estado.

Em entrevista, João Maia relata o início dos trabalhos:

Vim só, mas aqui encontrei o advogado Pedro Marques. Também contamos com a ajuda de Dom Moacyr e do jornalista Elson Martins (...) foi um período difícil, porque era regime militar e, praticamente não se encontrava apoio. Havia censura de imprensa, e por conta disso o Elson Martins teve um trabalho importante (...) Nós começamos a trabalhar em julho de 75. Primeiro, procuramos tomar conhecimento da realidade e já a 25 de setembro, aniversário da cidade de Sena Madureira, fundamos o primeiro sindicato. Contamos com um grande apoio do Padre Paulino e tinha também o Padre Claudio, que estava lá, na época (...) Inicialmente fazíamos um primeiro giro no município,

umas vinte reuniões em vinte localidades de seringais e colônias. Ao término dessas vinte reuniões, demorávamos aí, no mínimo, uns vinte dias, então fazíamos uma reunião de três dias na cidade, já com os representantes ou delegados de cada localidade. Sentávamos com esses representantes que a própria comunidade indicava, e explicávamos melhor a legislação sobre a terra, a legislação trabalhista, a previdenciária, sindical. Não pregávamos uma coisa revolucionária, mas sim, a lei, sobretudo a dos direitos humanos, como o direito de organização, o direito de se defender, o direito sobre a terra (...) Então, o pessoal voltava para as suas comunidades.. Marcávamos para daí um mês, uma outra reunião. Voltávamos às mesmas localidades, fazíamos as reuniões de novo, a semente já estava fermentada e então vinham para um segundo curso. De novo, afinávamos mais aquelas lideranças que tinham mais conhecimento sobre a realidade (...) A partir desse segundo curso é que fazíamos a assembleia. Se não engano foram mais de mil pessoas em Sena Madureira. Um bom número para o início de trabalho.¹⁷⁰

Realça na entrevista a presença e importância da Igreja, já como agente facilitador do trabalho de organização sindical. Deve-se considerar que além das distâncias que caracterizavam os espaços de localização dos seringueiros, o que fez com que as Cebts se constituíssem em núcleos privilegiados de encontro, a religiosidade é um componente fundamental de sua cultura e vinha sendo reforçada pelo encontro da perspectiva espiritual com a prática social.

Essa contribuição ímpar da Igreja foi constatada onde os primeiros sindicatos foram instalados: em Sena Madureira e Brasileia. Nessas cidades, eram párocos os padres Paulino Baldassari e Heitor Turrini, respectivamente, os quais há muito tempo assumiram a defesa do trabalhador rural e por isso mesmo, gozavam de enorme influência e prestígio junto a eles.

O mesmo não se pode dizer do pároco de Xapuri, José Carneiro, que jamais aceitou a renovação pastoral da Igreja, tendo por isso mesmo uma postura que contribuiu para o atraso da instalação do sindicato rural. Essa só ocorreu em 1977, já com o apoio do padre Otávio Destro.

170 **Entrevista** concedida por SILVA FILHO. João Maia In. Seringueiro, Memória, História e Identidade. Volume II - Centro de Documentação Histórica - CDIH. Rio Branco: Ufac, 1996.

A Igreja acreana-puruense apoiou a formação dos sindicatos e ao mesmo tempo avançou na sua organização interna de modo a desenvolver um trabalho mais efetivo de apoio à luta pela terra. Sobre esse assunto informa o boletim “Nós Irmãos”, de julho de 1975.¹⁷¹ A notícia trata de um encontro em Goiânia, onde 67 cristãos, entre bispos, padres, religiosos e leigos, reunidos de 16 a 22 de junho, discutiram os problemas cruciais que afligiam a Amazônia Legal e definiram a necessidade de empenhar-se pela reforma agrária no país. Com essa finalidade criaram uma Comissão de Terra, ligada à CNBB. Foi sugerido ainda que todas as Igrejas da Amazônia, em conjunto ou em particular, levassem em conta o problema da terra em seus planejamentos.

Dom Moacir participou desse encontro, cujo desfecho foi a instalação pela CNBB da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo o bispo acreano-puruense indicado como o seu primeiro presidente, cargo que exerceria por oito anos.

Os avanços do movimento dos trabalhadores rurais, contando com a participação ativa da Igreja, provocaram reações negativas não apenas nos grandes proprietários rurais, mas, inclusive, nas lideranças políticas.

O governador Geraldo Mesquita, defensor de uma perspectiva liberal na atuação do Estado, quando da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Branco, conforme declaração de Dom Moacyr em entrevista¹⁷², manifestou desconfiança em relação à prática desses trabalhadores.

Segundo Dom Moacyr, o governador teria lhe dito que a organização sindical era uma imprudência, pois o povo não estava preparado para esse tipo de participação. A desqualificação da participação política vinha acompanhada de uma postura populista. Ainda segundo comentários do bispo, no dia seguinte a tal declaração, o governador se fez presente na Ca-

171 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, jul. 1975, ano IV.

172 **Entrevista** de Dom Moacir Grechi, concedida da autora em 28/11/1997, Rio Branco - Acre.

tedral, onde se fundava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco.

Ainda assim, mesmo com a presença deste, o Exército cercou a Catedral enquanto se realizava o citado evento. As contradições do governador Mesquita também foram sentidas pela Igreja, quando o mesmo cancelou, em 17 de dezembro de 1976, o programa religioso radiofônico denominado “Somos Todos Irmãos” (existente desde 1973), que vinha sendo de grande importância para os seringueiros e para a formação das Ceb's. O governador rompeu o contrato de transmissão do programa, que era feita através da Rádio Difusora Acreana, emissora de propriedade do Estado. Por motivos ideológicos, sobre esta Rádio pesava a acusação de veicular conteúdo subversivo. Como resposta a Igreja renunciou à transmissão radiofônica da missa e do programa diário da Ave-Maria, pois Dom Moacyr não aceitou a censura prévia imposta pelo governo que pedira que lhe fosse entregue, por escrito, o conteúdo a ser veiculado.

O bispo renunciou à transmissão dos programas argumentando que “a palavra de Deus é sempre a mesma e não pode ficar sob qualquer espécie de controle”.¹⁷³

De qualquer forma, em que pese as contradições enfrentadas pelos trabalhadores e seus aliados em sua trajetória de luta, o que marca fundamentalmente esse período foi a criação do sindicato. De fato, esse mecanismo representava uma maior organicidade para o movimento, viabilizando um salto qualitativo nas formas de enfrentamento e mesmo nas percepções políticas.

5.4 Sindicalismo e novas formas de luta dos trabalhadores

Evidentemente que com a fundação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a resistência dos seringueiros contra a ação dos “paulistas” vai deixar de ser uma ação individual. Ago-

173 Ver GONÇALVES, Maria Ronizia Pereira. **A fala sagrada e social do “Somos Todos Irmãos” de 1976 a 1982**: estudo preliminar sobre a influência do programa na organização das CEB'S rurais. Ufac, 1997. Monografia.

ra o trabalhador coletivo entra em cena, apesar do seu isolamento no meio da floresta. As tradicionais práticas de mutirão, conhecidas como adjuntos ou adjuntórios, vão ser resgatadas com um novo sentido. Não se trata mais de solidariedade para viabilizar o processo de trabalho, mas agora de uma política para viabilizar a reprodução da categoria. Essas novas práticas vão se constituir nos enfrentamentos conhecidos como “empates”. Conforme se colocou anteriormente, os “empates” se constituíam em reuniões de seringueiros que, armados com seus instrumentos de trabalho e caça, impediam a derrubada da mata.

A primeira ocorrência dessa forma de organização de luta que se tem registro foi no seringal Carmem, em 1976. Ali, a colocação do Sr. Francisco Pacheco foi invadida por 50 peões. A mando do fazendeiro, pretense dono da área, deveriam fazer a derrubada da mata. Os seringueiros das colocações próximas se dirigiram ao local e lá permaneceram por sete dias, impedindo que os peões efetivassem seu intento. O sindicato de Brasileia tomou conhecimento do fato e interviu em apoio aos seringueiros.

Segundo Chico Mendes¹⁷⁴, que na época secretariava o referido sindicato, o “empate” nasceu como uma das formas de resistência mais eficazes na defesa da floresta, ao mesmo tempo em que era respaldada em âmbito institucional. A Igreja acreana-puruense orientava os seringueiros a procurarem o sindicato. A delegacia de polícia ia deixando de ser o lugar para tratar de questões trabalhistas. O Foro passava a ser a justiça e ali compareciam não homens ignorantes de seus direitos, cidadãos de “terceira classe”, mas a representação legal e legítima dos trabalhadores.

A conjuntura política regional também já não era totalmente favorável aos métodos arbitrários de ação, pois o governador Mesquita havia proibido a polícia civil e militar de se envolver em questões de terra. O Incra, por orientação do go-

174 Ver COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. In: **Exercícios Circunstanciais**. Natal: Civara, 1997, p. 90-91.

verno federal, passara a intervir diretamente nas áreas conflituosas, tentando evitar que a situação fosse agravada.

Os fazendeiros, diante da nova conjuntura, passaram a utilizar outras estratégias. Reconheciam agora a existência de posseiros e buscavam a negociação, pois negociar era a solução mais viável para o momento, evitando com isso o questionamento da sua alegada condição de proprietário de terra.

A orientação da Contag era caracterizar e manter a posse. O trabalhador devia ter o cuidado agora de plantar bens de raiz para exigir indenização pelas benfeitorias. Para o seringueiro extrator, cuja atividade principal era coletar o látex e a castanha, e apenas botar roçado e cuidar do pequeno criatório de aves e pequenos animais, isso iria se constituir numa mudança fundamental, pois o levava à condição de agricultor.

O sindicato, orientado pela Contag, buscava resolver as questões entre seringueiro e patrão, fazendeiro ou seringalista, assumindo a defesa do trabalhador como posseiro. Na condição de posseiro, o seringueiro, pelo Estatuto da Terra, teria assegurada a sua posse, dela só se afastando mediante vontade ou iniciativa própria. Em outros casos, quando não era possível defender o seringueiro enquanto posseiro, fazia-se a defesa de sua condição de parceiro e arguía-se que o patrão não poderia romper de modo unilateral o contrato de parceria, tendo, portanto, de indenizar, na forma da lei, a parte prejudicada, ou seja, o seringueiro.

A negociação entre seringalista e seringueiro passou a ser a forma principal de encaminhamento de luta sindical. A reação pela violência, não pouco usada pelos fazendeiros e seringalistas que queriam vender suas terras, tinha como resposta a ação na justiça e ao mesmo tempo a ação coletiva dos trabalhadores, mobilizados pelo sindicato, para resistir e assegurar a posse, não se intimidando mais com os jagunços.

Ao mesmo tempo, a Igreja dava continuidade, via Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base, às suas ações de formação de liderança e assessoria jurídica do

movimento. Além das quais, realizava ações para sensibilizar a opinião pública com a questão da terra. Segundo Dom Moacyr:

A CPT se tornou meio de divulgação dos conflitos. Cada ano saía a documentação. As mortes, os abusos policiais, as distorções da justiça vinham a público. Então creio que a CPT além disso que era sua finalidade, de assessorar, interligar e dinamizar o trabalho junto ao homem do campo, ajudou na criação de uma nova mentalidade. A Igreja percebeu que o problema é grave, é um dos mais graves e, a opinião pública se deu conta do que estava acontecendo nesse Brasil.¹⁷⁵

Por isso, a Igreja acreana-puruense em seu plano pastoral para o biênio de 1977-1978 fez menção à criação da CPT e aos seus objetivos lá explicitados.

A radicalização da posição da Igreja acreana-puruense levou a que ela fosse tratada cada vez mais como inimiga do regime, o que tem como contrapartida uma posição política mais explícita de crítica à ditadura militar, que outrora apoiava. Em documento pastoral, datado de 1977, há a seguinte análise:

Por isso, neste momento, com clareza diante de Deus e do seu Evangelho, consideramos injusto o governo criado no Brasil depois de 1964. De fato para se manter no poder e aumentar a força econômica e política marginaliza o povo e oprime com a violência, o medo e a força da polícia. Não acreditamos na propaganda que o governo faz para iludir o povo (...) também no Acre os pobres ficam cada vez mais pobres e não podem falar (...) por isso nossa Igreja não participará das comemorações que se costuma fazer no dia 31 de março e nem outras datas cívicas rodeadas de política que defendem o atual sistema (...) quanto ao relacionamento de agentes de pastoral, especialmente de padres e bispos, com autoridade, vamos nos manter dentro de um diálogo franco e sincero evitando porém todo e qualquer compromisso com o atual sistema e qualquer forma de instrumentalização da Igreja ou de pessoas para fins políticos.¹⁷⁶

O processo de avanço das denúncias contra a expropriação do trabalhador rural e o trabalho da Igreja com todos os desfavorecidos fez atizar o ódio do regime militar, da elite lo-

175 **ENTREVISTA** de Moacyr Grechi, concedida à autora em 28/11/1997, em Rio Branco - Acre.

176 DALCORSO, Zeno Marco. **A igreja da denúncia e o silêncio dos fiéis**: a história da Igreja do Acre vista pelos lavradores (1970-1990). São Paulo: Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção, 1995, p. 135-136. Dissertação de mestrado.

cal e de parte da classe média à instituição, conforme declarou Dom Moacyr¹⁷⁷. Mas nem por isso as denúncias e os trabalhos pararam no decorrer do ano de 1977. Ao contrário, Dom Moacyr alçou-os em nível nacional quando depôs em maio de 1977, na Câmara Federal, na Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre um levantamento dos problemas da terra no país.

O bispo denunciou a grilagem, a especulação com terras e as formas mais variadas de violência utilizados por fazendeiros contra os seringueiros, as consequências da nova política agrária e a forma agressiva como vinha sendo feita a ocupação das terras do Acre. Considerou ainda, como desfecho de seu depoimento que, para o Acre, o governo federal teria que: 1) pôr limite ao latifúndio, já que todo o estado se situa em áreas reconhecidas como indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional; 2) definir a situação jurídica das terras do Acre, apressando o processo de discriminação de terras, para evitar a grilagem e a especulação com terras públicas; 3) regularização da situação dos posseiros e distribuição de terras às famílias de trabalhadores rurais sem terra; 4) implementar uma política de incentivo e apoio aos trabalhadores e pequenas empresas.¹⁷⁸

A resposta militar veio rápida perante à “ousadia” da Igreja na questão da terra. O general Euclides Figueiredo Filho, Comandante da 8ª Região Militar, em junho de 1977, declarou ao *Jornal do Brasil*:

Bem diferente tem sido o comportamento de outras, que com interesse incofessado procura denegrir as autoridades e as instituições. Acirrando os ânimos, incitando os pobres contra os ricos, lavradores contra proprietários, cidadãos contra proprietários, cidadãos contra autoridades, provocando até mesmo o assassinato. E, quando chegam a esse desenlace, correm covardemente para Brasília, protestando, inocentizando-se incompreendidos, fazendo-se vítimas perseguidos e abandonados à própria sorte. Os seus rebanhos e agentes de pastoral, a esta altura transformados em quadrilha de bandidos (...) Esses perseguidores não estão verdadeiramente interessados

177 **ENTREVISTA** de Dom Moacyr Grechi, concedida à autora em 28/11/1997, em Rio Branco - Acre.

178 **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, mai. 1977, ano VI.

na defesa dos posseiros como dizem e sim na subversão da ordem, na desmoralização de autoridades, das leis e na abolição do direito de propriedade. Querem a propriedade comunitária dos meios de produção a panacéia socialista ou socialização como dizem. Atuam de forma insidiosa, conscientizando lentamente, infectando seu veneno em pequenas doses sublinaramente, nos concílios, nas reuniões da comunidade de base, nas missas através dos sermões, das palestras, dos boletins das paróquias e até das contas numa verdadeira lavagem cerebral. Usam o Evangelho e a imagem de Cristo como camuflagem e a batina como escudo.¹⁷⁹

Tempos depois, Dom Moacyr, sabendo da entrevista do general, dará a resposta, através do jornal *O Rio Branco*:

Se as injuriosas declarações do general Euclides Figueiredo refletem o seu pensamento ou posição, seus superiores deveriam exigir uma retratação. Se refletem a opinião de escalas superiores ou grupos, o problema é mais grave, mas de qualquer forma, respondi às suas declarações. Antes que os governos militares descobrissem a Amazônia, a Igreja já estava presente nos lugares mais abandonados e nunca separou a salvação da alma da salvação do corpo. Estão aí centenas de obras espalhadas por toda a região, escolas, hospitais, leprosários, e fez isso sem receber salário.¹⁸⁰

5.5 A resistência dos seringueiros

Os problemas não eram menores para os seringueiros. As negociações com os fazendeiros induziam a que parcela considerável deles deixasse suas colocações. Restava-lhes, então, como alternativas: migrar para a cidade, se deslocar em busca de uma outra colocação mais afastada ou mesmo para outro país, ou ainda, se tornar “peão” de derrubada de floresta, na implantação de pastagens para pecuária extensiva. Em vários casos, o seringalista oferecia lotes de 25 a 50 hectares numa área a ser delimitada, sendo-lhes legalizada a condição de proprietário. Essa proposta muitas vezes visava encobrir o embuste e o roubo praticado pelos patrões, por meio do mé-

179 FIGUEIREDO FILHO, Euclides (Gal.) Entrevista concedida ao “Jornal do Brasil”, em julho de 1977. In: *Boletim Nós Irmãos*. Rio Branco, Acre, mar. 1978, ano 7, n° 3.

180 ENTREVISTA concedida por Dom Moacyr Grechi ao Jornal “*O Rio Branco*”, 17 mar. 1978. Ano X, n° 0242, p. 1.

todo largamente utilizado e, que ficou conhecido como esticamento das terras.

Ao propor a demarcação de lotes de terra e sua entrega aos posseiros como indenização de suas colocações, o patrão tinha como contrapartida o reconhecimento de sua propriedade sobre a área do seringal adquirido e sorrateiramente esticado pela ausência de limites topograficamente definidos.

O seringueiro que se tornava possuidor do lote de terra, sofria profunda e radical mudança na sua condição de trabalhador. De extrator no interior da floresta, passava a agricultor, numa terra ainda não domesticada, sem infraestrutura para comercialização e sem qualquer assistência técnica. O corte de seringa era praticamente impossível no lote de terras recebido devido à insuficiente quantidade de madeiras de corte. Não se adotando a prática agrícola permanente, pouco tempo depois negociava seus lotes com o fazendeiro, por preço aviltante, ou mesmo abandonava-os, quando se dirigiam aos seringais da Bolívia ou se deslocavam para Rio Branco.

Outra questão importante relacionava-se à manutenção da posse da terra, compreendendo o lote não apenas a área em que se localizava o tapiri, o roçado, o pequeno curral (se existisse), as fruteiras etc., mas que incluísse também as estradas de seringa. A inclusão das estradas de seringa aumentaria consideravelmente os lotes e num seringal com a maior parte de suas colocações ocupadas, quase não sobraria terra para o fazendeiro desenvolver a pecuária, pois, além disso, haveria limites impostos por lei¹⁸¹ quanto à derrubada da cobertura florestal. A manutenção da posse, quando assegurada na justiça pela ação do sindicato, estava longe de impedir a derrubada da floresta que circundava a colocação. Nessa derrubada eram poupadas, por força de lei, as seringueiras e castanheiras. Contudo, a limpeza do terreno era feita via queimada, o que fazia

181 A legislação de proteção florestal brasileira estabelece impedimento para a derrubada da cobertura florestal, sendo permitido o desmate até o limite de 50% da área da propriedade.

com que essas árvores permanecessem como fantasmas, carbonizadas, em meio do campo limpo.

A estratégia de luta e resistência delineada pela Contag – que incluía não pagar renda ao patrão, livre comercialização da borracha e compra de mercadorias para manutenção da posse – estava em determinadas situações, se esgotando. Tornava-se necessário a incorporação de outras formas de luta que, vencendo os limites do Estatuto da Terra e Código Civil, dessem conta da especificidade da demanda do posseiro no Acre.

Sendo assim, a resistência se configurava não apenas no sentido de garantir a posse da terra, mas também, de garantir as condições para permanecer como extrativista. Pesava sobre essa decisão a infraestrutura de transporte em todo o Estado. O curso dos rios, que se prestava ao transporte de borracha e castanha, era insuficiente, inviabilizando o transporte de produtos agrícolas; a agricultura comercial por sua vez, fracassava em absoluto, inviabilizada de se realizar no mercado.

A região que ia de Rio Branco a Brasileia, passando por Xapuri, internalizada pela BR 317, era a mais atingida pela reorganização econômica do Estado. Brasileia estava no extremo dessa região e pode observar as contradições geradas pela nova frente de expansão que avançava em sua direção. Talvez esse fato, aliado à liderança de Wilson Pinheiro – trabalhador rural, mas de origem urbana, com participação anterior em sindicatos – tenham contribuído para o destaque do sindicato desse município, no processo inicial de resistência mais ofensivo dos trabalhadores. Conforme enfatiza Paula:

Entre 1979 e 1980, o sindicato de Brasília organizou dezenas de empates para barrar a ofensiva dos pecuaristas, agravando substancialmente a tensão social nessa região, transformando-a numa das áreas de maiores conflitos de terras no país. As ações desse sindicato chegaram a ocupar espaço na grande imprensa nacional, especialmente no *Jornal O Estado de São Paulo*.

Acrescenta Paula, na compreensão do assunto:

Três ações especuladoras marcaram as lutas sindicais no Acre em 1979, todas elas dirigidas pelo sindicato de Brasília. A primeira foi no mês de junho, com a realização de um empate na região de Assis Brasil que envolveu 85 seringueiros. Ao tomar conhecimento da entrada dos peões no seringal para dar início aos desmatamentos, o delegado sindical da área comunicou o fato à direção do sindicato e logo em seguida foi convocada uma reunião com os seringueiros, que decidiram por unanimidade pela realização do empate. A participação de um grande número de seringueiros e a determinação de “botar para fora peões e fazendeiros” acabou dando grande repercussão nacional. O desmatamento foi suspenso. O segundo foi um mutirão de 300 homens liderados por Wilson Pinheiro, que se dirigiram para o Município de Boca do Acre, localizado na fronteira entre Acre e Amazonas, para ajudar os posseiros de uma área localizada às margens da BR-317 na luta contra um grupo de jagunços comandados por um grileiro que os ameaçava de expulsão da terra. Antes desse mutirão, todos os meios legais haviam sido acionados pela Contag e o sindicato de Boca do Acre para resolver a situação das 36 famílias de posseiros. Relatórios com denúncias foram encaminhados ao Incra, ao governo do estado do Amazonas, ao 4º Batalhão Especial de Fronteiras BEF. Na justiça, os posseiros ganharam, com a revogação de uma ação de despejo. Assim, os trabalhadores estavam, portanto, respaldados legalmente. As armas apreendidas dos jagunços foram levadas para Rio Branco e entregues ao comando do exército. Esse fato irritou o comandante da corporação, que acusou os trabalhadores de tentarem transformar o “Acre numa nova Cuba”.

Assim conclui Paula:

Finalmente, no mês de novembro, ocorreu que o jornal Varadouro denominou de “Operação pega Fazendeiro”, uma ação realizada por 104 seringueiros no seringal Guanabara, no município de Assis Brasil. “Os seringueiros avisaram o sindicato e foram à 4ª Companhia, em Assis Brasil. Falaram claro ‘estão invadindo nossa terra e fazendo derrubá’. A 4ª Companhia deu autorização e ordem para trazer os responsáveis. Não era fazer cerimônia (...) Partiram os seringueiros de Assis Brasil para o seringal Guanabara, no caminho foram “arrebanhado” mais gente e ao final eram 104 homens armados, entre os quais, três delegados sindicais (...) assim foi, enquanto quatro homens foram falar com Chico Vieira, os 100 ficaram a distância (...) O fazendeiro parece que não estava muito disposto a um acordo, ‘que negócio é esse de ir à 4ª Companhia?’ Mas quando soube que por perto estava uma centena de homens armados mudou de idéia e se dirigiu para a 4ª Companhia (...), ficou decidido que os fazendeiros iriam

respeitar as ‘colocações’ dos seringueiros (VARADOURO, nº 16, ano 2, out./79).¹⁸²

Essa nova orientação sindical de resistência e luta, articulada a partir de 1976, fazia recrudescer a luta pela terra. A conjuntura política estava também alterada no campo institucional. Durante o ano de 1978 houve eleições, passando o Acre a ter uma bancada aumentada de três para seis vagas na Câmara Federal e duas vagas para o Senado, sendo uma preenchida por um senador biônico. O singular nessa eleição é que as lideranças ligadas à Igreja vinculavam-se ao MDB, criando a Frente Popular do Acre. Muitos padres, monitores, agentes das CEB’s envolveram-se com a oposição, em que pese as declarações de neutralidade do bispo, manifestada nos documentos oficiais da prelazia.

Em 1979, assumiu o governo do Acre o político indicado Joaquim Falcão Macedo (1979-1982). Este não defendia, como no caso do governo Mesquita, uma perspectiva liberal do Estado, com ênfase no Estado de Direito. Na realidade, mostrou-se omissos quanto às relações espúrias estabelecidas entre as forças de segurança pública e os interesses privados. Com isso, os “donos da terra” retomaram a ofensiva com muito mais vigor, procurando barrar a combatividade que a organização dos trabalhadores tinha atingido, segundo entrevista de Chico Mendes, publicada por Gribowski:

O seringalista Guilherme Lopes, do município de Xapuri chegou a dizer na rádio local, que a solução para os conflitos de terra no Acre seria “matar os padres, o delegado da Contag e os dirigentes sindicais”.¹⁸³

Isso foi em 1979, e a ameaça não ficou no ar. Em 21 de julho de 1980, Wilson Pinheiro foi assassinado. Archibaldo Antunes, jornalista, descreve assim seu assassinato:

Eram quase 19 horas do dia 21 de julho de 1980 quando o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia, Wilson Souza Pinheiro, ameaçou se levantar do sofá para tomar banho. “Fique mais um pouco,

182 PAULA, Elder Andrade de. Op. cit., p. 122-124.

183 GRZYBOWSKY, Cândido. **O testamento do homem da floresta**. Chico Mendes, por ele mesmo. Rio de Janeiro: Fase, 1989. p. 18.

companheiro”, disse o então delegado sindical Antônio Bronzeado, 69 anos. Além dele, havia no salão do STR outras três pessoas que também assistiam à novela “Água Viva” da Rede Globo. Sentado de costas para a porta dos fundos do sindicato, Wilson Pinheiro sequer teve chance de ver a aproximação de um homem que usava botas de couro e chapéu branco de vaqueiro. O sindicalista marcado para morrer não suspeitara que as luzes do lado de fora haviam sido apagadas para facilitar a movimentação do pistoleiro. Acobertado pela escuridão, o assassino não teve dificuldade para fazer pontaria e disparar três vezes contra a vítima. Duas balas calibre 38 acertaram Wilson nas costas, e a terceira atravessou uma tábua que permanece guardada mesmo depois da reforma do STR. O salão se encheu de fumaça e cheiro de pólvora. “Eu me joguei no chão, quase quebrando os dentes, enquanto Wilson caía no outro cômodo, arfando”, diz Bronzeado. Passado o trauma o ex-delegado sindical narra o episódio com um sorriso nos lábios. “Não pudemos nem reagir porque a única arma que havia aqui era uma tesourinha de unha”. As evidências apontavam o capataz Nilo Sérgio de Oliveira, o “Nilão”, como o orquestrador do crime. Ele tinha motivos para desejar a morte de Wilson, já que este havia impedido, por meio de empate, a derrubada de árvores numa área de terras que gerenciava. Na noite do assassinato ele jantava em uma pensão da cidade, e após ouvir os disparos falou para os presentes: “Agora posso derrubar a mata porque esses tiros foram no Wilson Pinheiro”.¹⁸⁴

A morte do líder sindical provocou intensa reação em todo o Estado e repercutiu nacionalmente. Contudo, isso não foi o suficiente para que as autoridades se mobilizassem na captura dos responsáveis, a despeito das evidências que, em tese, lhe facilitavam enormemente o trabalho. Frente a essa cômputo oficial os trabalhadores agiram com violência, conforme relatou Chico Mendes em entrevista:

Mataram Wilson e os trabalhadores ficaram em desespero. Tentou-se fazer com que a justiça punisse os assassinos. Os trabalhadores deram prazo de 7 dias. Infelizmente, a justiça naquele momento, naquela época de ditadura, fez vista grossa. O único delegado de polícia que demonstrou interesse em apurar o crime foi afastado pelo Secretário de Segurança do Estado. No sétimo dia, os seringueiros desesperados, sentindo que não iam ter nenhuma resposta por parte da justiça, se deslocaram para uma fazenda

184 ANTUNES, Archibaldo. Crônica de uma morte anunciada. In: **Wilson Pinheiro** - 20 anos depois. Publicação da Fundação Elias Mansour e da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado. Rio Branco, Acre, jul. 2000.

a 80 km de Brasília e foram emboscar um dos fazendeiros, um dos mandantes da morte de Wilson Pinheiro. Este fazendeiro era um que, pelo menos, já estava claro que tinha sido dos que participaram de toda a articulação do assassinato de Wilson. Os trabalhadores submeteram o fazendeiro a um julgamento sumário e decisão foi pelo seu fuzilamento. E, de fato, foi fuzilado. Recebeu 30 a 40 tiros.¹⁸⁵

No mês de setembro de 1980, o boletim “Nós Irmãos”, em destaque, noticiou a morte de Wilson Pinheiro, lamentando-a e registrou que o fato tivera ampla repercussão no Estado e fora dele.

Assim foi o comentário:

Os patrões não querem, nem desejam a felicidade do trabalhador. Por isso fazem tudo para desmoralizar o sindicato, a Igreja e todas as pessoas que querem o bem do trabalhador. Querem continuar dominando e escravizando. A resposta que o trabalhador está dando é a união da classe. Fortificando o sindicato, participando, exigindo seus direitos. Os patrões mataram o Wilson. No lugar dele aparecerão 5,10,100 trabalhadores que irão continuar a luta de Wilson. Os patrões matam um, mas não acabam com a classe trabalhadora.¹⁸⁶

Nesse mesmo número foi divulgada uma longa nota da CPT, na qual expressou solidariedade à família de Wilson, aos trabalhadores e ao sindicato, condenando também a violência e atribuindo a morte do sindicalista aos fazendeiros.

O clima de revolta e o clamor pela punição levaram os trabalhadores a matar o Sr. Nilo Sérgio, gerente da fazenda Nova Promissão. Desta vez, a polícia agiu rápido, aprisionando imediatamente os acusados do crime, que além de presos, foram barbaramente torturados, o que levou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, ligado à diocese a denunciar essa prática da polícia. Até hoje o assassinato de Wilson Pinheiro continua impune, criminosos e mandantes sequer foram identificados.

De fato, em Xapuri, embora o processo de reorganização da economia impactando os seringueiros tenha se iniciado por Brasília, a organização foi mais lenta e difícil. Parece ter

¹⁸⁵ GRZYBOWSKY, Cândido. Op. cit., p. 19-20.

¹⁸⁶ **Boletim Nós Irmãos**. Rio Branco, Acre, set. 1980, ano IX.

contribuído para isso o fato do pároco daquele Município, padre José Carneiro, não comungar com as posições avançadas da Igreja, havendo inclusive, boatos dentro dessa Instituição de que o referido padre pertencia ao Serviço Nacional de Informação (SNI). Destaca-se ainda que a formação de lideranças, via CEB's, resultava em líderes colaboracionistas e pouco combativos.

Conforme nos declara Paula:

A primeira diretoria para dirigir o sindicato teve como presidente Luiz Damião, uma liderança vinculada às Comunidades Eclesiais de Base. Sua permanência na entidade se estenderia até o dia 30 de agosto de 1981, quando foi destituído do cargo em uma assembléia geral extraordinária. Segundo uma liderança sindical em Xapuri, os seringueiros teriam realizado diversos “empates” nesse período, dos quais entretanto, o presidente do sindicato não participava: “Damião ‘negociava’ com os fazendeiros, dava um jeitinho, chamava o seringueiro para negociar (...)” Circulavam informações entre os seringueiros sobre o possível suborno do presidente do sindicato pelos fazendeiros, para que ele “amaciasse” a luta.¹⁸⁷

Essa posição conservadora do pároco, comprometendo a luta dos trabalhadores, não passou despercebida pela Igreja. Tanto assim que em 1977, Dom Moacyr afasta o padre José Carneiro de suas funções e envia para Xapuri os padres Destro e Claudio Havalone, que tiveram colaboração efetiva na organização dos trabalhadores. Por outro lado, em 1981, é destituída a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e impressa uma nova orientação, voltada então para um esforço de organização da base, pois com o assassinato de Wilson Píneiro, o eixo das lutas se transferiu de Brasileia para Xapuri. Os “empates” passam a acontecer com maior regularidade na área desse município, assumindo grande repercussão os conflitos envolvendo o grupo Bordon e seringueiros do seringal Nazaré, São João do Balanceiro e outros. Para esse município vão ser contratados pelos patrões, jagunços e pistoleiros de Minas Gerais e Paraná, entre eles os Alves, Darli e Alvarino, que se instalaram como fazendeiros e que mais tarde, em 1988, orga-

¹⁸⁷ PAULA, Elder Andrade de. Op. cit., p. 148.

nizaram o assassinato do líder sindicalista Chico Mendes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município.

Porém, anteriormente, a luta já registrava um novo salto qualitativo por meio da organização do Partido dos Trabalhadores (PT), que contou em sua base organizacional com as lideranças locais, sendo esses os elementos fundamentais para a estruturação do já mencionado partido, que inclusive contou com a participação de Chico Mendes.

Relatando sobre a reunião de fundação do partido em 12 de março de 1980, Marcos Inácio Fernandes reproduz o discurso de Adeli Bento da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira:

Companheiros, nós não estamos começando com o partido dos trabalhadores, nós vamos continuar o nosso trabalho, pois, há tempo que viemos batalhando no sindicalismo. Nesse tempo todo, a gente vem enxergando muita coisa errada, mesmo como analfabetos (...) mas não somos cegos. Agora chegou esta oportunidade de criar o partido dos trabalhadores e nós vamos seguir em frente. Não podemos mais ficar esperando as soluções, as promessas dos políticos, porque nem São Francisco das Chagas, que é santo mais milagroso do Nordeste, está acreditando mais nesse tipo de promessa (...) Nós já temos o sindicato, que é o nosso órgão de classe; agora precisamos nos unir dentro de um partido que será o nosso partido.¹⁸⁸

A exemplo do que ocorrera na fundação dos sindicatos, a Igreja acreana-puruense desempenhou um papel crucial na organização do Partido dos Trabalhadores no Estado. Marcos Montysuma, um dos fundadores do PT, fez um relato significativo de como as dimensões religiosa e política se entrelaçaram:

Então você seja [veja] só! Numa só noite, ou numa tarde, fazíamos três reuniões diferentes com o mesmo povo e não tinha ordem para se começar primeiro por uma ou outra não! Um dia se falava primeiro do PT, outro dia se falava primeiro do Evangelho e, em outro, se falava primeiro do sindicato (...) Então fazia-se três reuniões diferentes, discutindo em cada uma delas sua pauta específica (...)

188 Jornal "Varadouro". Rio Branco - Acre, Ano II, n° 19, mai. 1980. In: FERNANDES, Marcos Inácio. **O PT no Acre: A contração de uma terceira via**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dissertação de mestrado, 1999, p. 64-65.

Nesse tempo as mesmas pessoas faziam, praticamente, três movimentos políticos distintos: o político/religioso, dentro do grupo de evangelização; o político/partidário que era a discussão e o político/sindical, que era a atividade do sindicato naquele momento ali. Isso era muito interessante, porque as pessoas, por mais que se achassem alheias a um daqueles assuntos, devagarinho, ela começava a se “converter” a um deles (...) Ocorreu isso demais nesse período.¹⁸⁹

À época, Dom Moacyr já havia declarado que a mais importante das opções da sua Igreja era pelos pobres. Que essa Igreja estava afinada com o pensamento político expresso pelo frei Clodovis Boff no Decálogo da Pastoral Partidária, que resultou de um curso de teologia promovido pela prelazia em 1979. Nesse documento constava que: a participação partidária não é simplesmente livre, mas boa e necessária para o cristão. Nota-se, porém, que esta participação pode se dar em diferentes graus: pelo voto, pela militância, ou pela liderança. Os membros das comunidades manifestavam sua preferência por partidos: que sejam realmente populares, isto é, que deem oportunidade ao povo de participar de forma crescente até nos postos de liderança; que defenda os direitos dos oprimidos; que visem à mudança social e não a sua própria manutenção; que combatam a ditadura e todo o poder opressor; que lutem pela independência econômica do Brasil; que tenham uma orientação socialista, isto é, que visem colocar o poder e a economia nas mãos do povo organizado. Segundo Fernandes, essas recomendações: “se encaixavam, sobremaneira, no Partido dos Trabalhadores, (...) A caminhada das CEB’s finalmente descobriu uma nova trilha para sua ação política no campo partidário”.¹⁹⁰

Ainda assim, a ação da Igreja não era isenta de contradições. Sua ênfase na necessária independência dos trabalhadores, na não ingerência de concepções estranhas ao seu universo cultural, traduzia, na verdade, uma preocupação no sentido de que as lideranças não caminhassem em um rumo distinto daquele traçado pelo humanismo cristão, combinado com o his-

189 MONTYSUMA, Marcos. Entrevista concedida a FERNANDES, Marcos Inácio. Op. cit., p. 62.

190 FERNANDES, Marcos Inácio. Op. Cit., p. 45-46.

tórico temor do comunismo. Isso se traduziu na postura ligada à Igreja que tomou uma das tendências políticas internas do PT acreano, aquela que era dominante, quando ocorreu a candidatura de Chico Mendes, uma reconhecida liderança sindical, a uma cadeira na Assembleia Legislativa Estadual, em 1982. A esse respeito Paula enfatiza que:

A derrota eleitoral de Chico Mendes por uma pequena margem de votos, pode ser explicada, segundo informações de algumas lideranças sindicais de Xapuri e de opiniões veiculadas pela imprensa local, pela forte campanha anti-comunista promovida contra sua candidatura por uma corrente interna do PT vinculada à Igreja, que fazia advertência junto às CEB's e sindicatos sobre os "riscos" e os "perigos" de se votar em candidato comunista.¹⁹¹

Chico Mendes, diferentemente da maioria das lideranças do Estado não tinha sua formação política ligada às práticas da Igreja. Segundo declarou em entrevista, começou a ter uma percepção política dos problemas dos trabalhadores a partir do contato que estabeleceu na mata, com um refugiado político comunista. A partir daí sua formação será marcada por uma militância partidária e evidente identidade com seus companheiros seringueiros.

De qualquer forma, em que pesem as contradições inerentes a todo e qualquer processo, a luta desses trabalhadores avançou, formulando uma proposta original de reforma agrária – as reservas extrativistas – que ganharam reconhecimento legal e legitimidade nacional e internacional, como também a união dos chamados “povos da floresta” e a defesa intransigente da floresta amazônica.

Da mesma forma, o Partido dos Trabalhadores no Acre se consolidou e expandiu suas conquistas eleitorais, o que não deixa de ser surpreendente quando se resgata o exacerbado conservadorismo que marca a trajetória política da elite local.

Esses elementos, assim como as transformações políticas e econômicas nacionais e institucionais, particularmente acentuadas a partir da década de 1980, configuram uma nova

191 PAULA. Elder Andrade de. Op. cit., p.157.

realidade tanto na luta pela terra, quanto na Igreja, pensada como instituição basilar nessa história de resistência.

As marcas dessa história recente estão presentes em diferentes aspectos políticos e culturais do Estado, mas isso pode ser tema para outros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expropriação do trabalhador rural de suas terras nos vales do Acre e Purus, levada a cabo principalmente na década de 1970, não é novidade no processo histórico brasileiro. Pelo contrário, ainda hoje, há mais de quinhentos anos depois da conquista, trabalhadores sem terra vagam pelas estradas do país, numa busca incessante por seu destino.

A particularidade no caso acreano parece estar no fato de que nos vales do Acre e Purus, o sindicalismo rural, construído a partir de uma longa resistência e em plena ditadura militar, surge como coroamento desse processo. Não havia na região uma sólida organização a ser desestruturada. A organização dos trabalhadores rurais era incipiente quando foi abortada pelo golpe de 1964.

O exacerbado isolamento desses trabalhadores e o regime de semiescavidão que organizava as relações de trabalho no interior do seringal se colocavam como empecilhos para que se constituíssem como agentes sociais. Em um contexto em que perspectivas de mudanças eram quase inexistentes, em que a miséria, a morte e todo tipo de arbítrio eram elementos do cotidiano, a religiosidade se fortalecia. A Igreja acreana-puruense acompanhou esses trabalhadores durante quase cinquenta anos, a partir do entendimento de que a ordem natural das coisas ditava as relações, orientada pela ótica da colonização, na qual a religiosidade popular era taxada como ignorância, sua moral como licenciosidade, e sua resistência como manifestação de indolência.

Foi preciso que a ditadura militar de 1964 atingisse a igreja brasileira e a acreana-puruense para que essa instituição religiosa relativizasse sua confiança no poder. As contradições políticas e econômicas que atravessavam a América Latina, penetrando no seio da igreja, configurando um horizonte renovador, que se chocava não apenas com o poder estabelecido,

mas que reproduzia a divisão política no seu próprio interior, também atingiu o Acre. Nesse novo contexto, parte da Igreja cumpriu um papel fundamental abrindo espaço institucional para que a lógica dos trabalhadores se fizesse ouvir ao politizar a sua perspectiva religiosa em favor destes, fazendo da comunhão religiosa a comunhão de solidariedade que marcou a formação de significativa parte das lideranças rurais.

O processo de resistência dos trabalhadores ante o iminente alijamento de suas condições de trabalho permitiu a construção de uma identidade coletiva. A Igreja acreana-puruense se constituiu como esteio nesse processo. Contudo, sua atuação, apesar de comprometida com os interesses dos trabalhadores, não foi isenta de contradição. Presa à legalidade, não conseguiu sempre equacionar a especificidade das condições dos seringueiros autônomos.

O avanço na luta configurou uma radicalização, tanto por parte dos proprietários ou pretensos proprietários rurais, quanto pelo lado dos trabalhadores. Essa radicalização se deu, muitas vezes, apesar da Igreja. Essa autonomia trouxe, em algumas ocasiões, o temor, que ao menos na Igreja acreana-puruense permanecia presente, do comunismo, como a encarnação do radicalismo.

Apesar dessa posição da Igreja, por vezes dúbia, a reconstituição da luta dos trabalhadores é ainda marcada pela lógica religiosa. É o exercício da solidariedade cotidiana que se contém nos limites da legalidade, ainda que seja, sem dúvida, uma legalidade expandida.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

Dom Moacyr Grechi, 1997.

Dom Moacyr Grechi, concedida à Eloisa Winter Nascimento, docente da Universidade Federal do Acre, 1989.

João Maia Silva Filho, concedida ao Centro de Documentação Histórica - CDIH - Ufac, 1997.

Marcos Montysuma, concedida a Marcos Inácio Fernandes, 1997.

Padre André Ficarelli, 1997.

Padre Luis Ceppi, 1997, concedida a Silvio Bez Birollo, 1997.

DOCUMENTOS

CADERNOS de Direitos Humanos. Contribuição à história das associações de moradores do Acre (texto de Roberto Garcia de Andrade). CDDH, Rio Branco, 01.07.1989.

CARTA PASTORAL, Plano Pastoral, Cartas, Ofício, Mensagem. Declarações, Pronunciamentos, Catecismos, da Diocese de Rio Branco - Acre.

DEPOIMENTOS à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Fundiário (CPI da Terra), da Câmara Federal: Dom Moacyr Grechi, bispo da prelazia do Acre e Purus, 11.05.1977; Elson Martins da Silveira, correspondente no Acre do jornal "O Estado de São Paulo", em 03.08.1977. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 28.09.1979, secção I, suplemento ao nº 121, p. 310-338; 801-829.

EXPOSIÇÃO do governador do Acre, Geraldo Mesquita, à comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, em 06.10.1977. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 06.12.1977, secção I, Suplemento "A" ao nº 157, p. 0015-0032.

LIVRO DE REGISTROS do Cartório de registro de Xapuri, com destaque aos anos de 1971 a 1975.

LIVRO DO TOMBO (2 exemplares), Diocese de Rio Branco - Acre.

OFÍCIO - relatório confidencial da Contag, Delegacia do Acre e Rondônia, dirigido a várias autoridades. Rio Branco - AC, de 08.11.1975.

REGISTROS da Comissão Pastoral da Terra (CPT-AC) sobre sua criação, denúncias e conflitos relacionados com a questão da terra no Acre.

RELATÓRIO com carimbo de “reservado”, da Secretária de Justiça, Interior e Segurança do Estado do Acre, sobre apuração de denúncia da utilização do trabalho escravo no Acre. Rio Branco, 23.10.1973.

RELATÓRIO da pesquisa: “Realidade dos seringueiros brasileiros na Bolívia”. Diocese de Riberalta (Bolívia), Diocese de Rio Branco, Acre.

PERIÓDICOS

BOLETIM “Nós Irmãos”, com as seguintes edições:

1971 - ano I, nº 1, dez.

1972 - ano I, nº 2, jan..

1972 - ano I, nº 6, mai.

1972 - ano I, nº10, set.

1972 - ano I, nº 12, dez.

1973 - ano II, nº 6, jun.

1974 - ano III, nº 7, jun.

1974 - ano III, nº 8, ago.

1975 - ano IV, jul.

1977 - ano VI, mai.

1980 – ano IX, set.

1981 – ano X, jul./ago.

ARQUIVOS CONSULTADOS

BIBLIOTECA da Pontifícia Universidade de São Paulo – PUCSP.

BIBLIOTECA dos Dominicanos – São Paulo-SP.

CARTÓRIO de Registro de Xapuri – Acre

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Rio Branco – AC.

CENTRO de Documentação e Informação Histórica – CDIH – Universidade Federal do Acre – Rio Branco – Acre.

CPT – Comissão Pastoral da Terra – Rio Branco – AC.

DIOCESE do Acre e Purus – Rio Branco – Acre

MUSEU da Borracha do Estado do Acre – Rio Branco – Acre.

JORNAL “O Rio Branco”, 17 de março de 1978. Ano IX, nº 0242 – 1ª página; 28 de fevereiro de 1974, nº 1056, p. 3; 21 de junho de 1974, nº 1045, p. 3.

JORNAL “Varadouro”, ano II, nº 13, dez. 1978, p. 1; ano II, nº 19, mai. 1980; ano III, nº 20, abr. 1981.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALVES PINTO, Nelson Prado. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: Hucitec/Conselho Regional de Economia, 1984.

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- ANDRADE, Manuel Correa. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1980.
- ANDRADE, Marisa. **A organização dos trabalhadores rurais no Acre**: uma tentativa de interpretação. São Paulo: Unesp, 1987.
- ANTONACI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empates” no Acre. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Finep/ MCT/CNPQ e Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1994.
- ANTUNES, Archibaldo. Crônica de uma morte anunciada. In: **Wilson Pinheiro – 20 anos depois**. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 2000.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977.
- BARROS, Glimesdes Rego. **A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá** (1912-1915). Brasília: Senado Federal, 1981.
- BARROS, Raimundo Caramuru. (Servas Maria). **Para entender a igreja no Brasil**: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968). Petrópolis: Vozes, 1994.
- BASILIO, Sandra Teresa Cadiolli. **Seringueiros de Xapuri na luta pela terra**: Projeto Seringueiro, cooperativismo e educação popular. São Paulo: PUCSP, Dissertação de mestrado, 1992.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BENCHIMOL, Samuel. **A Amazônia**: um pouco antes e além-depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1984.
- BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: **História Geral da Civilização Brasileira – 4º volume**. Tomo III – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964), Coleção dirigida por Buarque de Holanda, Sérgio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1986.

BOFF, Clodovis. **Comunidade eclesial – comunidade política**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Clodovis. **Deus e o homem no inferno verde**: quatro meses de convivência com a CEBs do Acre. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Clodovis. **Teologia e prática** – teologia do político e suas medições. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. **América Latina**: da conquista à nova evangelização. São Paulo: Ática, 1992.

BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo eclesiológico**: a igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da igreja com os oprimidos** – do vale de lágrimas à terra prometida. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Teologia da libertação no debate atual**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOLOGNA, Gianfranco. **Amazônia adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOTAS, Paulo Cezar L. **A benção de abril “Brasil, Urgente”**: memória e engajamento político no Brasil, 1963-1964. Petrópolis: Vozes, 1983.

CALAÇA, Manoel. **Características da pequena produção no Estado do Acre**. Rio Claro: Unesp. Dissertação de Mestrado, 1983.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Aquiri (1898-1909)**: os padrões e a construção da ordem. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **O processo de ocupação recente das terras no Acre**. Belém: Naea-UFP. Dissertação de Mestrado, 1983.
- CEDEPLAR. **Migrações internas na região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.
- CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano. **A igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**. Petrópolis: Vozes, 1969.
- COELHO, Enice Mariano. **Acre: o ciclo da borracha (1903-1945)**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1982.
- COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Editora da Unicamp/ Centro de Memória - Unicamp, 1998.
- COSTA FILHO, Orlando Sabino. **Reserva Extrativista: desenvolvimento e qualidade de vida**. Belo Horizonte: Cedeplar, dissertação de mestrado, 1995.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)**. São Paulo: ECA-USP, 2000. Tese de Doutorado, 2000.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez/Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1992.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Chico Mendes a trajetória de uma liderança. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 6, nº 1 e 2, São Paulo, Fundação Seade, 1993.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Exercícios circunstanciais**. Natal: Edições Coivara, 1998.
- COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre**. São Paulo: Nacional/Brasília: INL, 1975.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da (coord.). **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: Edições Cejup, 1982.

COSTA, Manoel Pacífico. **As esquerdas no Acre**: uma história a ser escrita? Rio Branco: Edição do Autor, 1996.

CRULS, Gastão. **Hiléia amazônica**. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido** (Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia) (org.); Introd. e notas por Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio/Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1986.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Cultrix/Brasília: INL, 1975.

DALCORSO, Zeno Marco. **A igreja da denúncia e o silêncio dos fiéis**: a história da igreja do Acre vista pelos lavradores (1970-1990). São Paulo: Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção. Dissertação de Mestrado, 1995.

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**. Um estudo de História ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DELLA CAVA, Ralph; MONTEIRO, Paula. **E o verbo se faz imagem**. Igreja Católica no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: Vozes, 1991.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflito pela terra no Acre**: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

ESTERCI, Neide (org.). **A igreja e a questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta**: estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da reserva extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: UFFRJ, 1999. Tese de Doutorado.

- FERNADES, Marcos Inácio. **O PT no Acre: a construção de uma terceira via.** Natal: UFRN. Dissertação de Mestrado, 1999.
- FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional.** Rio de Janeiro: Americana, 1972.
- FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **História da Amazônia.** Manaus [s. n.], 1931.
- FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **O seringal e o seringueiro.** Rio de Janeiro: Ministério de Agricultura, 1953.
- FIORI, José Luiz. **O regime de 1964 – discurso e ideologia.** São Paulo: Atual, 1988.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1989.
- GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 1974.
- GONÇALVES, Maria Ronízia Pereira. **A fala sagrada e social do Somos Todos Irmãos,** de 1976 a 1982. Rio Branco: Ufac. Monografia, 1997.
- GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. **Migration regional and urban / growth and development in Brazil: selective analysis of the historical record, 1872-1970.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1971.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, Instituto. **Política e história em Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRZYBOWSKY, Cândido. **O testamento do homem da floresta – Chico Mendes por ele mesmo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

GUTIERREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1984.

GUTIERREZ, Gustavo. **Lineas pastorales de la iglesia en America Latina**. Lima: CEP, 1986.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura** - o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e camponeses**: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Perú, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A igreja nas bases em tempo de transição** (1974-1985). Porto Alegre: LPM e Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), 1986.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LÊNIN, V.I. **O imperialismo**: estágio superior do capitalismo. V. I. Coimbra: Centelha, 1974.

LIBÂNIO, João Batista; ANTONAZZI, Alberto. **20 anos de teologia na América Latina e no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, Claudio de Araújo. **Coronel de barranco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LIMA, Claudio de Araújo. **Plácido de Castro** - um caudilho contra o imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INC, 1973.

- LIMA, Mário José de. **Capitalismo e extrativismo**: a formação da região acreana. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado, 1994.
- LOMBARDI, Massimo. **A caminhada da igreja do Acre e Purus** - 1970-87. Diocese de Rio Branco, Acre, junho de 1987.
- LOUREIRO, Antônio J. Souto. “**Gazeta do Purus**”. Scenas de uma epocha (Sena Madureira 1918-1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981.
- LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América-Latina. In: **Lua Nova - Revista de Cultura e Política** - nº 19 - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, nov. 1989.
- LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. (org.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**. O judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MAGALHÃES, Juraci Perez. **A ocupação desordenada da Amazônia e seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos**. Brasília: Edição do Autor, de 1990.
- MAHAN, Dênnis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1978.
- MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil** - 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico. In: **Cadernos UFAC 1**, Série C, Estudos e Pesquisas. Rio Branco, 2004.
- MARTINELLO, Pedro. **Os Servos de Maria na Missão do Acre e Purus** - 1920-1975. Berkley: USA, Publicado pela Secretaria

Provincial da Ordem Servas de Maria. Ipiranga, São Paulo, 1986.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite** (emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo). São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira** – a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl e ENGELS F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presença / São Paulo: Livraria Martins Fontes, sd.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Sobre a religião**. Lisboa: Edição 70, 1976.

MARX, Karl. **O capital** (crítica da economia política). Vol. 1. México: Fundo de Cultura Econômica, 1976.

MEIRA, Alfredo. **A revogação da lei do monopólio estatal da borracha**: suas consequências políticas, sociais, econômicas e ecológicas para a Amazônia. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1984.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império**: 1871-1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1984.

MENDONÇA, Belarmino (gal.). **Reconhecimento do Rio Juruá** (1905). Belo Horizonte: Itatiaia / Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989.

- MIRANDA NETO, Manoel José. **O drama da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MORAIS, J.T. Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**. São Paulo: Autores Associados / Cortez Editora, 1982.
- MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A prática educativa das CEBs: popular e transformadora ou clerical e conservadora?** São Paulo: PUCSP. Dissertação de mestrado, 1988.
- NASCIMENTO, Eloisa Winter. **Rumo da terra; rumo da liberdade**. (um estudo dos migrantes rurais do Sul no estado do Acre). Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1985.
- NUNES DA SILVA, Renato. **Migrações internas no Estado do Acre**. Rio Branco: um caso de urbanização precoce. Belém: Naea-UFGA. Dissertação de mestrado, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, Fernando Garcia de. **A população de baixa renda da cidade de Rio Branco**: situação anterior, processo migratório, forma de inserção / retribuição no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de mestrado, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. Reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e posseiro (os cem anos de andanças da população acreana)**. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.
- OLIVEIRA, Marilda Maia. **A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco**. Fortaleza: UFC. Dissertação de Mestrado, 1983.
- PADRO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PADRO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In. **História da Civilização Brasileira**. V.8 – III. O Brasil

Republicano I. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1991.

PAULA, João Antônio. **Notas sobre a economia da borracha no Brasil**. Estudos Econômicos, v. 12, São Paulo [s. n.], 1982.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

PROCOPIO, Argemiro. **Amazônia: ecologia e degradação ambiental**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco: M. M. Paim - Rep. e Comércio, 1992.

REGO, José Fernando do. **Estado capitalista e políticas públicas: Estado brasileiro, processo de ocupação e extrativismo de borracha na Amazônia**. Campina Grande: UFP. Dissertação de mestrado, 1992.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)**. São Paulo: Kairós, 1979.

RUIZ, Castor M. Bartolomé. **A força transformadora social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALEN, Helena (coord.) **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SANT'ANA, Marcílio Ribeiro. **Os "Imperadores do Acre"** - uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília: UNB. Dissertação de Mestrado, 1988.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

- SILVA, Adalberto Ferreira da. **Ocupação recente das terras do Acre** (transferências de capitais e disputa pela terra). Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1982.
- SILVA, Luis Osiris da. **A luta pela Amazônia**. São Paulo: Fulgor, 1962.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **A morfologia e o conteúdo dos boletins diocesanos católicos**. São Paulo: ECA-USP. Dissertação de Mestrado, 1980.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Do santo ofício à libertação**: o discurso (e a prática) do vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: USP, 1986, p. 230. Tese de Doutorado.
- SOUZA, Marcelo de Barros; CARA VIAS, José L. **Teologia da terra**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SOUZA, Mareio. **O empate contra Chico Mendes**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- TEOFILO, Rodolfo; CAMARA, Dorneles. **Colocação no Amazonas dos flagelados do Nordeste**. Manaus [s. n.], 1919.
- TEXEIRA, Carlos Correia. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal**. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado, 1980.
- TOCANTINS, Leandro. **Amazônia**: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, vol. 1 e 2.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: José Olympio / Manaus: Suframa, 1983.
- WEISNTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.
- ZANONI, Mary Helena Allegretti. **Os seringueiros** – estudo de caso em seringal nativo do Acre. Brasília: UNB. Dissertação de Mestrado, 1979.

SINOPSE

No conjunto do movimento social, a luta dos trabalhadores dos Vales do Acre e Purus foi muito especial. Ali, diferente do ocorrido no Vale do Juruá, o processo de organização econômica foi marcante, sendo no seio dessas contradições que os novos ares da *Teologia da Libertação* encontraram eco. É fato afirmar que na década de 1960, fatores ocorridos no âmbito da sociedade, da política, economia e na própria religião tiveram um papel decisivo para que a igreja católica intencionasse reavaliar suas ações e práticas tradicionais, buscando por meio de um debate interno seus novos caminhos, numa conjuntura de crises e mudanças profundas. Este trabalho se volta a uma análise da relação da luta dos trabalhadores e a contribuição da igreja católica nos Vales do Acre e Purus.

SOBRE A AUTORA

Possui Graduação em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), Graduação em Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992), Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e encontra-se em Pós-Doutoramento pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio De Janeiro (2019). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, Norte e Nordeste. Professora Adjunto do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre. Em fase de elaboração de tese de pós-doutorado, analisa uma série do *Jornal Folha do Acre* do ano de 1910 (17 números do jornal), buscando investigar as relações entre o jornal e a formação histórica do Acre, partindo do pressuposto de que o jornal foi um poderoso instrumento de construção do Estado.

